Colecção
Biblioteca

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 579
31 de Janeiro de 1985

Preço: 30$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

A DEMOCRACIA ESTÁ MAIS FORTE

10 331 NOVOS MILITANTES NO PCP

A Campanha de Recrutamento de dez mil novos membros para o Partido terminou no final do ano. O número já atingido foi de 10 331 novos militantes, o que representa uma importante vitória e um excelente êxito para o alargamento das fileiras do Partido, para o reforço da sua influência e acção –

Páginas centrais

PONTE DE LIMA: ELEIÇÕES SIGNIFICATIVAS

APU sobe

PS desce, PSD desce, CDS desce

Subindo de 23,8 para 33,6%, a APU foi a única força a registar aumentos de votação (em números absolutos, em percentagem e em eleitos) nas eleições extraordinárias para a freguesia de Ponte de Lima. O PS perdeu 70% do seu eleitorado e, mesmo somando as votações agora obtidas, PSD e CDS perderam cerca de 15% relativamente à votação da «AD» – Pág. 6

JORNADA DE ESCLARECIMENTO DO PCP

Nos próximos dias 8 e 9 de Fevereiro, todas as organizações do Partido sairão à rua para uma jornada de esclarecimento sobre a actual situação política e social e as propostas do PCP para a sua solução. Sessões de esclarecimento, porta-a-porta, debates, reuniões são algumas das iniciativas de que no próximo número daremos programa mais completo. Na jornada inclui-se um

COMÍCIO

com Álvaro Cunhal

Pavilhão dos Desportos de Lisboa
Sexta-feira, 8 – 21.00 horas

COMEMORAR OS 40 ANOS DA DERROTA DO NAZISMO

Resolução do Secretariado do CC do PCP apela à participação de todos os democratas na comemoração dos 40 anos do fim da II Grande Guerra e da derrota do nazi-fascismo – Pág. 8

MAIORIA PS/PSD APROVA ORÇAMENTO DE ESTADO AGRAVA AINDA MAIS AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES

Pág. 3

O PCP alerta contra provocação terrorista

- **Nota da SIP do PCP na Pág. 2**

Encontro das delegações do Partido Comunista Sírio e do PCP em Lisboa

DELEGAÇÃO DO PC SÍRIO VISITA PORTUGAL

A convite do Comité Central do PCP, encontra-se em Portugal uma delegação do Partido Comunista Sírio composta por Nahib Rusheibdat e Yako Garro, membros do Comité Central. A delegação do PC Sírio foi recebida pelo camarada Álvaro Cunhal e teve conversações com uma delegação do PCP composta pelos camaradas Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Domingos Lopes, membro suplente do CC

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

SEMANA

23
Quarta-feira

A falta de segurança para os peões volta a matar uma professora da escola de Telheiras, em Lisboa. ■ Depois de uma análise detalhada ao OE para 1985, a CGTP-IN afirma que apenas 27 por cento das verbas do Fundo de Desemprego de 1984 se destinam aos desempregados. ■ Como resultado da jornada de luta dos metalúrgicos, o patronato eleva a sua proposta de aumentos de 20 para 22 por cento. ■ O Governo grego protesta energicamente contra o ensaio de um golpe militar depois de uma vitória de esquerda no seu país, feito na escola militar da NATO. ■ O Conselho de Ministros francês decide prolongar até 30 de Junho o estado de emergência na Nova Caledónia. ■ O número de desempregados na CEE ultrapassou pela primeira vez os 13 milhões em Dezembro, é hoje anunciado em Bruxelas. ■ A invasão e ocupação do Líbano custou ao exército israelita 987 mortos e 4932 inválidos desde Junho de 1982, segundo o Ministério da Defesa.

24
Quinta-feira

Sorefame

Mais uma vitória proporcionada pela luta. Os trabalhadores da Sorefame marcham da Venda Nova a Lisboa e conseguem que a administração retome as negociações que rompeu há uma semana. ■ Durante todo o dia, sindicalistas denunciam manipulação da televisão frente ao edifício da RTP. ■ Refugiados timorenses acusam o Governo português de lhes dar um tratamento «desrespeitador dos Direitos do Homem». ■ Ariel Sharon, responsável pelos massacres de Sabra e Chatila perde processo por injúria contra a revista «Time». ■ O vaivém «Discovery» parte para a sua primeira missão exclusivamente militar e de espionagem. ■ O chefe do Governo espanhol pronuncia-se contra a instalação de armas nucleares no seu país. ■ Sem se chegar a qualquer acordo são interrompidas as negociações entre o Líbano e Israel.

25
Sexta-feira

Assembleia vota Orçamento

O Presidente da República convoca nova reunião do Conselho de Estado para dia 31. ■ Uma explosão de gás, motivada por falta de segurança, provoca 29 feridos numa escola do Cartaxo. ■ Na Assembleia da República, a maioria aprova o Orçamento de Estado para 1985 preparado pelo Governo. ■ A CGTP-IN apresenta 15 propostas alternativas ao Orçamento de Estado, afirmando que é o «pior Orçamento desde o 25 de Abril». ■ O Governo rompe as negociações com a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, pelo que se mantém o calendário de luta destes trabalhadores. ■ O vaivém «Discovery» coloca em órbita geoestacionária um satélite-espião sobre a URSS. ■ A Central Sindical Boliviana decretou o «estado de emergência» na sequência de novos aumentos dos produtos de primeira necessidade.

26
Sábado

Na sequência do desastre ocorrido na escola do Cartaxo, o *Sindicato dos Professores da Grande Lisboa exige um inquérito às condições de segurança de todas as escolas do País.* ■ *Ramalho Eanes afirma*, no almoço comemorativo da sua reeleição, não excluir o exercício de nenhuma das faculdades que a Constituição lhe confere. ■ A Câmara Municipal de Coruche protesta contra a indiferença que o Governo manifesta quanto às consequências das cheias que assolaram este concelho. ■ A Assembleia Geral das Cooperativas de Consumo toma medidas quanto ao reforço da estrutura federativa e ao reforço do movimento cooperativo. ■ Os Estados Unidos e a União Soviética anunciam o dia 12 de Março como a data escolhida para o início das negociações sobre limitação dos armamentos nucleares e espaciais. ■ A televisão nicaraguense acusa os EUA de pretenderem impor uma «solução de sangria» aos países centro-americanos. Esta posição vem na sequência do anúncio de que os Estados Unidos «retomarão» o seu auxílio aos terroristas anti-sandinistas. ■ O orçamento federal norte-americano registou em Dezembro um défice de 15,2 mil milhões de dólares.

27
Domingo

No encontro de juristas do PS, Mário Soares aventa a hipótese da antecipação das eleições. ■ A Primeira Convenção Nacional Ecológica aprova um programa de acção do Partido «Os Verdes». Na reunião participam mais de uma centena de ecologistas vindos de diversos pontos do País. ■ O 3.º Encontro de Mulheres do Distrito de Lisboa, promovido pelo MDM, exige o fim das discriminações. ■ Nas eleições intercalares para a Junta de Freguesia de Ponte de Lima, a APU, que foi a única força a subir de número de votos e de percentagem, alcançou o segundo lugar, atrás do PSD, ficando com o mesmo número de eleitos da primeira força. ■ Bispos sul-africanos denunciam o estado de «devastação» da Namíbia provocado por «uma guerra interminável». ■ O governo de Israel, depois de interromper as negociações com o Líbano, afirma que estas «provavelmente não recomeçarão».

28
Segunda-feira

Tancredo em Portugal

Tancredo Neves, o último presidente brasileiro a ser eleito indirectamente, chega a Portugal, sendo recebido pela Assembleia da República. ■ Morre, no Hospital de São José, uma das vítimas do acidente do Cartaxo. ■ Os trabalhadores da Covina conquistam um aumento de 24,5 por cento. ■ O Presidente da República recebe em Belém uma delegação dos trabalhadores da CTM e da CNN. ■ O Secretariado do Comité Central do PCP apela à participação de todos os democratas e antifascistas nas comemorações do 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo. ■ Em Nova Delhi, dirigentes de seis países de quatro continentes apelam para o fim imediato da corrida aos armamentos. ■ A FRETILIN participará como observador na próxima cimeira dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa, que se realizará de 12 a 15 de Fevereiro, em São Tomé.

29
Terça-feira

Saldam-se por um novo fracasso as negociações para a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Económica Europeia; desta feita, em Bruxelas, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Dez quedaram-se pela reafirmação da sua vontade política de cumprir os prazos ■ Conselhos Directivos de várias escolas e a Federação Nacional dos Professores protestam contra a atitude do ministro Seabra ao pretender transformar os professores em bodes expiatórios do acidente ocorrido no Cartaxo ■ Bancários socialistas acusam o presidente do conselho de gestão do BPA de estar a financiar um novo banco privado ■ Trabalhadores vidreiros iniciam uma greve nacional em apoio das suas reivindicações salariais que regista uma adesão maciça ■ A União Soviética apresenta em Estocolmo uma proposta de um tratado de «renúncia recíproca ao emprego da força militar» ■ Na Polónia é pedida a pena de morte para o assassino de Popielusko.

Editorial

CONDIÇÕES DECISIVAS PARA O FIM DO GOVERNO

No calendário político, como na sucessão concreta dos acontecimentos portugueses deste primeiro mês de 1985, que hoje termina, acumulam-se factores de natureza objectiva e de natureza subjectiva que prenunciam alterações qualitativas a curto prazo na situação portuguesa.

A intensificação da ofensiva contra-revolucionária programada no acordo PS/PSD de 11 de Dezembro é uma realidade que os factos diariamente comprovam. Nos últimos dias, e em consequência, acentuam-se a degradação e as tensões sociais e políticas provocadas pela desastrosa governação de Soares e Mota Pinto, acenderam-se novos focos de instabilidade e desestabilização, de agravamento da crise global que a coligação governante fez desabar sobre o País e o povo.

São factores que põem na ordem do dia decisões institucionais e políticas inadiáveis sob pena das mais graves agressões e perigos contra o regime democrático.

A maioria eleitoral que ascendeu há ano e meio à direcção do Estado é hoje uma minoria desenraizada da base de apoio que a guindou ao Poder e cuja força essencial assenta no domínio do Executivo e no apoio, mesmo assim minado de contradições, dos sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa e do imperialismo.

Em contrapartida as forças da viabilização e garantia de uma alternativa democrática cresceram de poderio, dispõem no momento actual de um apoio social e político francamente maioritário no seio do povo, estão potencialmente em condições de operarem uma necessária mudança de política e de Governo se souberem tomar nas suas mãos a iniciativa política.

As eleições de domingo em Ponte de Lima que acusaram uma sensível queda do PS e do CDS e também do PSD apesar de ter conquistado a presidência com o mesmo número de mandatos da APU — a única força que subiu em termos absolutos e relativos —, é um dado, ainda que parcial, significativo de uma nova arrumação de forças.

Nos factores de natureza objectiva que tomaram corpo nos últimos dias colocam-se com grande relevância os de ordem económica e financeira com as suas inevitáveis incidências sociais.

A maioria parlamentar domesticada da coligação PS/PSD, numa parte considerável a nítido contragosto, aprovou na Assembleia da República e na generalidade o Orçamento de Estado para 1985 que há quatro meses por determinação constitucional deveria ter sido submetido ao Parlamento.

Depois do inqualificável escândalo orçamental de 1984 a clique governante chefiada por Soares e Mota Pinto prepara-se para reeditar numa escala ainda mais gravosa para o País a fraude da sua gestão financeira em 1985.

Como se sabe, o Conselho Nacional do Plano deu sobre as Grandes Opções do Plano um parecer desfavorável. Mesmo economistas e tecnocratas de reconhecida formação de direita recusaram dar o seu aval a um documento eivado de imprecisões e erros técnicos e sobretudo de graves discriminações sociais antipopulares.

É um verdadeiro Orçamento de falência, ruína e miséria.

De facto, o Governo trouxe à apreciação da AR um Orçamento de Estado que agrava sensivelmente a carga fiscal sobre os trabalhadores e as outras classes mais numerosas e de recursos mais modestos ao mesmo tempo que impõe um critério de despesas que nada tem a ver com as necessidades sociais mais prementes e com uma justa repartição dos recursos do Estado.

O défice orçamental confessado é o mais volumoso de sempre (335,7 milhões de contos) e desde já avança a rateira previsão de um novo «orçamento suplementar» de 50 milhões de contos ao longo do ano.

Quer isto dizer que a escandalosa política dos grandes «buracos» orçamentais de 1984, que ameaçaram de ruptura o sistema financeiro e desorganizaram numa escala perigosa o próprio sistema bancário, é já visível neste começo do novo ano, desta vez com a agravante das previstas consignações eleitoralistas de gastos públicos no caso de o actual Governo ser mantido à frente do País neste ano de eleições.

Novos grandes empréstimos estrangeiros estão previstos para 1985. Tais empréstimos que desde 1975 a 1984 quintuplicaram de valor em dólares, aumentaram, em 1984, relativamente a 1975 em 25 vezes o seu valor na moeda norte-americana e é de prever, com a escalada contínua da cotação do dólar e a desvalorização do escudo, que o serviço da dívida externa seja ainda mais pesado.

Aliás, os encargos com a Dívida Pública são aumentados no Orçamento de 1985 em mais de 34%, no montante de 405,8 milhões de contos, o equivalente a 33,7% das despesas totais.

Ao ouvir Soares falar nas risonhas perspectivas da economia portuguesa para 1985 o menos que se pode dizer é que mente com quantos dentes tem na boca.

As incidências sociais desta política financeira do Estado sob o Governo de Soares desmentem o palavreado dos governantes.

Os aumentos nominais de 22% previstos para os salários em relação com uma inflação que nos fins de Dezembro atingia os 30% agravaria, numa escala ainda mais elevada, a queda dos salários reais.

Sem receio de pecar por excesso pode-se prever que, se a política do Governo não fosse alterada, a queda de 13% dos salários reais de 1984 seria ainda mais sensível no ano em curso.

Dizemos «seria» porque os trabalhadores não aceitarão as medidas de fome dos governantes e também porque é impossível conceber-se que este Governo se eternize por muito mais tempo à frente do País sem novas e mais pesadas consequências para a vida do povo.

Os exemplos recentes dos trabalhadores da Função Pública e dos ferroviários mostram de novo que a luta e só a luta firme, organizada e ampla, pode fazer recuar nos seus propósitos a clique Soares/Mota Pinto.

Bem pode Mário Soares dizer impante aos juristas socialistas que «não é sem orgulho que digo que em 1984, mau grado os sacrifícios impostos às massas trabalhadoras, foi um ano de quase nula conflituosidade laboral»...

De facto, Soares «não estava lá» (a não ser em «gigantones») nas impressionantes manifestações que ao longo do ano desfilaram, exigindo a demissão do Governo, pelas ruas das principais cidades do País, com destaque para Lisboa, Porto, Almada; nas imponentes concentrações populares do Rossio, da Praça da Liberdade, da Assembleia da República, do Terreiro do Paço, da Lisnave, da Praça de Londres, da Marinha Grande, da Amadora, e muitos outros locais; nas combativas manifestações dos trabalhadores da Reforma Agrária por todo o Alentejo e Ribatejo, dos agricultores de Braga, do Porto, de Viseu, de Coimbra, do Vale do Sado e outros; das grandes acções de massas das mulheres, dos jovens, dos reformados; dos trabalhadores da Duarte Ferreira e da quase totalidade dos 150 000 trabalhadores com os salários em atraso; dos trabalhadores da Função Pública, dos ferroviários, dos estudantes universitários e outros.

«Não estava lá» nas mais de 400 greves, assinaladas e naturalmente «encolhidas» pelo próprio Ministério do Trabalho; «não estava lá» quando ao longo do ano mandou para as enxovias mais de 1500 trabalhadores famintos que tentaram o impossível diálogo com ele às portas da sua residência.

Sim, Soares «não estava lá» quando por todo o País os trabalhadores reclamavam contra o desemprego e pelo direito ao trabalho, por salários à altura das suas mínimas subsistências; por reivindicações sociais de toda a ordem que fatalmente desembocavam numa grande e central reivindicação política: «Governo para a rua!».

Soares não vê nem quer ver que a luta crescente e cada vez mais organizada e firme das massas populares é a condição subjectiva determinante do fim próximo do seu consulado político, da demissão urgente do seu Governo inimigo do povo que põe em constante risco a independência nacional e a paz dos portugueses, da sua política antidemocrática.

É por isso que o Povo português não pode deixar de ver, com apreensão, como Soares, cego e surdo à vontade e às exigências populares, envereda cada vez mais pela via da antidemocracia, da desestabilização institucional, da arrogância provocadora contra as forças democráticas e os órgãos de soberania que não controla.

A forma grosseira como Soares — no dizer, não desmentido, dos próprios órgãos de comunicação social da sua área política — se comportou perante o Presidente da República durante o Conselho de Estado; as suas ostensivas exibições junto das Forças Armadas, em atitudes «directoriais», mostra que o político, que à frente do Executivo serve os planos da contra-revolução para satisfazer a sua clientela política e as suas ambições pessoais de mando, enveredou decididamente por um caminho que não é aquele que se comprometeu seguir quando solicitou o voto dos portugueses.

Aos trabalhadores e ao povo miúdo dos campos, da indústria, do comérico, dos serviços, Mário Soares, acolitado pelo vice Mota Pinto, dá mais miséria, mais fome, mais sofrimento, mais ruína, mas aos potentados do dinheiro passa-lhes para as mãos empresas públicas rendíveis, que previamente arruinou, terras das UCPs que os novos senhores não cultivam — dá aos antigos monopolistas expropriados (no ano de 1984) mais de 140 milhões de contos de «indemnizações».

Hoje reúne de novo o Conselho de Estado para exame da política económica do Governo. É de admitir que a verdade da economia portuguesa em vertiginosa queda para o desastre seja colocada sobre a mesa, apesar da tradicional ignorância dos «dossiers» por parte do actual Primeiro-Ministro.

Novos acontecimentos e movimentações políticas no plano nacional são outras tantas condições subjectivas favoráveis para correr com o actual Governo, para mudar o elenco e a política governativos, para abrir caminho à solução da crise, para possibilitar melhores dias ao Povo português.

O tempo urge, e condições decisivas para uma resoluta mudança de rumo na política nacional estão no fundamental preenchidas.

A arrogância de Soares, o seu desesperado trabalho de «charme» junto de figuras de nomeada da política internacional, como o célebre livro de «elogios» dos seus amigos estrangeiros, e agora com a visita a Portugal do Presidente eleito do Brasil, Tancredo Neves, que fez na Assembleia da República declarações de grande dignidade, não são exibições de força mas sintomas de fraqueza e isolamento no plano nacional.

Tarefas complexas mas exigentes se colocam aos trabalhadores, às forças democráticas, aos patriotas onde quer que se situem.

Dinamizar todas as frentes de luta, todas as possibilidades de entendimento, convergência de unidade dos democratas e patriotas é o mais importante e decisivo para levar a bom termo a tarefa política fundamental imediata: demitir o Governo, criar as condições básicas para uma alternativa democrática.

PCP alerta contra provocações terroristas

1. O recrudescimento de acções e atentados terroristas que se tem vindo a verificar nos últimos dias não pode deixar de suscitar uma vez mais uma firme condenação por parte dos trabalhadores e de todos os democratas.

2. Os atentados recentemente ocorridos voltam a pôr em evidência não apenas o seu carácter criminoso, mas também o seu carácter provocatório ao favorecerem as campanhas de defesa e justificação de acções repressivas e medidas e planos restritivos contra os direitos e liberdades dos cidadãos.

3. Com efeito, constitui novamente motivo de séria reflexão que seja precisamente numa conjuntura política marcada pelo profundo isolamento e descrédito do Governo PS/PSD e quando este reafirma que a sua pressa em implantar os serviços de «informações» e em fazer aprovar, a curto prazo, a tenebrosa lei de «segurança interna» que grupos e bandos terroristas intensifiquem as suas acções criminosas, em convergência, pelo menos objectiva, com os planos e interesses do Governo e da reacção.

4. O povo e o País não deixarão de condenar os aproveitamentos políticos que, com grande probabilidade, o Governo PS/PSD voltará a fazer de tais atentados para inculcar a ideia de que são necessárias drásticas limitações às liberdades dos cidadãos.

O povo e o País continuam sim a exigir uma firme vontade política de eficaz combate ao terrorismo, num quadro de garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos e da vida nacional e de integral respeito pelos direitos e liberdades democráticas consagradas na Constituição.

29 de Janeiro de 1985

A SIP do PCP

Autonomia
Sessão do PCP no Funchal

A DORAM do PCP apresentou na semana passada na Assembleia Regional um conjunto de propostas de alteração, emenda e aditamento aos projectos em discussão na Comissão do Estatuto da Assembleia Regional.

Em conferência de Imprensa o PCP adiantou que a necessidade de fazer uma proposta que dignificasse a Autonomia e a Região resultou de se ter concluído que os «dois projectos existentes, com excepção da matéria eleitoral em que o projecto do PSD entrava por caminhos flagrante e escandalosamente institucionais, eram muito pobres formal e estruturalmente escassos nas matérias propostas que, na generalidade, a pouco mais se limitavam do que a repartir quase textualmente as normas da Constituição».

Uma vez que o debate à volta do Estatuto da Região tem sido totalmente subtraído à opinião pública, o PCP, ao divulgar as suas propostas, afirmou a sua inteira disponibilidade para a discussão das suas posições e das dos restantes partidos e propôs, nomeadamente, a realização a curto prazo de um debate promovido pelo Centro Regional da RTP.

A DORAM do PCP vai promover amanhã, sexta-feira, dia 1 de Fevereiro, às 19 e 30, no Centro de Trabalho do Funchal, uma sessão de esclarecimento não apenas para os membros do Partido mas para todas as pessoas interessadas em participar nesta discussão.

Reunião de quadros

Realiza-se no próximo sábado, dia 2 de Fevereiro, às 17 horas, no Centro de Trabalho do Funchal, uma reunião de quadros das freguesias do Funchal em que, para além da situação política, serão debatidos problemas organizativos.

Na reunião participará o camarada José Neto, responsável da DORAM.

Pelas 19 horas, também no Centro de Trabalho, haverá um convívio.

Entrevista com
Álvaro Cunhal
sobre a actualidade política

RTP

3.ª Feira – 5 de Fevereiro

cerca das 21 horas

no programa «Actual»

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Dezembro: 39 625 ex.

Assembleia da República

Verdades no debate sobre o Orçamento

Octávio Teixeira: A dívida aumenta

(...) No que respeita à proposta de Orçamento é já evidente, e ainda agora o debate se iniciou, que ninguém acredita nele. Nem o próprio Governo. Ninguém duvida que o Orçamento apresenta um défice fortemente subavaliado, e que se pressupõe logo no momento da sua elaboração a futura apresentação de uma proposta de revisão orçamental, ou melhor, de apresentação de um autêntico orçamento suplementar para os últimos meses do ano.

(...) A dívida pública directa atinge já os 1800 milhões de contos. Se lhe adicionarmos a dívida acumulada actual dos diversos fundos autónomos atingiremos certamente os 2400 milhões de contos. O que significa que no final de 1985 a dívida total da Administração Central não será inferior a 3000 milhões de contos, verba que assusta e dá que pensar a quem minimamente se preocupe com o futuro do País. (...)

Manuel Fernandes: Poder Local lesado

(...) Os municípios, nomeadamente o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, tomaram claras posições no sentido de reivindicarem um aumento de 30% em relação às verbas recebidas em 1984, quer a título de fundo de equilíbrio financeiro, quer a título de verbas para novos encargos. Esta percentagem é compreensível tendo em conta os níveis de inflação verificados após a aprovação do Orçamento de 1984.

(...) O Poder Local vê-se mais uma vez altamente lesado e são as populações que mais vão sofrer com isso.

Como se tudo isto não bastasse, a distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro pelos municípios é feito por forma que, apesar das informações concedidas pelo senhor secretário de Estado da Administração Autárquica, discrimina negativamente muitos deles em razão de critérios no mínimo pouco objectivos.

Enquanto o distrito de Faro consegue um aumento de 31%, os distritos de Setúbal, Braga e Vila Real recebem aumentos ridículos de 14,9%, 16,8% e 17%, respectivamente.

Zita Seabra: A sopa dos pobres

(...) A degradação das condições de vida assume hoje, e basta andar na rua, aspectos de gravidade sem precedentes. Largas camadas da população encontram-se sem capacidade de sobrevivência digna. É a crise, a crise muito profunda já. Dois ou três exemplos bastam para evidenciar esses sintomas.

A questão do emprego, por exemplo. O ministro do Trabalho pode inventar números, que a realidade vê-se. Hoje vende-se de tudo nas ruas do País, camisolas, electrodomésticos, sapatos, ou fruta. E quem circula em Lisboa, por exemplo, vê ruas inteiras transformadas em mercados ambulantes num tira e põe constante, numa luta pela sobrevivência a todo o custo. E a prostituição. Hoje não se vê só nas cidades. Existe, existe a toda a hora e é impressionante a visão das estradas e significa por si só uma das brutais acusações que podem fazer-se aos que levam o País a este ponto.

«Não há fome», diz o Primeiro-Ministro, mas basta ir à Av. Almirante Reis e ver à hora do almoço a bicha para a sopa dos pobres.

E este Orçamento, srs. deputados, que prevê em termos sociais? Neste Orçamento não só não constam medidas sociais que ataquem a degradada condição de vida de milhares e milhares de portugueses, como ainda se restringem direitos dos poucos existentes.

Carlos Carvalhas: Nós contrapomos

(...) A nossa postura nesta intervenção é a de mostrar que há soluções e alternativas à política de desastre e miséria; de demonstrar **que os portugueses não estão condenados ao atraso, à miséria e ao subdesenvolvimento.**

(...) Nos defendemos a **renegociação da dívida em termos de defesa da independênc!a nacional** de modo a diminuir a sua compressão; defendemos a **redução da sua componente de curto prazo** e a **preservação das reservas em ouro, não pelo seu fetiche, mas porque a sua utilização fora de um contexto de uma política global da gestão da dívida a longo prazo, devidamente planeada, apenas conduzirá a sua dilapidação a curto prazo, agravando o acesso futuro ao mercado de capitais quer em quantitativo, quer em prazos, quer em taxas de juro.**

(...) Uma política de recuperação e desenvolvimento exige **o corte do ciclo vicioso**, desvalorização/subida das taxas de juro/maior inflação/nova desvalorização.

(...) (Exige) o aumento da produção e da produtividade; uma política de recuperação e de desenvolvimento tem que ter como eixo fundamental e central, **o respeito pelo modelo económico inscrito na Constituição e a participação activa e criadora dos trabalhadores sem os quais não é possível sair da crise.**

(...) **À recessão nós contrapomos o desenvolvimento; ao abandono dos nossos recursos e à sua entrega ao estrangeiro nós contrapomos o seu aproveitamento pelas empresas portuguesas; à política de aumento das despesas correntes e supérfluas do Estado nós contrapomos o aumento do investimento produtivo; à política de submissão ao imperialismo nós contrapomos uma política ao serviço dos portugueses e de Portugal e de firme defesa da independência nacional.**

Rogério de Brito: Não é «azar»

(...) É inegável na verdade:

— a acentuada quebra da produção agrícola. A diminuição do PAB à taxa média anual de 2,8%;

— a diminuição constante dos rendimentos reais dos agricultores ao ritmo de 3% ao ano;

— a crescente descapitalização da agricultura, que caminha para o seu total esgotamento. Sendo de realçar que os consumos intermédios, onde pesam fundamentalmente os factores de produção absorvem já mais de 45% da Produção Efectiva, o que corresponde a mais de 80% do Valor Acrescentado Bruto;

— a retracção do investimento produtivo é tal, que a FBCF na agricultura se queda nos 5% do total da formação bruta de capital fixo;

— o agravamento da nossa dependência alimentar face ao estrangeiro é responsável por cerca de 50% do défice da balança comercial;

— o consumo alimentar no que respeita a bens essenciais vem-se degradando, apesar das despesas com a alimentação já representarem mais de 50% no total das despesas dos consumidores em bens e serviços.

Não se trata de azar; é triste mas não é fado. É o resultado inevitável de uma política antinacional que está comprometendo o presente e que, a persistir, ameaça condenar o futuro.

Custódio Gingão: Emigração só paga

(...) Os 627 mil contos destinados à emigração, no Orçamento, não permitem sequer levar por diante os compromissos assumidos com os emigrantes nas duas últimas reuniões do Conselho das Comunidades. Só para o programa cultural, são necessários 200 000 contos, sendo certo, no entanto, que a verba que sobra do funcionamento do Gabinete da secretária de Estado se reduz a 120 000 contos.

O próprio funcionamento regular do Conselho das Comunidades está posto em causa como fica em causa, o apoio necessário ao Ensino e à Cultura portugueses no estrangeiro.

Mas isto é apenas uma parte daquilo que o Governo nega aos emigrantes.

No entanto, o Governo não se esquece das muitas centenas de milhões de contos em divisas que todos os anos os emigrantes enviam para Portugal, e que tão mal geridas têm sido pelos sucessivos governos.

Anselmo Aníbal: Incapacidade

A presente proposta de lei do Orçamento de Estado dá continuidade a uma grave ofensiva lesadora dos serviços da Administração Pública e da situação global dos seus trabalhadores. Tal proposta de lei, não adoptando globalmente quaisquer das medidas necessárias à reorganização da Administração Pública, aprofunda, antes, as arbitrárias tomadas de posição dos actuais gestores políticos da Administração.

(...) Os problemas agravam-se e a situação crítica decorre do facto de ser gerida por uma equipa ministerial que tem pronunciamentos no sentido de a considerar através de meras apreciações primárias, conotando-a por «monstro» e repositório de situações improdutivas mas que, de facto, têm mostrado incapacidade global para definir objectivos e formular programas, para organizar melhor os recursos humanos, materiais, logísticos e financeiros para promover a formação dos seus dirigentes, técnicos e outros trabalhadores. De facto, desde Eusébio Marques de Carvalho a Almeida Santos passando por Menéres Pimentel, temos tido presente no cerne da Administração Pública, ministros e secretários de Estado que têm demonstrado a incapacidade da intervenção junto dos variados ministérios no que tem de ser um projecto e uma acção de reestruturação da Administração, globalmente considerada e de acordo com o texto constitucional.

Joaquim Miranda: Sacos azuis

(...) O MES é, por excelência, o ministério dos compromissos e promessas à margem do Orçamento, das verbas não consignadas dos sacos azuis, dos Fundos sem fundo. Talvez por isso o ministro Rosado Correia fugiu a debater aqui os dinheiros que vai gerir.

(...) Há menos 2,5 milhões de contos no sector da educação, o que significará que muitas escolas vão ficar por construir, assumindo, pois, redobrada importância saber como vão ser gastas as verbas inscritas.

No sector da saúde a redução é da ordem de 1,4 milhões de contos, ainda em relação a 1984 e tendo em conta os valores oficiais de inflação.

(...) Disto se retira, desde já, e sem que seja necessário ser astrólogo, que sendo embora possível satisfazer encargos com obras iniciadas em anos anteriores, não serão efectivamente concretizadas em 1985 importantes obras, nomeadamente muitas daquelas para as quais vêm sendo assumidos compromissos políticos e vêm sendo feitas promessas por membros do Governo, à margem do Orçamento.

Este Orçamento mostra a urgência na demissão do Governo PS/PSD

Como sempre — mas desta vez mais do que das outras — o debate das Grande Opções do Plano e do Orçamento do Estado foi marcado pela situação política, pelos seus desenvolvimentos, pelas perspectivas que se colocam aos portugueses e às forças políticas em presença. A luta de classes que se desenvolve em redor do aprofundar da crise, com os seus reflexos a nível partidário e governamental, a nível de coligação e de Assembleia da República, não deixaria de revelar-se ainda com mais força quando se discutem documentos que são a expressão acabada de uma certa política. Talvez por isso mesmo, em alguns momentos, terá sido menos o Orçamento e as suas prescrições que vieram à tona do discurso e alguns órgãos de comunicação tenham dado maior realce às posições deste ou daquele deputado, deste ou daquele partido. A especulação fervilhou em redor de tomadas de posição dentro e fora do hemiciclo, presenças e ausências tomaram conta do comentário, declarações desta ou daquela saliente personalidade sobrepuseram-se por vezes à crítica de um Orçamento do Estado. Partiu-se do princípio, aliás verdadeiro, de que o OE não prestava, que era mau, que não servia ao País.

Significativo embora, o ambiente que foi tecido em torno do debate, não conseguiu esconder o fundo da questão. E o Orçamento, bem como as GOP's, foram alvo de certeiras críticas sistematizadas e argumentadas por parte da bancada comunista que produziu quase uma dezena de intervenções de que damos hoje alguns excertos e que tocam uma larga série de aspectos suscitados por duas propostas de lei que, aprovadas, virão a afectar ainda mais gravemente a vida do País e o seu futuro.

Significativo o anúncio de Salgueiro — ex-responsável «AD» pelas Finanças, abraçado por Mário Soares pelo seu bom trabalho quando este último subiu ao poleiro — de que não votaria o Orçamento; significativas as palavras de Silva Marques, outro ausente na votação, e que antes defendia já a dissolução da Assembleia; significativas as críticas de Ângelo Correia e a moderação de Capucho, as reticências de Vitorino; significativo até o pouco entusiasmo do PS.

Já aqui falámos da resignação de Ernâni Lopes, do dito por não dito que deixou ficar a pairar, da sua falta de fé no documento que preparou para os deputados votarem...

Significativas, por fim, as ausências de Mário Soares e de Mota Pinto no encerramento dos debates, responsáveis que preferiram o passeio a Santa Margarida a enfrentarem o gelo da votação «maioritária» e o fogo das críticas das oposições.

Significativas, se ainda quisermos, as diversas posições que as bancadas opositoras tomaram. Desde a esganiçada discursata de Lucas Pires — «os galos cantam mais grosso quanto mais afastados estão do poleiro», apontou Carlos Brito —, que critica o Governo por não ir tão fundo quanto ao CDS agradaria; da UEDS, a posição de voto contra não correspondeu ao vago discurso crítico; o MDP, votando contra, não deixou de mostrar as duas dúvidas quanto a uma eventual dissolução da AR, preferindo que o PS assumisse sozinho o Poder. Finalmente, não deixou de ser significativa a confiança com que os comunistas encaram o futuro próximo, colocando na ordem do dia a substituição do Governo e mostrando-se seguros de uma alternativa à política até aqui seguida.

Aprofundar a crise ou mudar de política

Mas afinal, e quanto ao Orçamento? Alguns traços fundamentais do documento que a maioria aprovou a contragosto mostram que o OE deste ano se destina não só a continuar a mesma política anterior, desmentindo todas as promessas e agravando a crise, como não mostra sequer um ténue raio de luz ao fundo do túnel que já é longo de mais. O caso, ponderados os números, é se o País e a sua economia, o povo e a sua bolsa aguentam o aprofundar da crise. Como tal não parece possível, o próprio Orçamento e as Opções acopladas mostram por eles próprios que é necessário e urgente mudar de política.

Se, por exemplo, as GOP's prometem um «crescimento» que «poderá ser de 3 por cento», quando em 1983 se registou um decréscimo do PIB de 0,5 e em 1984 nova quebra de cerca de 2 por cento, de que vale essa promessa governamental quando é a mesma política de marasmo e estagnação que se anuncia? Por outro lado há que ter em conta a previsão da OCDE — apenas um crescimento de 1 por cento para Portugal em 1985...

Ainda quanto às previsões-promessas, o Governo aponta como objectivo «reduzir o ritmo de inflação para cerca de 22 por cento em termos reais». Do modo como começou o ano, é fácil perceber onde irão parar esses 22 por cento. Já o ano passado o Governo dizia que a inflação se iria situar nos 24 por cento e acabou por atingir os 30! Resulta assim que os 22 por cento irão funcionar mais como «tecto salarial» e como propaganda. A desvalorização do escudo e a «liberalização» dos preços farão o resto.

Quanto ao défice do OE — de 335,7 milhões de contos — é superior em 81,8 milhões ao orçamento revisto em Outubro passado e superior em 159 milhões ao OE inicial de 1984. E isto sem contar com a amortização da dívida pública, que é de 131,2 milhões de contos. Atente-se que a dívida pública interna era em Outubro passado de 671 milhões, somando com a externa 1500 milhões de contos! Isto sem contar com os 168 milhões que, a partir de 1980 se não incluem na dívida por motivo da reavaliação contabilística das reservas de ouro do Banco de Portugal, introduzida por Cavaco Silva.

Acontece que — como a bancada comunista mostrou, o défice não é para acreditar, uma vez que as receitas estão sobreavaliadas e as despesas subavaliadas. Além do que só os défices dos fundos autónomos já são superiores ao défice orçamental.

A quem serve o Orçamento e quem o paga

Para tapar o buraco do défice — e mesmo assim oculto — o Governo prepara-se para contrair mais 646,9 milhões de contos de empréstimos (dívida pública), dos quais 169,3 milhões serão de crédito externo. Entretanto, as verbas destinadas ao pagamento de juros da dívida pública representam já 40 por cento das receitas fiscais previstas no Orçamento de 1985! Só este ano o Governo pretende aumentar a dívida em mais de 33 por cento. Sem contar com outros empréstimos e com a já referida subavaliação do défice.

E quanto às receitas? Não deixa de ser significativo que o Governo afirme que vai receber das **empresas públicas** não financeiras nada menos de 10,6 milhões de contos respeitantes à participação do Estado nos lucros daquelas empresas! Ao mesmo tempo, a rubrica «rendimentos da propriedade» desce de 58 milhões de contos de 1983 para cerca de 12 milhões neste Orçamento...

Nos impostos, os portugueses vão pagar mais, contrariamente ao que o Governo tem vindo a afirmar. Só o IVA, que irá agravar os preços de produtos de amplo consumo, renderá em quatro meses de cobrança, cerca de 8 milhões de contos. O imposto de transacções mais o IVA apresentam um acréscimo de receitas de 36 milhões de contos em relação ao Orçamento revisto em Outubro. E quanto às famílias, que o Governo disse ir aliviar, pagam mais 70 milhões de contos!

A quem serve, pois, este Orçamento?

Quanto à justiça tributária é de sublinhar que, enquanto as receitas de contribuição industrial aumentam 21 por cento, as do imposto profissional aumentam 36. O OE pretende ainda aplicar uma redução, de 15 para 12 por cento, no imposto de capitais sobre os lucros e mantém isentas de contribuição industrial as empresas exportadoras — aquelas que, além das benesses dos juros bonificados e dos chorudos lucros são ainda as que mais praticam a sub e a sobrefacturação...

Nos favores ao grande capital, o OE não é parco. Por exemplo, no artigo 42 da proposta, o Governo quer estabelecer um conjunto de benefícios fiscais aos bancos de investimento — como por exemplo reduzir de 50 por cento a taxa de imposto de selo para a constituição dos respectivos bancos, que o mesmo é dizer que se aplica por inteiro ao banco privado de Santos Silva, à Sociedade Portuguesa de Investimentos.

Este Orçamento, aprovado a contragosto pela maioria, com as críticas do PSD que queria um mais gravoso ainda, continua a política de agravamento das condições de vida da população. Para engrossar as fortunas privadas de um punhado de capitalistas.

Não resolve a crise, agrava-a. Ao condená-lo pelo voto, o PCP reprova toda a política deste Governo e demonstrou, no debate, que há alternativa. E que ela é urgente.

Carlos Brito «Governo tem que se ir embora esta coligação não serve!»

O camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar do PCP, em declaração final no debate das GOP's e do OE, produziu um discurso de que publicamos hoje largos extractos:

(...)

Ninguém ignora que no presente circunstancialismo da vida nacional mais do que os votos arrecadados pelo Governo aqui na Assembleia são as conclusões deste debate sobre a sua política económica e financeira que terão uma considerável influência nos eventos políticos que se avizinham.

Quanto a nós, a discussão em torno das Propostas das Grandes Opções e do Orçamento de Estado para 1985 põe em evidência cinco incontestáveis conclusões:

1.º O fracasso da política do Governo e o desmentido das promessas contidas no seu Programa;

2.º O carácter discriminatório da austeridade imposta pelo Governo, virada no fundamental contra os trabalhadores e outras camadas de mais baixos recursos;

3.º A política de favor ao grande capital e à concentração monopolista;

4.º O agravamento da dependência externa e o avanço do estrangulamento pela dívida;

5.º A instrumentalização eleitoralista das finanças do Estado.

Em relação à primeira conclusão, assistimos, vinte meses passados sobre a entrada em funções deste Governo, ao trabalho laborioso do senhor ministro das Finanças para, jogando com os seus três hipotéticos programas — o de «emergência», o da «recuperação» e o de «modernização» — como se fossem as peças de um *puzzle*, para criar uma imagem literária que desminta aquilo que honestamente tem de se reconhecer e que, sobretudo, o País sente vivamente na carne — o fracasso rotundo da política económica e financeira do Governo PS/PSD.

Onde estão as «condições sadias para o investimento» que o Primeiro-Ministro prometia na apresentação do Programa do Governo? Estarão na queda de mais de 26% verificada em 1983 e 1984? Estarão nos tímidos e provavelmente propagandísticos 2% de aumento anunciados pelo Governo para este ano?

Recordem-se outras frases proclamadas então pelo Primeiro-Ministro tais como «estimular a produção», «gerar poupanças», «fomentar a actividade empresarial». Comparem-se estas promessas com a realidade do País. Comparem-se com a profunda recessão em que foi mergulhada toda a vida económica do País, onde sobressai a diminuição da produção em 0,5% em 1983 e de cerca de 2% em 1984, a baixa da procura interna de 6,6%, a diminuição do consumo privado de 2%, o aumento do número de falências que no primeiro trimestre de 1984 teve uma subida de 31% (o que mesmo assim constitui uma pálida imagem das reais dificuldades das empresas).

Uma política errada

(...)

Uma errada política de ataque ao défice da balança de transacções correntes aliada à política de restauração monopolista conduziu à destruição do aparelho produtivo, primeiro, logo seguido da degradação financeira do Estado, do Banco de Portugal e da Banca Comercial, chegando esta ao ponto de ter que vender ouro e colecções de numismática para apresentar contabilisticamente resultados positivos.

O desregulamento da economia agravou o desregramento das contas públicas. A ênfase posta no combate à fraude e à corrupção que ornamentava o Programa do Governo e a sua apresentação foi a pouco e pouco desaparecendo do discurso governamental — nem medidas nem palavras. Não se conhece a quanto monta a dívida acumulada dos fundos autónomos. Não se conhece a quanto monta a dívida total da Administração Central. As contas do Estado perdem credibilidade.

(...)

Acresce que o brutal aumento de preços nos primeiros dias de Janeiro que levam até as bancadas da maioria a duvidar do alvo de 22% previstos para a inflação, a atitude de gestores do SEE em relação à contratação colectiva, juntamente com as manobras do Governo em relação à Função Pública, a verba para o aumento das pensões e reformas que têm uma subida de apenas 12,8% tudo leva a suspeitar da concretização desta garantia governamental.

Ao mesmo tempo, as verbas destinadas à educação, saúde, segurança social e habitação diminuem em termos reais relativamente a 1984.

O desemprego é abertamente fomentado pelo Governo como nos casos da CTM, CNN e Lisnave, ao mesmo tempo que destina apenas menos de metade das receitas do Fundo de Desemprego para atribuição de subsídios e não toma nenhuma medida digna desse nome em relação aos salários em atraso, nem para debelar o mal, nem para apoiar os trabalhadores e famílias que se vêem atirados para uma situação dramática.

(...)

Benesses...

Não cessam os benefícios e benesses do Governo. É a cruzada contra as nacionalizações e a Reforma Agrária com espoliações de empresas, terras e máquinas. É a abertura do sector bancário ao grande capital e o seu financiamento pela própria banca nacionalizada. É a autorização para a importação privada de açúcar e oleaginosas em condições cambiais mais favoráveis que as concedidas às empresas públicas. São os acordos com a Torralta e outros da mesma natureza. São as copiosas isenções fiscais que se pretende conceder à ex-SPI (agora Banco de Investimento Português do senhor Santos Silva) como se pode ver no artigo 42.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado em discussão. E falando da presente Proposta de Orçamento de Estado, é também a continuação da isenção fiscal de que gozam as empresas exportadoras e a redução da taxa do imposto de capitais sobre os lucros; é a eliminação do adicional de 15% sobre as mais-valias, é a redução da matéria colectável, para efeitos de contribuição industrial, através do aumento das provisões, das amortizações e da valorização das existências.

Um especial significado político tem a larga lista de isenções prevista no artigo 43.º da Proposta de Lei do Orçamento de Estado com que se pretende continuar a incentivar e premiar a concentração de empresas e capitais, que é como quem diz a reconstituição dos grupos monopolistas.

Esta política de restauração monopolista seguida pelo actual Governo PS/PSD e pelos anteriores governos da AD é comprovadamente a causa principal do depauperamento da economia nacional, com as consequentes perturbações e destruições do aparelho produtivo propagado a seguir ao sistema financeiro e bancário. É também a causa principal do crescente e esmagador endividamento externo do País.

... e eleitoralismo

(...)

Numa situação como esta é particularmente chocante a instrumentalização eleitoralista das finanças do Estado a que se entregam o Governo e os partidos que o apoiam.

(...)

A instrumentalização aparece de múltiplas formas, na sobreavaliação de receitas, na subavaliação de despesas, na afirmação de um défice artificial, que apesar de já ser um medonho buraco e representar um crescimento de 90% em relação ao défice inicial do Orçamento do ano passado, está longe de corresponder à verdade. A instrumentalização aparece também nos sacos azuis para serem naturalmente utilizados na altura própria. Mas onde a instrumentalização toma as raias do verdadeiro escândalo é na forma como são distribuídas as verbas para as autarquias. A operação foi preparada à distância com o Decreto governamental sobre as Finanças Locais. Está agora absolutamente confirmado que a subjectividade dos critérios contidos nesse diploma constitui a porta aberta à descriminação política e partidária e à distribuição de verbas de acordo com o interesses eleitorais dos partidos do Governo.

O Governo não governa para o País. Governa mal, governa para o punhado de senhores do grande capital e governa segundo os seus mesquinhos interesses partidários e eleitorais.

O caminho a seguir

(...)

A nosso ver, quem optar neste momento por uma política de defesa intransigente do nosso povo e do nosso país não pode seguir outro caminho que não seja:

— Acabar com as ofensivas para destruir a organização económica tal como está consagrada na Constituição e apoiar e dinamizar as formações económicas existentes no sector público, no sector privado e no sector cooperativo respeitando os seus limites e dinâmicas próprias;

— Acabar de forma decidida com a política de recessão e mobilizar todos os recursos, energias e potencialidades nacionais para produzir mais, impulsionando a agricultura, a indústria, os serviços e os grandes projectos nacionais;

— acabar com a falsa política de austeridade que tem agravado o desemprego, gerado a fome e a miséria entre o nosso povo, ao mesmo tempo que faz acumular a riqueza e a centralização de capitais e em vez disso poupar na energia, nas matérias-primas e melhorar o aproveitamento da força de trabalho, mediante medidas de organização, racionalização e melhoramento tecnológico, limitando os altos consumos, reduzindo as importações de artigos de luxo, produzindo no País muito do que actualmente se importa;

— Reduzir o mais possível o recurso aos créditos externos que estão sufocando a nossa economia e pôr na ordem do dia a renegociação da dívida externa a fim de assegurar a defesa dos interesses nacionais.

(...)

Em todas as suas manifestações, nas conclusões, e em episódios adjacentes, este debate encerra um importante significado político.

Chegou-nos aqui um Governo e uma coligação exaustos e derrotados e por isso mesmo mais intolerantes, reservando um último fôlego não para prestar um serviço ao País, mas para dar mais um impulso à contra-revolução.

Por tudo o que aqui se passou o nosso voto contra as duas propostas do Governo coroa a justeza da posição que desde a primeira hora tomámos contra esta coligação, certos de que ela seria incapaz de resolver qualquer dos grandes problemas nacionais, antes os agravando a todos.

Mas é com alegria que verificamos que muitos que foram iludidos na primeira hora concluem connosco: este Governo tem que se ir embora, esta coligação não serve.

É por isso mesmo que estamos plenamente seguros que sejam quais forem os mais próximos sucessos políticos, a substituição do Governo está na ordem do dia e a alternativa está assegurada.

PCP

Mais uma vitória do Partido

Campanha nacional de recrutamento trouxe 10 331 novos militantes ao PCP

O Partido avança para 1985, ano de grandes batalhas políticas, mais reforçado e confiante.
Terminou a campanha nacional de recrutamento, realizada entre Junho e Dezembro de 84, que trouxe ao Partido, pelo menos, 10 331 novos militantes. É mais uma vitória para o PCP. É mais um contributo para o alargamento das suas fileiras e para o reforço da sua influência e da sua acção no Portugal de Abril.

A leitura do quadro da campanha que aqui publicamos (retirado da edição de Janeiro de «O Militante», que faz o primeiro «balanço» com os ensinamentos e conclusões da campanha) recorda as metas previstas para cada Organização Regional do Partido, a evolução dos recrutamentos mês a mês e os totais (valores absolutos e percentagens) obtidos em cada região.

Apesar das dificuldades que se registaram desde o início da campanha (já lá iremos), apenas quatro Organizações Regionais ficaram aquém das respectivas metas, embora duas se tivessem aproximado dos seus objectivos. No entanto, como sublinha «O Militante» — n.º 116/Janeiro de 85, «as faltas verificadas nessas organizações foram compensadas pelos resultados obtidos nas outras, entre as quais se tem de salientar a OR da **Beira Litoral**, com mais de 124 por cento da sua meta, a OR do **Algarve**, com mais de 116 por cento, a OR do **Alentejo** com mais de 114 por cento e a Organização da Região Autónoma dos Açores com 112 por cento.»

Do esforço às dificuldades

Numa rápida análise aos resultados da campanha, «O Militante» sublinha que as organizações que ultrapassaram as suas metas «correspondem a regiões muito diversas politicamente, regiões que vão desde uma implantação muitíssimo forte do Partido até uma implantação ainda muito fraca». Em diversas OR's destaca-se que o recrutamento efectuado inclui uma boa percentagem de jovens e mulheres.

Uma campanha com a envergadura, a importância e o *impacto político como a que já terminou representa inevitavelmente* um esforço dos militantes e das organizações. E esse esforço, aliado à capacidade, à dedicação e tantas vezes ao espírito de iniciativa, esteve na origem do êxito alcançado.

Mas, de uma campanha como esta também se retiram ensinamentos e experiências. E, naturalmente, preocupações e linhas de actuação para o futuro imediato. Para tentar dar a volta a erros e deficiências que ainda se notam e que, com discussão e esclarecimento, se podem rapidamente ultrapassar.

> O número já atingido de **10 331** novos militantes representa um excelente sucesso para o alargamento das fileiras do Partido, para o reforço da sua influência.
>
> ●
>
> O cumprimento desta campanha de recrutamento é uma prova muito concreta do aumento da influência do Partido, da razão das suas posições e da justeza da sua orientação.
>
> ●
>
> Cabe a cada organização fazer o balanço da campanha que realizou, colher as lições que permitam melhorar o seu trabalho e continuar a recrutar.
>
> ●
>
> Para recrutar é indispensável uma boa ligação às massas.
>
> **(Do artigo publicado na última edição de «O Militante», sobre a Campanha de Recrutamento)**

Falar da campanha implica — para não ficarmos apenas pela linguagem fria dos números — falar de todas aquelas questões e também das dificuldades concretas que envolveram a campanha, com especial incidência na sua fase de arranque: depois das dificuldades «tradicionais» nos meses de férias (Junho e especialmente Julho e Agosto) veio a preparação e a realização da Festa do «Avante!». A sério a sério, a campanha teve melhores condições para a sua expressão só depois da Festa — ou seja de meados de Setembro a Dezembro.

Conhecendo ou recordando essas dificuldades estaremos em condições de compreender melhor o verdadeiro alcance dos resultados obtidos.

Dos ensinamentos e experiências que se recolheram, das situações mais características que se salientaram, das preocupações e linhas de acção para o futuro e dos problemas que a campanha defrontou aqui deixamos em seguida alguns apontamentos breves, retirados do artigo que a última edição de «O Militante» dedicou a mais este êxito do Partido.

Ambiente intimidatório

(...) Esta Campanha foi realizada em condições muitas vezes adversas, pois o ambiente intimidatório e mesmo repressivo, embora diferente de região para região, é hoje maior que nunca (após o 25 de Abril), pois a informação espalhada pelos grandes meios de comunicação social é profundamente enganadora, e contrária a tudo o que cheira a 25 de Abril, a socialismo (fora da gaveta) e a comunistas. (...)

Ligação às massas

A experiência que pode ser colhida por todo o lado é a de que as células e outras organizações do Partido que não têm uma boa ligação aos seus companheiros de trabalho ou, em geral, aos trabalhadores e elementos de outras camadas sociais com quem lidam, têm grandes dificuldades para recrutar novos membros para o Partido.

É sabido e mais uma vez ficou provado que uma apreciação negativa, sectária, sobre os companheiros de trabalho ou as pessoas que labutam no nosso meio não permite o estabelecimento de laços que abram a porta para o diálogo e o entendimento.

Numa dada organização, os camaradas afirmavam não haver possibilidades de recrutamento. Procurou-se aprofundar quais as razões e a resposta foi a seguinte: Como é possível recrutar um colega de trabalho com quem não falamos durante o ano?

É, na verdade, assim. Isolando-nos no contacto só com os outros camaradas, a nossa influência não se pode alargar, a nossa acção fecha-se em relação ao meio em que deveríamos actuar, e o recrutamento não tem perspectivas.

Um exemplo

Numa organização concelhia, a respectiva Comissão Concelhia afirmava existirem grandes dificuldades para fazer qualquer recrutamento. Apesar da discussão havida com esses camaradas não foi possível convencê-los sobre as possibilidades de recrutar. Foi preciso mostrar-lhes na prática como *realizar o recrutamento, indo outros camaradas falar com simpatizantes que aceitaram* tornar-se membros do Partido.

Não seria necessária mais esta Campanha para se saber que uma organização que se mantém fechada em relação aos que não são membros do Partido não tem condições para recrutar, como também não pode ter uma boa actuação. A tal organização falta-lhe uma característica fundamental duma verdadeira organização do Partido — é a ligação às massas. **Para recrutar é indispensável uma boa ligação às massas.**

A ligação às massas não é um dado adquirido, é um processo que tem de ser acompanhado e estimulado.

São conhecidos exemplos de células de empresa que a certa altura tinham prestígio e desempenharam um verdadeiro papel de vanguarda entre os trabalhadores da respectiva empresa, e depois, deixaram de ter esse papel, foram perdendo a ligação aos companheiros de trabalho e tornaram-se mesmo inactivas.

Há outras células que mantêm à sua volta um certo número de simpatizantes e que consideram que isto chega, que isso é uma boa ligação às massas. Entretanto, por vezes sucede que a célula e os seus simpatizantes são só uma pequena parte dos trabalhadores da empresa e, em conjunto, actuam de uma forma sectária em relação à massa dos trabalhadores.

Isto significa que não devemos pôr limites à ligação aos companheiros de trabalho e a outras pessoas com quem contactamos. Conscientes de que a ligação às massas é um processo, é preciso dinamizá-lo, procurar ir sempre além do que já se conseguiu.

Outro exemplo

É interessante o exemplo dado por uma célula de empresa que durante a maior parte da Campanha não conseguiu senão um recrutamento e a certa altura obteve mais 6 e não ficou por aqui. A explicação que foi dada foi a de que «estávamos agarrados sempre aos mesmos».

Isto quer dizer que o recrutamento se voltou durante muito tempo só para os simpatizantes mais conhecidos e próximos. Não se procurou alargar o contacto para outros trabalhadores, para gente nova que não se conhecia ainda bem ou de cuja evolução não nos tínhamos apercebido suficientemente. A experiência vai mostrando que **é necessário aprofundar sempre a ligação às massas.**

É preciso intensificar o esclarecimento ideológico

É esta uma outra questão de grande importância e que pode ter diversas direcções. Interessa referir pelo menos três aspectos principais.

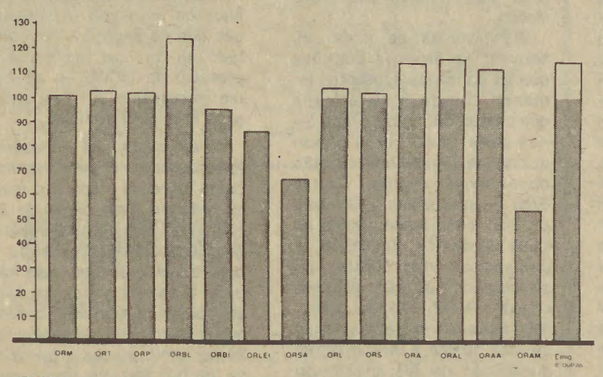


Gráfico publicado na última edição de «O Militante» (n.º 116, Janeiro de 1985)

Em **primeiro lugar, é necessário elevar o nível ideológico dos próprios membros do Partido,** não só para se tornarem mais capazes no esclarecimento e na ajuda aos seus companheiros, mas também para combater as ideias sectárias e erradas que ainda subsistem em muitos lados.

Por um lado, é preciso explicar que as ideias sectárias não permitem uma aproximação com os outros trabalhadores e antes nos fecham e limitam as nossas possibilidades de influência e acção. É necessário *convencer os militantes do Partido que a acção de vanguarda das nossas células ou outras* organizações só se pode exercer se as células têm influência na massa dos trabalhadores, têm a sua aceitação, são ouvidas. E isso exige não só uma actuação correcta, uma actuação que prestigie o Partido, mas também um grande cuidado no alargamento constante dos contactos, das trocas de ideias e de esclarecimento.

Organizações «desarrumadas»

Por outro lado, é necessário também ultrapassar certas concepções sobre a organização que fazem da sua «arrumação» uma questão essencial para levar por diante o recrutamento. Entretanto, são inúmeros os casos de organizações que estão «desarrumadas» e que se reforçam e se «arrumam» melhor exactamente porque souberam recrutar elementos prestigiados e capazes que dão novo ânimo e dinamismo à organização a que passam a pertencer. Como é natural, a «desorganização» é em geral consequência de uma reduzida formação de quadros e, quantas vezes, se vão encontrar em novos recrutados excelentes condições para se tornarem, com rapidez, quadros do Partido, quadros capazes de actuarem bem na luta contra a «desorganização» existente.

A luta pela elevação do nível ideológico dos membros do Partido pode contribuir decisivamente para romper com o recrutamento, para fortalecer o recrutamento.

Em **segundo lugar,** esta Campanha trouxe muitos exemplos de simpatizantes, alguns deles activos e até muito activos, verdadeiros militantes, que não aceitam a sua inscrição no Partido. É necessária sempre uma grande atenção para que a nossa persistência no recrutamento não os incomode e leve ao distanciamento de pessoas que nos são próximas e até que prestam uma ajuda por vezes muito valiosa. Mas será bom que se perceba as razões porque tais simpatizantes, alguns deles com uma militância regular, não compreendem a importância da sua adesão ao Partido.

Umas vezes tais simpatizantes afirmam que ainda não se sentem suficientemente preparados e teremos que explicar que a preparação faz-se ou continua nas próprias fileiras do Partido.

Outras vezes afirmam que só não aceitam a inscrição por causa de fulano ou cicrano que não lhe merece confiança e então será bom perceber a causa desta posição, esclarece o que há e, muitas vezes, salientar que a antipatia ou outras razões pouco sólidas ou objectivas não devem ser suficientes para impedir um passo que importa a um amplo colectivo, que importa para a luta geral dos comunistas, dos trabalhadores, do nosso povo.

Responsabilidades

Outras vezes ainda afirmam que não querem assumir responsabilidades que lhes podem limitar a disponibilidade para a sua vida pessoal ou os seus tempos livres. Nestes casos, não há que dizer que a adesão não exige nada, que não é, na verdade, uma responsabilidade. Mas há que tornar claro que a militância, que deve caracterizar qualquer membro do Partido, tem ou pode ter expressões muito diversas. É necessário ir sempre esclarecendo qualquer membro do Partido ou futuro membro do Partido que **a participação na actividade partidária de uma forma coordenada é uma questão essencial. Mas essa participação tem de ter em conta a disponibilidade e a disposição dos próprios militantes** de modo a que se sintam úteis mas não forçados a uma acção para que não estão dispostos ou disponíveis. Naturalmente que tais explicações terão mais força se a prática dentro de uma dada organização não desminta tais argumentos.

Sucede, muitas vezes, que há simpatizantes nossos que têm uma boa actividade numa colectividade, num movimento unitário, ou em outro meio, actividade de que gostam e a que são devotados, e que receiam que sendo membros do Partido se vejam obrigados a desviarem-se dessa actuação para outras que não sentem com o mesmo gosto.

Tais receios até podem estar alicerçados em exemplos que conhecem. Mas a verdade é que o recrutamento de tais simpatizantes deverá, ou deveria, ter como objectivo, que a sua militância, coordenada nas fileiras do Partido, fosse ao encontro do seu interesse, aproveitasse a actividade que já desenvolve com gosto e experiência.

Finalmente, importa referir que há muitos simpatizantes que temem a sua inscrição no Partido. Temem, não porque se possam sentir forçados a uma participação mais activa do que desejam, mas porque não têm confiança na estabilidade do regime democrático, ou porque verificam que os direitos democráticos não são respeitados quer na empresa, quer nas carreiras profissionais, quer em outros meios, ou porque, à sua volta, existe um ambiente anticomunista que sentem demasiado ou que não estão dispostos a combater. É uma questão que pode ter, como se vê, diversas origens e que tem de ser tratada de acordo com a sua especificidade. Em muitos casos, dever-se-á salientar que é exactamente a luta dos comunistas, a luta do Partido, que melhor poderá garantir a defesa do regime e, por isso, é importante fortalecer as suas fileiras e a sua acção.

É também esse fortalecimento que poderá ter influência na consolidação dos direitos democráticos e no desmascaramento do anticomunismo. Mas, em outros casos, dever-se-á ter em conta certas situações concretas e explicar que a adesão ao Partido não significa que isso se torne público e que a militância se exerce também sem necessariamente aquela adesão ficar conhecida. Em certas empresas, como se sabe, os patrões discriminam trabalhadores só porque são comunistas. Há muitas outras formas de perseguição que não se podem esquecer. É preciso tê-las em conta, mas não deixar por isso de alargar e reforçar as fileiras do Partido, mesmo que a sua actividade tenha de ser levada a cabo com especiais cuidados.

Este segundo aspecto do esclarecimento ideológico dirige-se para os **simpatizantes do Partido que há que ajudar a tornarem-se membros do Partido, militantes dentro de uma das suas organizações.**

Em **terceiro lugar, a acção ideológica volta-se, e tem que voltar-se cada vez mais, para os que não são nem membros nem simpatizantes do Partido.**

Já atrás se disse que a falta de acompanhamento de muitos dos nosso colegas de trabalho e outra gente conhecida faz com que, muitas vezes, consideremos que eles se encontram numa dada posição política e, na verdade, isso já não sucede. As experiências que vão colhendo no trabalho e na vida levantam-lhes dúvidas, levam-nos a rever algumas concepções, esclarecem-nos.

Naturalmente que a acção das células do Partido e dos seus membros junto dos outros trabalhadores e das pessoas em geral pode contribuir muito para que aquelas dúvidas, aquelas revisões de concepção ou aqueles esclarecimentos surjam ou se desenvolvam mais rapidamente.

Uma preocupação básica de qualquer célula do Partido deve ser o controlo do esclarecimento ideológico que os seus membros estão realizando na respectiva empresa ou área de habitação.

Numa altura em que a actividade do Governo PS/PPD denunciou ainda mais os propósitos destes dois partidos contra os interesses dos trabalhadores, do povo em geral, contra os interesses do país e contra a democracia, é evidente que há muita gente que ficou com dúvidas e que está mudando ou vai mudar de posição. Tem sido um período muito importante para que as organizações do Partido façam tudo para reforçar as suas ligações com as massas, para multiplicar os diálogos, para intensificar a luta ideológica, o esclarecimento, junto de muitos trabalhadores e elementos de outras camadas e classes sociais que têm sofrido a influência de partidos que, no fim de contas, estão contra a consolidação da democracia, contra o Portugal de Abril.

A Campanha de Recrutamento foi muito oportuna, foi ao encontro das possibilidades de trazer ao nosso Partido muitos outros militantes.

A intensificação do esclarecimento ideológico quer junto das organizações do Partido, quer entre os seus simpatizantes, quer especialmente voltado para os que estão ainda influenciados por uma informação intoxicante, é uma questão fundamental para melhorar o recrutamento.

O recrutamento é uma tarefa constante

Uma lição importante a tirar também desta Campanha é a de que **qualquer organização tem de dedicar ao recrutamento uma atenção permanente.**

Uma lição importante a tirar também desta Campanha é a de que **qualquer organização tem de dedicar ao recrutamento uma atenção permanente.**

Mesmo em relação às organizações que têm uma forte implantação, elas sabem, por experiência própria, que, descuidando-se no recrutamento, podem ver diminuir as suas fileiras em virtude da morte de alguns camaradas, da transferência de outros e da falta de uma ligação capaz com outros ainda.

A Organização Regional do Alentejo, por exemplo, especialmente em virtude da saída de muitos trabalhadores para fora da região, estava, nos primeiros meses de 1984, a ver diminuir o total de membros do Partido. Foi a Campanha que inverteu essa tendência. Foi a Campanha, que atingiu todos os concelhos do Alentejo, que rompeu com o facto de alguns desses concelhos não recrutarem há 2 anos, há 3 anos e até há 4 anos.

Estes exemplos verificam-se também em outras Organizações Regionais e em muitos outros concelhos.

Maior atenção ao recrutamento

Tem de haver um cuidado muito especial em relação às Organizações Concelhias que não recrutaram mesmo durante a Campanha. Isso sucedeu em mais de 30 concelhos. É necessário conhecer as razões disso pois é possível afirmar que, de um modo geral, a falta de recrutamentos é o resultado de debilidades muito grandes nas próprias organizações ou no seu acompanhamento.

	Objectivos da Campanha	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total	%
OR Minho	550	27	19	14	92	90	120	193	555	100,9
OR Trás-os-Montes	300	40	27	16	17	49	48	114	311	103,7
OR Porto	1400	85	87	78	139	314	235	508	1446	103,3
OR Beira Litoral	650	91	47	54	70	159	146	245	812	124,9
OR Beira Interior	300	20	22	19	28	51	60	90	290	96,7
OR Leiria	350	2	8	8	12	27	39	210	306	87,4
OR Santarém	600	18	27	29	32	60	114	124	404	67,3
OR Lisboa	2000	116	114	120	154	340	420	815	2079	104,0
OR Setúbal	1600	111	135	112	100	215	472	493	1638	102,4
OR Alentejo	1400	74	43	94	102	254	465	570	1602	114,4
OR Algarve	350	39	10	14	24	79	130	111	407	116,3
ORA dos Açores	150	18	7	30	13	19	46	35	168	112,0
ORA da Madeira	150	12	10	3	4	7	21	25	82	54,7
Emig. e Outras Org.	200	24	20	7	15	40	50	75	231	115,5
TOTAL	10 000	677	576	598	802	1704	2366	3608	10 331	103,3

Quadro publicado na última edição de «O Militante» (n.º 116, Janeiro de 1985)

O mesmo se tem de considerar em relação às organizações do Partido em geral, com particular atenção para as células de empresa mas não só.

Muitas células de empresa, mas também um certo número de organizações concelhias, têm ainda uma implantação tão fraca que se pode dizer que sem haver um bom recrutamento não se pode dar o salto qualitativo que abra a essas organizações a capacidade de terem influência na sua esfera de acção.

Tudo isto aponta para uma questão essencial que é também uma lição da Campanha **— é a necessidade de ter uma maior atenção para o recrutamento, é a necessidade de continuar o recrutamento, tornando permanente o esforço de todas as organizações a esse respeito.**

Naturais do Alentejo

No Centro Vitória, Av. da Liberdade, 170, vai realizar-se no próximo dia 15, às 21 horas, uma reunião de naturais do Alentejo residentes na área da Grande Lisboa. José Casanova, da Comissão Política do Partido, também estará presente na reunião.

Novo CT no Couço

«Construir um Centro de Trabalho do PCP no Couço é, sem dúvida, motivo de satisfação e orgulho», sublinha a Comissão de Freguesia do Partido, numa nota dirigida à população da conhecida localidade ribatejana a propósito da campanha já lançada para o novo CT. Depois da compra do terreno, a preocupação, agora, é construir o edifício. Por isso, aí está a campanha e certamente a solidariedade da população.

Iniciativas da organização no concelho do Bombarral

A constituição da C. Local do Partido, o levantamento da situação económica e social na localidade, a situação política no País, as autarquias e as próximas eleições serão temas em foco no plenário de militantes marcado para 8 de Fevereiro no lugar de **S. Mamede**, freguesia de Roliça, concelho do Bombarral. O plenário está marcado para as 20 e 30 h na cave do camarada Serafim. Participará o camarada Carlos Pinhão, do Comité Central.

Ainda no concelho do Bombarral — um dos concelhos do distrito de Leiria —, está prevista para 9 de Fevereiro uma reunião de quadros na vila, na cave da D.ª Cândida, com a seguinte ordem de trabalhos: autarquias — balanço de 1984 e perspectivas para este ano de 85; situação política. Participam os camaradas Carlos Pinhão, do CC, e Jorge Sobral, da Direcção Regional de Leiria.

Fundos: plenário das organizações do CLL

Amanhã (sexta-feira), com início às 20 e 30 h, no Vitória, efectua-se um plenário de organismos de direcção, secretariados de célula e comissões de freguesia, aberto também a todos os camaradas ligados à frente dos fundos em Lisboa. Haverá um debate sobre política financeira no âmbito das organizações do Comité Local. José Casanova, membro da C. Política do Partido, será um dos participantes neste plenário.

4.ª Conferência Eco «A situação econó e a via de desenv para sair da crise»

Nos próximos dias 30 e 31 de Março, o PCP realizará a sua quarta Conferência Económica, subordinada ao tema «A situação económica do País e a via de desenvolvimento para vencer a crise». A necessidade desta iniciativa advém da degradação económica e financeira em que vive o País, fruto da política restauracionista da direita, e da necessidade de se lhe apontar uma política alternativa.

A Conferência foi marcada na reunião de 26 de Novembro de 1984 do Comité Central do PCP e decorrerá no Pavilhão dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional, no Seixal, cedido pela direcção do Clube do Pessoal desta Empresa Pública a pedido do Partido.

Cerca de mil delegados analisarão a situação económica do País e apontarão uma política económica alternativa, para a qual será imprescindível a participação dos trabalhadores na economia, como sujeitos de-

Comunistas do com plano de

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP aprovou o plano de actividades do Partido para 1985. Este plano, que contempla aspectos dos trabalhos de direcção e de organização e no plano financeiro e de propaganda, debruça-se também sobre a acção do Partido nas diversas frentes do trabalho unitário.

O plano de actividades foi aprovado na primeira reunião plenária da DORAL realizada em 1985; reunião em que se fez também, como o «Avante!» oportunamente noticiou, uma caracterização socioeconómica da região.

Ao analisar o trabalho de direcção, a DORAL decidiu a criação de um organismo para acompanhar as questões do turismo da região e de um outro para acompanhar as questões eleitorais que serão postas ao longo deste ano. Foi também salientada a necessidade de se envidarem esforços no sentido de um melhor acompanhamento das diversas frentes de trabalho e de um melhor controlo de execução, bem como de uma melhor resposta das organizações às solicitações do trabalho partidário.

Ainda nesta frente, será dada atenção à formação dos quadros e à sua preparação para as diversas tarefas que se colocam ao Partido ao longo do ano.

O plano de actividades contempla também o aprofundamento da estrutura da organização do Partido, implicando isso a criação de comissões de freguesia, o contínuo reforço das células de empresa e o trabalho de contacto regular com todos os membros do Partido.

Nesta reunião da DORAL foi salientado que a meta da região no âmbito da campanha dos 10 mil novos militantes para o Partido foi, não só cumprida, como «ultrapassada significativamente». Tal facto, — conclui-se — deve constituir «um incentivo ao contínuo recrutamento para o Partido de todos aqueles que se têm vindo a destacar na luta por uma nova política e um novo Governo».

No campo da acção partidária, está desde já marcada uma série de debates sobre alguns dos problemas da região, como sejam «a política de turismo», a «política de ensino», a «situação económica da região», o «património cultural» e a «situação da horticultura e da fruticultura».

Marcadas ficaram, também, as tradicionais Festas de Verão organizadas pelo Partido em Faro, Portimão, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António e Bordeira.

A DORAL, que considera serem as eleições uma preocupação central da actividade do Partido no ano em curso, salienta que na acção do PCP «é preocupação central manter uma permanente linha de massas em toda a actividade em defesa dos interesses da população da região e pela demissão do Governo».

ASSEMBLEIAS DAS

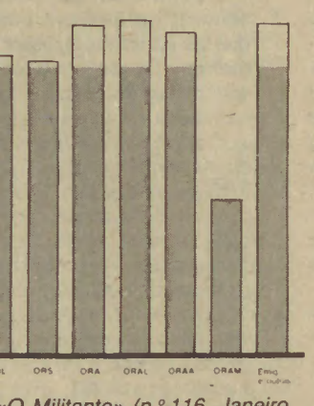
Concelhia de Mangua «Estão criadas as

É necessária. E estão agora criadas condições para a sua realização. Falamos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Mangualde, no distrito de Viseu. Como recorda o documento-base de preparação da iniciativa, para debate em todas as organizações do Partido no concelho, foi em 10 de Dezembro de 1983 que se realizou a 1.ª Assembleia, que «consistiu fundamentalmente numa reunião plenária de militantes que ratificou uma proposta de constituição de uma Comissão Concelhia provisória. Este organismo ficou encarregado de dirigir transitoriamente o trabalho do Partido no concelho e de criar as condições para a realização de uma Assembleia da Organização», onde será proposta a eleição de uma «Comissão Concelhia mais alargada e re-

Decorreu no último domingo, na Marinha Grande, um encontro distrital de quadros da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP. Em foco estiveram questões de organização partidária, a situação no distrito, as próximas eleições autárquicas e a acção unitária em torno da APU.No próximo «Avante!» daremos uma panorâmica completa das principais conclusões do encontro.

...lo recrutamento ...itantes ao PCP

...nsabilidades que lhes podem ...nitar a disponibilidade para a ...a vida pessoal ou os seus ...mpos livres. Nestes casos, ...o há que dizer que a adesão ...o exige nada, que não é, na ...erdade, uma responsabilida...e. Mas há que tornar claro ...ue a militância, que deve ca...cterizar qualquer membro do ...artido, tem ou pode ter ex...ressões muito diversas. É ne...essário ir sempre esclarecen...o qualquer membro do Parti...o ou futuro membro do Parti...o que **a participação na acti...idade partidária de uma for...a coordenada é uma ques...ão essencial. Mas essa par...cipação tem de ter em con...a a disponibilidade e a dis...osição dos próprios militan...es** de modo a que se sintam ...teis mas não forçados a uma



«O Militante» (n.º 116, Janeiro

...acção para que não estão dis...postos ou disponíveis. Naturalmente que tais explicações terão mais força se a prática dentro de uma dada organização não desminta tais argumentos.

Sucede, muitas vezes, que há simpatizantes nossos que têm uma boa actividade numa colectividade, num movimento unitário, ou em outro meio, actividade de que gostam e a que são devotados, e que receiam que sendo membros do Partido se vejam obrigados a desviarem-se dessa actuação para outras que não sentem com o mesmo gosto.

Tais receios até podem estar alicerçados em exemplos que conhecem. Mas a verdade é que o recrutamento de tais simpatizantes deverá, ou deveria, ter como objectivo, que a sua militância, coordenada nas fileiras do Partido, fosse ao encontro do seu interesse, aproveitasse a actividade que já desenvolve com gosto e experiência.

Finalmente, importa referir que há muitos simpatizantes que temem a sua inscrição no Partido. Temem, não porque se possam sentir forçados a uma participação mais activa do que desejam, mas porque não têm confiança na estabilidade do regime democrático, ou porque verificam que os direitos democráticos não são respeitados quer na empresa, quer nas carreiras profissionais, quer em outros meios, ou porque, à sua volta, existe um ambiente anticomunista que sentem demasiado ou que não estão dispostos a combater. É uma questão que pode ter, como se vê, diversas origens e que tem de ser tratada de acordo com a sua especificidade. Em muitos casos, dever-se-á salientar que é exactamente a luta dos comunistas, a luta do Partido, que melhor poderá garantir a defesa do regime e, por isso, é importante fortalecer as suas fileiras e a sua acção.

É também esse fortalecimento que poderá ter influência na consolidação dos direitos democráticos e no desmascaramento do anticomunismo. Mas, em outros casos, dever-se-á ter em conta certas situações concretas e explicar que a adesão ao Partido não significa que isso se torne público e que a militância se exerce também sem necessariamente aquela adesão ficar conhecida. Em certas empresas, como se sabe, os patrões discriminam trabalhadores só porque são comunistas. Há muitas outras formas de perseguição que não se podem esquecer. É preciso tê-las em conta, mas não deixar por isso de alargar e reforçar as fileiras do Partido, mesmo que a sua actividade tenha de ser levada a cabo com especiais cuidados.

Este segundo aspecto do esclarecimento ideológico dirige-se para os **simpatizantes do Partido que há que ajudar a tornarem-se membros do Partido, militantes dentro de uma das suas organizações.**

Em **terceiro lugar, a acção ideológica volta-se, e tem que voltar-se cada vez mais, para os que não são nem membros nem simpatizantes do Partido.**

Já atrás se disse que a falta de acompanhamento de muitos dos nosso colegas de trabalho e outra gente conhecida faz com que, muitas vezes, consideremos que eles se encontram numa dada posição política e, na verdade, isso já não sucede. As experiências que vão colhendo no trabalho e na vida levantam-lhes dúvidas, levam-nos a rever algumas concepções, esclarecem-nos.

Naturalmente que a acção das células do Partido e dos seus membros junto dos outros trabalhadores e das pessoas em geral pode contribuir muito para que aquelas dúvidas, aquelas revisões de concepção ou aqueles esclarecimentos surjam ou se desenvolvam mais rapidamente.

Uma preocupação básica de qualquer célula do Partido deve ser o controlo do esclarecimento ideológico que os seus membros estão realizando na respectiva empresa ou área de habitação.

Numa altura em que a actividade do Governo PS/PPD denunciou ainda mais os propósitos destes dois partidos contra os interesses dos trabalhadores, do povo em geral, contra os interesses do país e contra a democracia, é evidente que há muita gente que ficou com dúvidas e que está mudando ou vai mudar de posição. Tem sido um período muito importante para que as organizações do Partido façam tudo para reforçar as suas ligações com as massas, para multiplicar os diálogos, para intensificar a luta ideológica, o esclarecimento, junto de muitos trabalhadores e elementos de outras camadas e classes sociais que têm sofrido a influência de partidos que, no fim de contas, estão contra a consolidação da democracia, contra o Portugal de Abril.

A Campanha de Recrutamento foi muito oportuna, foi ao encontro das possibilidades de trazer ao nosso Partido muitos outros militantes.

A intensificação do esclarecimento ideológico quer junto das organizações do Partido, quer entre os seus simpatizantes, quer especialmente voltado para os que estão ainda influenciados por uma informação intoxicante, é uma questão fundamental para melhorar o recrutamento.

O recrutamento é uma tarefa constante

Uma lição importante a tirar também desta Campanha é a de que **qualquer organização tem de dedicar ao recrutamento uma atenção permanente.**

Uma lição importante a tirar também desta Campanha é a de que **qualquer organização tem de dedicar ao recrutamento uma atenção permanente.**

Mesmo em relação às organizações que têm uma forte implantação, elas sabem, por experiência própria, que, descuidando-se no recrutamento, podem ver diminuir as suas fileiras em virtude da morte de alguns camaradas, da transferência de outros e da falta de uma ligação capaz com outros ainda.

A Organização Regional do Alentejo, por exemplo, especialmente em virtude da saída de muitos trabalhadores para fora da região, estava, nos primeiros meses de 1984, a ver diminuir o total de membros do Partido. Foi a Campanha que inverteu essa tendência. Foi a Campanha, que atingiu todos os concelhos do Alentejo, que rompeu com o facto de alguns desses concelhos não recrutarem há 2 anos, há 3 anos e até há 4 anos.

Estes exemplos verificam-se também em outras Organizações Regionais e em muitos outros concelhos.

Maior atenção ao recrutamento

Tem de haver um cuidado muito especial em relação às Organizações Concelhias que não recrutaram mesmo durante a Campanha. Isso sucedeu em mais de 30 concelhos. É necessário conhecer as razões disso pois é possível afirmar que, de um modo geral, a falta de recrutamentos é o resultado de debilidades muito grandes nas próprias organizações ou no seu acompanhamento.

O mesmo se tem de considerar em relação às organizações do Partido em geral, com particular atenção para as células de empresa mas não só.

Muitas células de empresa, mas também um certo número de organizações concelhias, têm ainda uma implantação tão fraca que se pode dizer que sem haver um bom recrutamento não se pode dar o salto qualitativo que abra a essas organizações a capacidade de terem influência na sua esfera de acção.

Tudo isto aponta para uma questão essencial que é também uma lição da Campanha — **é a necessidade de ter uma maior atenção para o recrutamento, é a necessidade de continuar o recrutamento, tornando permanente o esforço de todas as organizações a esse respeito.**

	Objectivos da Campanha	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total	%
OR Minho	550	27	19	14	92	90	120	193	555	100,9
OR Trás-os-Montes	300	40	27	16	17	49	48	114	311	103,7
OR Porto	1400	85	87	78	139	314	235	508	1446	103,3
OR Beira Litoral	650	91	47	54	70	159	146	245	812	124,9
OR Beira Interior	300	20	22	19	28	51	60	90	290	96,7
OR Leiria	350	2	8	8	12	27	39	210	306	87,4
OR Santarém	600	18	27	29	32	60	114	124	404	67,3
OR Lisboa	2000	116	114	120	154	340	420	815	2079	104,0
OR Setúbal	1600	111	135	112	100	215	472	493	1638	102,4
OR Alentejo	1400	74	43	94	102	254	465	570	1602	114,4
OR Algarve	350	39	10	14	24	79	130	111	407	116,3
ORA dos Açores	150	18	7	30	13	19	46	35	168	112,0
ORA da Madeira	150	12	10	3	4	7	21	25	82	54,7
Emig. e Outras Org.	200	24	20	7	15	40	50	75	231	115,5
TOTAL	10 000	677	576	598	802	1704	2366	3608	10 331	103,3

Quadro publicado na última edição de «O Militante» (n.º 116, Janeiro de 1985)

Naturais do Alentejo

No Centro Vitória, Av. da Liberdade, 170, vai realizar-se no próximo dia 15, às 21 horas, uma reunião de naturais do Alentejo residentes na área da Grande Lisboa. José Casanova, da Comissão Política do Partido, também estará presente na reunião.

Novo CT no Couço

«Construir um Centro de Trabalho do PCP no Couço é, sem dúvida, motivo de satisfação e orgulho», sublinha a Comissão de Freguesia do Partido, numa nota dirigida à população da conhecida localidade ribatejana a propósito da campanha já lançada para o novo CT. Depois da compra do terreno, a preocupação, agora, é construir o edifício. Por isso, aí está a campanha e certamente a solidariedade da população.

Iniciativas da organização no concelho do Bombarral

A constituição da C. Local do Partido, o levantamento da situação económica e social na localidade, a situação política no País, as autarquias e as próximas eleições serão temas em foco no plenário de militantes marcado para 8 de Fevereiro no lugar de **S. Mamede**, freguesia de Roliça, concelho do Bombarral. O plenário está marcado para as 20 e 30 h na cave do camarada Serafim. Participará o camarada Carlos Pinhão, do Comité Central.

Ainda no concelho do Bombarral — um dos concelhos do distrito de Leiria —, está prevista para 9 de Fevereiro uma reunião de quadros na vila, na cave da D.ª Cândida, com a seguinte ordem de trabalhos: autarquias — balanço de 1984 e perspectivas para este ano de 85; situação política. Participam os camaradas Carlos Pinhão, do CC, e Jorge Sobral, da Direcção Regional de Leiria.

Fundos: plenário das organizações do CLL

Amanhã (sexta-feira), com início às 20 e 30 h, no Vitória, efectua-se um plenário de organismos de direcção, secretariados de célula e comissões de freguesia, aberto também a todos os camaradas ligados à frente dos fundos em Lisboa. Haverá um debate sobre política financeira no âmbito das organizações do Comité Local. José Casanova, membro da C. Política do Partido, será um dos participantes neste plenário.

4.ª Conferência Económica do PCP: *«A situação económica do País e a via de desenvolvimento para sair da crise»* — Debate em Março

Nos próximos dias 30 e 31 de Março, o PCP realizará a sua quarta Conferência Económica, subordinada ao tema «A situação económica do País e a via de desenvolvimento para vencer a crise». A necessidade desta iniciativa advém da degradação económica e financeira em que vive o País, fruto da política restauracionista da direita, e da necessidade de se lhe apontar uma política alternativa.

A Conferência foi marcada na reunião de 26 de Novembro de 1984 do Comité Central do PCP e decorrerá no Pavilhão dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional, no Seixal, cedido pela direcção do Clube do Pessoal desta Empresa Pública a pedido do Partido.

Cerca de mil delegados analisarão a situação económica do País e apontarão uma política económica alternativa, para a qual será imprescindível a participação dos trabalhadores na economia, como sujeitos determinantes nas transformações económicas.

A conferência, a que assistirão entre 1500 a dois mil convidados, decorrerá em secções e em plenário; até lá é todo um vasto trabalho preparatório assente nas discussões dos diversos temas, na elaboração de textos de base, no debate das intervenções a preparar pelos grupos de trabalho e pelas organizações, e no qual participarão todos os militantes do Partido, sejam aqueles que trabalham em empresas públicas, sejam os que laboram na indústria privada, ou ainda os trabalhadores da Reforma Agrária, os pequenos e médios camponeses e empresários, sejam os membros de cooperativas de consumo e de produção, quadros técnicos, professores, estudantes, trabalhadores da produção ou dos serviços. Todos darão um importante contributo para que esta quarta Conferência Económica do Partido seja um êxito.

Comunistas do Algarve com plano de actividades

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP aprovou o plano de actividades do Partido para 1985. Este plano, que contempla aspectos dos trabalhos de direcção e de organização e no plano financeiro e de propaganda, debruça-se também sobre a acção do Partido nas diversas frentes do trabalho unitário.

O plano de actividades foi aprovado na primeira reunião plenária da DORAL realizada em 1985; reunião em que se fez também, como o «Avante!» oportunamente noticiou, uma caracterização socioeconómica da região.

Ao analisar o trabalho de direcção, a DORAL decidiu a criação de um organismo para acompanhar as questões do turismo da região e de um outro para acompanhar as questões eleitorais que serão postas ao longo deste ano. Foi também salientada a necessidade de se envidarem esforços no sentido de um melhor acompanhamento das diversas frentes de trabalho e de um melhor controlo de execução, bem como de uma melhor resposta das organizações às solicitações do trabalho partidário.

Ainda nesta frente, será dada atenção à formação dos quadros e à sua preparação para as diversas tarefas que se colocam ao Partido ao longo do ano.

O plano de actividades contempla também o aprofundamento da estrutura da organização do Partido, implicando isso a criação de comissões de freguesia, o contínuo reforço das células de empresa e o trabalho de contacto regular com todos os membros do Partido.

Nesta reunião da DORAL foi salientado que a meta da região no âmbito da campanha dos 10 mil novos militantes para o Partido foi, não só cumprida, como «ultrapassada significativamente». Tal facto, — conclui-se — deve constituir «um incentivo ao contínuo recrutamento para o Partido de todos aqueles que se têm vindo a destacar na luta por uma nova política e um novo Governo».

No campo da acção partidária, está desde já marcada uma série de debates sobre alguns dos problemas da região, como sejam «a política de turismo», a «política de ensino», a «situação económica da região», o «património cultural» e a «situação da horticultura e da fruticultura».

Marcadas ficaram, também, as tradicionais Festas de Verão organizadas pelo Partido em Faro, Portimão, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António e Bordeira.

A DORAL, que considera serem as eleições uma preocupação central da actividade do Partido no ano em curso, salienta que na acção do PCP «é preocupação central manter uma permanente linha de massas em toda a actividade em defesa dos interesses da população da região e pela demissão do Governo».

O plano de actividades aprovado pela reunião plenária da DORAL dá «particular atenção à acção sindical e ao contributo que as organizações do Partido têm de dar ao reforço da organização do Movimento Sindical Unitário na região, à elevação do número de trabalhadores sindicalizados, ao combate ao divisionismo E ao reforço da ligação às empresas».

Assim, «intensificar a luta contra o desemprego, o encerramento de empresas e os salários em atraso, a par da preparação de grandes acções de massa visando a demissão do actual Governo, são outras das direcções de trabalho apontadas».

No que respeita ao trabalho autárquico, a preparação das próximas eleições «assume uma preocupação central». Assim, a DORAL decidiu promover a realização, em Fevereiro, de um plenário distrital de eleitos, candidatos e activistas da APU, bem como o lançamento de iniciativas em cada concelho algarvio.

Outra das direcções de trabalho apontadas por este plano de actividades é a dinamização dos contactos com a população e a intervenção dos eleitos em cada órgão autárquico.

No que respeita ao trabalho camponês, foi decidida a formação de vários organismos para coordenar a acção desta frente de trabalho. A dinamização da acção do campesinato em torno da resolução dos seus problemas e da criação e reforço de estruturas unitárias para o desenvolvimento da luta foram outras medidas apontadas para o desenvolvimento desta frente de trabalho.

No documento saído desta reunião plenária da DORAL adopta-se um conjunto de medidas concretas a desenvolver durante todo o ano e que contemplam a luta pela paz e a acção unitária das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados e do movimento cooperativo.

Equilíbrio financeiro

Durante esta reunião foi constatado ter-se atingido o equilíbrio de receitas e despesas através de um conjunto de medidas concretas, tais como o aumento de valor das quotizações, de abordagem a amigos e simpatizantes no quadro de uma acção mais contínua e diversificada de iniciativas de fundos.

Por isso, a par da continuação destas iniciativas, o plano de actividades aponta para «a necessidade da redução de despesas, a pronta prestação de contas e o esforço orgânico das estruturas do Partido que, nos vários níveis, acompanham esta frente de trabalho».

Finalmente, o documento saído da reunião da DORAL contempla uma série de medidas tendentes a reforçar a operacionalidade das Secções de Informação e Propaganda (SIP's) das organizações e a travar a batalha para escoar mais pronta e eficazmente toda a propaganda do Partido. No plano de actividades também ficou expressa a necessidade de se elevar o número de leitores do «Avante!» e de «O Militante».

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Concelhia de Mangualde «Estão criadas as condições!»

É necessária. E estão agora criadas condições para a sua realização. Falamos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Mangualde, no distrito de Viseu. Como recorda o documento-base de preparação da iniciativa, para debate em todas as organizações do Partido no concelho, foi em 10 de Dezembro de 1983 que se realizou a 1.ª Assembleia, que «consistiu fundamentalmente numa reunião plenária de militantes que ratificou uma proposta de constituição de uma Comissão Concelhia provisória. Este organismo ficou encarregado de dirigir transitoriamente o trabalho do Partido no concelho e de criar as condições para a realização de uma Assembleia da Organização», onde será proposta a eleição de uma «Comissão Concelhia mais alargada e representativa e onde será possível discutir e estabelecer as principais direcções de trabalho locais do Partido.

O «grau» de importância desta 2.ª Assembleia é, tendo em conta aquela explicação inicial, muito elevado para toda a organização e para o conjunto dos 111 militantes comunistas que vivem neste concelho viseense.

Trabalho camponês

O documento-base a que já aludimos foca apenas questões de organização, nomeadamente sobre os efectivos e quadros do Partido, o trabalho de direcção, a organização partidária entre a classe operária e os trabalhadores, os fundos, a Imprensa e o trabalho camponês. Oportunamente daremos mais pormenores sobre a preparação desta Assembleia.

A terminar este breve apontamento, salientamos uma passagem do documento no seu último ponto (**trabalho camponês**):

«Mangualde não é só, e nem é fundamentalmente, um concelho industrial.

«A esmagadora maioria da sua população vive da agricultura ou mantém com ela uma relação de forte dependência económica».

Deste ponto de vista **há no trabalho do Partido neste concelho um atraso que é urgente começar a superar, tanto mais que outros concelhos do distrito, nesse aspecto, deram já poderosos saltos em frente:** a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, sobretudo pelo desenvolvimento do trabalho unitário, é uma frente de trabalho que precisa de ser aberta e aprofundada.

«O levantamento cuidadoso de todos os camaradas e amigos agricultores, ou em condições de poder dar ajuda ao desenvolvimento desta frente, deverá ser o primeiro passo neste terreno».

Decorreu no último domingo, na Marinha Grande, um encontro distrital de quadros da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP. Em foco estiveram questões de organização partidária, a situação no distrito, as próximas eleições autárquicas e a acção unitária em torno da APU. No próximo «Avante!» daremos uma panorâmica completa das principais conclusões do encontro.

Transportes/ORL

«Reforçar o Partido, defender as nacionalizações, continuar Abril» é o lema da 3.ª Assembleia da Organização dos Transportes da ORL do PCP, que decorrerá no próximo dia 9 (um sábado) de Fevereiro, a partir das 10 horas, na Academia de S. Amaro, em Lisboa.

Ao fim da tarde cerca das 18 horas, a Assembleia terá a sua sessão de encerramento, onde intervirá o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

No Suplemento desta edição do «Avante!» publicamos uma entrevista com camaradas da TAP.

...ómica do PCP: ...nica do País ...olvimento

... Debate em Março

...terminantes nas transformações económicas.

A conferência, a que assistirão entre 1500 a dois mil convidados, decorrerá em secções e em plenário; até lá é todo um vasto trabalho preparatório assente nas discussões dos diversos temas, na elaboração de textos de base, no debate das intervenções a preparar pelos grupos de trabalho e pelas organizações, e no qual participarão todos os militantes do Partido, sejam aqueles que trabalham em empresas públicas, sejam os que laboram na indústria privada, ou ainda os trabalhadores da Reforma Agrária, os pequenos e médios camponeses e empresários, sejam os membros de cooperativas de consumo e de produção, quadros técnicos, professores, estudantes, trabalhadores da produção ou dos serviços. Todos darão um importante contributo para que esta quarta Conferência Económica do Partido seja um êxito.

...Algarve ...actividades

O plano de actividades aprovado pela reunião plenária da DORAL dá «particular atenção à acção sindical e ao contributo que as organizações do Partido têm de dar ao reforço da organização do Movimento Sindical Unitário na região, à elevação do número de trabalhadores sindicalizados, ao combate ao divisionismo E ao reforço da ligação às empresas».

Assim, «intensificar a luta contra o desemprego, o encerramento de empresas e os salários em atraso, a par da preparação de grandes acções de massa visando a demissão do actual Governo, são outras das direcções de trabalho apontadas».

No que respeita ao trabalho autárquico, a preparação das próximas eleições «assume uma preocupação central». Assim, a DORAL decidiu promover a realização, em Fevereiro, de um plenário distrital de eleitos, candidatos e activistas da APU, bem como o lançamento de iniciativas em cada concelho algarvio.

Outra das direcções de trabalho apontadas por este plano de actividades é a dinamização dos contactos com a população e a intervenção dos eleitos em cada órgão autárquico.

No que respeita ao trabalho camponês, foi decidida a formação de vários organismos para coordenar a acção desta frente de trabalho. A dinamização da acção do campesinato em torno da resolução dos seus problemas e da criação e reforço de estruturas unitárias para o desenvolvimento da luta foram outras medidas apontadas para o desenvolvimento desta frente de trabalho.

No documento saído desta reunião plenária da DORAL adopta-se um conjunto de medidas concretas a desenvolver durante todo o ano e que contemplam a luta pela paz e a acção unitária das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados e do movimento cooperativo.

Equilíbrio financeiro

Durante esta reunião foi constatado ter-se atingido o equilíbrio de receitas e despesas através de um conjunto de medidas concretas, tais como o aumento de valor das quotizações, de abordagem a amigos e simpatizantes no quadro de uma acção mais contínua e diversificada de iniciativas de fundos.

Por isso, a par da continuação destas iniciativas, o plano de actividades aponta para «a necessidade da redução de despesas, a pronta prestação de contas e o esforço orgânico das estruturas do Partido que, nos vários níveis, acompanham esta frente de trabalho».

Finalmente, o documento saído da reunião da DORAL contempla uma série de medidas tendentes a reforçar a operacionalidade das Secções de Informação e Propaganda (SIP's) das organizações e a travar a batalha para escoar mais pronta e eficazmente toda a propaganda do Partido. No plano de actividades também ficou expressa a necessidade de se elevar o número de leitores do «Avante!» e de «O Militante».

ORGANIZAÇÕES

...lde ...condições!»

...presentativa e onde será possível discutir e estabelecer as principais direcções de trabalho locais do Partido.

O «grau» de importância desta 2.ª Assembleia é, tendo em conta aquela explicação inicial, muito elevado para toda a organização e para o conjunto dos 111 militantes comunistas que vivem neste concelho vizeense.

Trabalho camponês

O documento-base a que já aludimos foca apenas questões de organização, nomeadamente sobre os efectivos e quadros do Partido, o trabalho de direcção, a organização partidária entre a classe operária e os trabalhadores, os fundos, a Imprensa e o trabalho camponês. Oportunamente daremos mais pormenores sobre a preparação desta Assembleia.

A terminar este breve apontamento, salientamos uma passagem do documento no seu último ponto (**trabalho camponês**):

«Mangualde não é só, e nem é fundamentalmente, um concelho industrial.

«A esmagadora maioria da sua população vive da agricultura ou mantém com ela uma relação de forte dependência económica».

Deste ponto de vista **há no trabalho do Partido neste concelho um atraso que é urgente começar a superar, tanto mais que outros concelhos do distrito, nesse aspecto, deram já poderosos saltos em frente:** a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, sobretudo pelo desenvolvimento do trabalho unitário, é uma frente de trabalho que precisa de ser aberta e aprofundada.

«O levantamento cuidadoso de todos os camaradas e amigos agricultores, ou em condições de poder dar ajuda ao desenvolvimento desta frente, deverá ser o primeiro passo neste terreno».

Transportes/ORL

«Reforçar o Partido, defender as nacionalizações, continuar Abril» é o lema da 3.ª Assembleia da Organização dos Transportes da ORL do PCP, que decorrerá no próximo dia 9 (um sábado) de Fevereiro, a partir das 10 horas, na Academia de S. Amaro, em Lisboa.

Ao fim da tarde cerca das 18 horas, a Assembleia terá a sua sessão de encerramento, onde intervirá o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

No Suplemento desta edição do «Avante!» publicamos uma entrevista com camaradas da TAP.

Distrito de Lisboa

As conclusões da recente reunião da DORL do PCP

A Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP reuniu-se recentemente para analisar a situação social que se vive no distrito. A DORL constatou «o agravamento constante da crise, resultante da política de recuperação capitalista e traduzida nos sucessivos aumentos de preços, na agudização das condições de vida da população, no crescimento do desemprego, nos salários em atraso, no encerramento de empresas, na ofensiva contra o sector nacionalizado».

A par de toda esta situação, que se faz sentir intensamente no distrito de Lisboa, a DORP assinala que «se regista, diariamente, uma diversificada, insistente e corajosa movimentação que abrange muitos milhares de trabalhadores em acções em defesa das suas condições de vida», bem como o descontentamento e movimentação crescentes noutras camadas da população do distrito, designadamente entre os agricultores e os pequenos e médios comerciantes e industriais.

Este organismo do PCP destaca que estas lutas são um facto decisivo para a alteração da situação polílica e concluiu que «confirmam as conclusões do PCP sobre a existência de um muito amplo movimento de massas que coloca na ordem do dia como objectivo político fundamental do povo português no momento presente a demissão do Governo PS/PSD».

Nesta reunião foi também afirmado que os projectos totalitários do Governo assumem no distrito gravidade particular, e que na cidade de Lisboa tais projectos contam com o apoio activo da aliança PS/PSD/CDS. Foram denunciados os brutais cortes de verbas do OE para as autarquias locais do distrito, que recebem menos 13 por cento, relativamente a 1984.

Denunciados nesta reunião foram também os inquéritos instaurados pelo MAI aos municípios de Loures e de Amadora, «com fins políticos evidentes em ano eleitoral, ao mesmo tempo que o Governo fecha os olhos às constantes denúncias sobre ilegalidades e negociatas feitas nas autarquias em que os seus eleitos têm a maioria.

Depois de saudar os eleitos comunistas e outros democratas que, abdicando dos seus vencimentos como eleitos, subsidiaram através da PL-AE-COD mais de 230 obras no valor de 11 637 contos, a DORL discutiu a preparação do Encontro Distrital de Lisboa do PCP sobre o Trabalho Autárquico, que se realizará na Voz do Operário a 23 de Fevereiro.

Ao analisar o conjunto da actividade do Partido a curto e médio prazo, este organismo destacou a realização do comício de dia 8 de Fevereiro no Pavilhão dos Desportos e a preparação da jornada nacional de esclarecimento de 8,9 e 10 do mesmo mês, ressalvando também o êxito da campanha de recrutamento e da campanha para a compra do Centro de Trabalho Vitória.

Comité Local de Lisboa

A situação na cidade

O Comité Local de Lisboa do PCP, reunido recentemente, apelou para a participação da população de Lisboa no comício que se realizará no próximo dia 8 de Fevereiro, às 21 horas no Pavilhão dos Desportos, e onde participará o camarada Álvaro Cunhal.

Na sua reunião, o CLL analisou a situação política e social que se vive na cidade de Lisboa. Desta análise destaca-se a crescente luta em torno da exigência da demissão do Governo, alargando-se a sectores cada vez mais amplos». Por outro lado, a «camapanha demagógica e dismistificadora que envolve o Presidente da Câmara, tentando esconder a incompetência, ineficácia e delapidação do património que tem caracterizado a actual gestão municipal de maioria PS/PSD/CDS» é outro dos aspectos salientes da situação que se vive na cidade.

O CLL do PCP, ao saudar a luta dos trabalhadores e da população manifesta a sua confiança na possibilidade de alterar a situação que se vive hoje no país, mudando de Governo e de política.

Finalmente, ao analisar a vida orgânica do Partido, o Comité Local de Lisboa do PCP observa que «durante o ano anterior foi feito um esforço significativo no sentido de aumentar as receitas e contar as despesas. Salienta-se, no entanto, a necessidade de, em 1985, prosseguir e melhorar esse esforço, no sentido de possibilitar à organização do Partido fazer frente aos previsíveis aumentos de despesas».

Dia 8 de Fevereiro (sexta-feira) às 21 horas no Pavilhão dos Desportos

Comício em Lisboa com Álvaro Cunhal

A fome e o desemprego vão agravar-se na Amadora

— salienta a Comissão Concelhia

A situação social no concelho de Amadora é cada vez mais grave, continuando-se a assistir ao crescimento do número de trabalhadores com salários em atraso sendo tal situação resultado da política ruinosa deste Governo. Esta uma das conclusões da última reunião da Comissão Concelhia da Amadora do PCP, concelho onde a «fome e o desespero se irão agravar com os escandalosos aumentos já anunciados por este Governo sem vergonha».

No comunicado divulgado no final da reunião, este organismo do PCP «protesta energicamente contra a redução das verbas para as autarquias», assim como se mostra «contra a partidarização implícita na distribuição das verbas, que discrimina os municípios de gestão APU», nomeadamente a Amadora.

Este município defronta-se com dificuldades acrescidas decorrentes da falta de estruturas que exigem grandes investimentos, nomeadamente no que respeita ao parque de máquinas, ao aterro sanitário, à aquisição de maquinaria e às instalações para as juntas de freguesia.

Mais, «manifestamos igualmente preocupação — continua a Comissão Concelhia da Amadora do PCP — pelo alheamento do Governo ao reter a abertura do Centro de Saúde, a instalação dos serviços do Tribunal, do notário e das repartições de finanças».

Depois de saudar a «heróica luta da classe operária do concelho e dos trabalhadores em geral», este organismo do Partido salienta que «o Governo PS/PSD impõe ao Povo português uma política de miséria total» e que, fruto disso, a asfixia do comércio é evidente.

A vida interna da organização também esteve em debate nesta reunião da Comissão Concelhia, tendo-se constatado que a meta de recrutamento no concelho foi atingida, «prova de que o Partido continua a reforçar-se». Ao mesmo tempo viu-se a necessidade de reforçar o trabalho concelhio no âmbito da campanha dos 60 mil contos para a aquisição do Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa.

Comissão Distrital de Beja conclui:

Continua o ataque contra a Reforma Agrária

«A continuação dos ataques à Reforma Agrária, como sejam a entrega a semana passada de três reservas nas UCP's «Terra de Catarina» em Baleizão, «Arraianos Avançam» em Ficalho e «Terra de Pão» em Salvada, o perigo de hipotecar aos interesses do imperialismo as Pirites Alentejanas, a degradação dos serviços de saúde, nomeadamente o encerramento dos serviços de urgência e outros fundamentais à manutenção da saúde pública nos hospitais e centros de saúde do distrito, a subida constante e vertiginosa dos preços de bens essenciais à população, são apenas alguns dos exemplos que ilustram os malefícios da política antipopular do Governo PS/PSD.»

Foi assim que concluiu a Comissão Distrital de Beja do PCP ao analisar a situação política, económica e social do distrito.

Nesta reunião, constatou-se também que o Orçamento de Estado para 1985 «ignora completamente os projectos fundamentais para o desenvolvimento económico do distrito, como sejam o projecto Hidro-Agrícola do Alqueva e o aproveitamento integral das Pirites Alentejanas».

Numa palavra, constatou-se que «a política antinacional e antipopular seguida desde 1976, prosseguida e agravada pelo Governo PS/PSD, provoca a degradação acelerada da situação económica e social, arruína os sectores fundamentais da nossa economia, restaura os latifúndios, aumenta o desemprego, a fome e a miséria generalizada».

A Comissão Distrital de Beja do PCP decidiu também «denunciar e repudiar» os ataques bombistas, perpetrados na madrugada de sábado passado em Beja, ciente de que «os actos desta natureza em nada contribuem para defender a Reforma Agrária e, muito menos, para travar a ofensiva do Governo contra esta gloriosa conquista do proletariado agrícola do Alentejo».

Finalmente, concluiu-se que «é fundamental reforçar as posições do Partido e intensificar a luta de massas em todos os sectores da população, apoiando todas as iniciativas populares, com o objectivo de se concretizar a demissão do Governo e pela formação de um governo democrático ao serviço do povo e da Pátria».

Vila Nova de Gaia

Reuniu o plenário da Comissão Concelhia

Reuniu no passado sábado, durante todo o dia, o plenário da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP que apreciou o trabalho do Partido nas diversas frentes e debateu o plano de actividades para o ano de 1985. O reforço do Partido, a difusão da Imprensa, os fundos, o trabalho organizativo, as autarquias e a situação social e política do concelho foram pontos em análise.

A situação nas empresas

A propósito da situação social e dos reflexos da política do actual Governo no concelho, a Comissão Concelhia de Gaia apontou como explos os casos da **UTIC**, com o boicote à empresa pelo Governo no desvio de encomendas para as empresas privadas, o que se traduz na redução para 20% da laboração e na ameaça de perda de salários; da **Jotocar**, com as tentativas para encerramento da empresa, os salários em atraso e laboração a 15%; da **«Coats e Clark**, com o encerramento do sector das confecções, que se traduziu no desemprego de 100 trabalhadores, existindo outros tantos em vias de despedimento: da «Desco», onde a administração já anunciou o despedimento de 60 trabalhadores.

No sector têxtil e cerâmico

No sector têxtil vulgarizou-se e acentuam-se os casos dos despedimentos, do encerramento de unidades fabris e dos salários em atraso como é o caso da «Têxtil S. Caetano» e do «Grupo Wandschneider», onde o patronato tem em atraso os salários de três meses, mas entretanto adquire uma outra unidade industrial — a Uniteca.

Na indústria cerâmica a rescisão dos contratos de trabalho é já muito significativa. As indemnizações, em dinheiro ou produtos, tem constituído uma forma súbtil do grande patronato despedir.

Na **Electrocerâmica**, por exemplo, a administração insiste em pôr os trabalhadores a laborar apenas 4 dias por semana.

A Comissão Concelhia de Gaia saudou os trabalhadores do concelho pela sua luta e manifestou-lhes o seu apoio.

Autarquias

No plano das autarquias, a Comissão Concelhia do Partido concluiu que a Câmara PS não cumpriu os objectivos que se propunha.

Concluiu ainda que existem condições para o reforço da APU nas autarquias e que ganha expressão a ideia das vantagens de uma maior capacidade de intervenção dos eleitos da APU através do reforço da sua representação nos executivos dos órgãos autárquicos, como comprova a acção dos comunistas e outros elementos da APU nos executivos das Juntas de Avintes e de Valadares.

A Comissão Concelhia aprovou também a realização de um encontro de munícipes de Gaia e analisou aspectos relacionados com as eleições autárquicas, tendo programado o trabalho preparatório e apontado para um grande reforço da APU em todos os órgãos autárquicos do concelho.

A organização do Partido — que ultrapassou já os 3 mil militantes —, o seu reforço e as principais linhas de desenvolvimento e de acção do trabalho do PCP no concelho de V.N. Gaia foram ainda temas em foco.

«Vamos falar de música» no CT de Sete Rios

Amanhã, dia 1 de Fevereiro, há mais uma das habituais «jornadas de convívio» no Centro de Trabalho de Sete Rios, na Rua Prof. Lima Bastos, por iniciativa da Comissão de Freguesia de S. Domingos de Benfica. Desta vez «vamos falar de música», com a participação de José Jorge Letria. A música, a sua mensagem, as gravações, o trabalho do cantor — são temas para um debate aliciante. A partir das 21 e 15 h.

Bairros dos Olivais

Nas instalações da SFUCO, realiza-se no próximo sábado, a partir das 15 e 30 h., um plenário de células dos bairros dos Olivais, em Lisboa. Este plenário é também aberto a amigos do Partido.

Plenário em Arroios

Também no sábado, às 15 e 30 h., encontram-se em plenário no Centro de Trabalho de Arroios (ao Chile) os comunistas da 4.ª zona da Organização Local de Lisboa. Estará presente um membro da Direcção do Partido.

«O Vitória para o Partido»

A campanha soma e segue

• Mais de 47 200 contos no último apuramento

Os **cartões de compromisso**, as abordagens e as múltiplas iniciativas — festas, convívios, sessões culturais e recreativas, almoços de confraternização, excursões, etc. —, para além de outros esforços desenvolvidos pelos militantes e pelos organismos, continuam a dar vida a uma campanha de fundos que é já considerada (como o fez há dias a DORL) um verdadeiro êxito, só possível pelo vivo empenhamento da Organização Regional de Lisboa e pelos numerosos exemplos de apoio e solidariedade de muitos democratas.

A pensar nos 60 mil contos e algo mais — pois o velho Vitória necessita de obras de restauro — a campanha avança, com muitos organismos a ultrapassarem as respectivas metas. E com espírito de iniciativa para o período de Carnaval que não tarda aí com os bailes e o convívio popular.

Realizado no passado dia 24, o último apuramento da campanha contemplava já qualquer coisa como **47 271 492$70**. Aqui fica o quadro desse último controlo, com o **«acumulado»** nos diferentes sectores e organismos. A esta hora, a conta da campanha já ultrapassou, decerto, a verba apurada a 24 desde mês.

ORGANIZAÇÕES	ACUMULADO
Alenquer	144 823$00
Arruda dos Vinhos	84 333$00
Azambuja	101 305$50
Cadaval	29 343$00
Mafra	184 633$00
Lourinhã	47 793$00
Sobral	128 383$00
Torres Vedras	324 257$00
Amadora	1 695 353$00
Cascais	1 393 763$50
Carnaxide	1 135 768$50
Oeiras	387 090$00
Sintra	941 001$00
Queluz	1 154 845$00
Loures - Ocid.	2 072 371$00
Loures - Ori.	2 538 930$50
Vila Franca de Xira	2 756 714$50
C. L. L.	13 643 539$20
Bancários	1 996 650$00
Seguros	622 598$00
Sect. Público	1 118 226$00
Transportes	3 162 087$00
Função Pública	1 255 689$00
Saúde	1 922 651$00
Informação	415 315$00
Intelectual	2 409 467$00
Sect. Sindical	855 467$00
SIP/DORL	343 312$00
Diversos	46 976$00
C. T. Vitória	164 870$00
Livraria Vitória	23 697$50
DORL	4 170 240$50
TOTAIS	**47 271 492$70**

Iniciativas da campanha:

Cascais — excursão a Peniche, no dia 10 de Fevereiro.
Amadora — festa de Carnaval na Brandoa no dia 16 de Fevereiro.
Sintra — almoço-convívio em S. João de Lampas, às 13 horas, no dia 3 de Fevereiro (domingo).
Oeiras — almoço-convívio na Fundição de Oeiras, dia 9 de Fevereiro.

Alguns exemplos • Metas a 100%

Alguns exemplos (apenas) de organismos que já ultrapassaram as suas metas na campanha do Vitória:

Transportes — Metro, Sitava, Aminter, Portuários 2.
Loures Ocidental — CM e Serviços Municipalizados.
Cascais — Parede.
F. Pública — LNEC, ministérios militares, comissão do Centro de Trabalho, organismo de direcção do sector.
Seguros — Instituto de Seguros de Portugal, Metrópole, Mútua dos Bacalhoeiros, Mútua dos Pescadores, Europeia, executivo do organismo de direcção do sector.
Bancários — BNU, Crédit Franco-Portugais, organismo de direcção do sector.
S. Informação — organismo de direcção do sector.
S. Sindical — no seu conjunto.
Comité Local de Lisboa — 1.ª zona, Caminho, deficientes.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Terra

Compartes de Coimbra em defesa dos seus baldios

Segundo uma nota enviada à imprensa, «o Secretariado dos Baldios do distrito de Coimbra reuniu a 27 de Janeiro na Casa do Povo de Arganil para apreciar o andamento do abaixo-assinado que corre entre os Conselhos Directivos dos Baldios do distrito e para apreciar outros problemas que afectam os compartes e respectivos CDB's».

O Secretariado — prossegue o comunicado — decidiu apelar aos CDB's para devolverem os abaixo-assinados até ao próximo dia 26 de Fevereiro, e à constituição da delegação de compartes para fazer a sua entrega nessa data ao Governador Civil de Coimbra.

Decidiu igualmente propor aos demais distritos do Norte e Centro uma ida à Assembleia da República em meados de Março para, junto desse órgão de soberania, mostrar aos deputados a vontade dos compartes em defender a sua boa e justa Lei.

Aprovou uma moção dirigida ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro, repudiando os três projectos de destruição dos baldios, n.ºs 144/3, 199/3 e 281/3, da autoria da ASDI, PSD e CDS, existentes na AR, os quais prevêem numa primeira fase a sua passagem às autarquias, para posterior entrega aos caciques locais e às empresas de celulose.

Repudiou ainda os ataques aos baldios por parte de algumas autarquias sem escrúpulos, que alugam abusiva e ilegalmente baldios às celuloses, como acontece com os baldios de Vidual.

O Secretariado apreciou a queixa apresentada pelo Conselho Directivo de Chão-de-Égua, Pióbão, sobre o corte abusivo de pinheiros sem autorização do CDB, sendo informado que se aguarda um esclarecimento desta situação por parte da Circunscrição Florestal de Coimbra. Apreciou também uma queixa do CDB das Boiças contra o boicote à movimentação da conta de depósito, e decidiu dar todo o apoio a este CDB no sentido da resolução deste problema.

Afirma este Secretariado, em conclusão da nota, que «decidiu dar uma muito maior atenção aos problemas levantados aos CDB's, no sentido de, em conjunto com eles, se procurar a melhor solução para os problemas».

Domingo, em Beja

Jovens agrícolas debatem problemas

Subordinado ao tema **«Construir o futuro, com a força da juventude, no caminho de Abril»**, realiza-se no próximo domingo, dia 3, com início às 10 horas, o **1.º Encontro de Jovens Operários Agrícolas do Distrito de Beja.**

A iniciativa desta realização – a decorrer no Salão dos Bombeiros Voluntários de Beja – partiu do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura daquele distrito e contará com a presença de três centenas de delegados e de algumas dezenas de convidados.

No âmbito da actividade preparatória para o Encontro, segundo informação chegada à nossa redacção, a Comissão Organizadora promoveu encontros de jovens em praticamente todas as freguesias do distrito, durante os quais foi abordado o documento-base que servirá de discussão aos trabalhos do próximo domingo.

Agricultores resistem às tentativas de asfixia

• Em causa destruição da pequena e média lavoura

As mais recentes medidas levadas a cabo pelo Governo PS/PSD no domínio da política agrícola — tomadas uma vez mais à revelia de qualquer preocupação de defesa dos interesses nacionais — vieram agravar substancialmente a já de si difícil situação em que vivem os agricultores e suas famílias.

Surdo e indiferente às reclamações e ao protesto dos agricultores e suas organizações, o Executivo liderado por Mário Soares insiste em prosseguir uma política que não resolve um único dos problemas que de há muito se arrastam, aumenta as dificuldades, despreza as sugestões, recusa o diálogo, empurra a agricultura nacional para a ruína.

A frequência e a gravidade dos casos que atestam esta situação é de tal ordem que permite afirmar que a política agrícola que tem vindo a ser seguida está deliberadamente apostada em asfixiar o sector produtivo agrícola, visando a destruição da pequena e média lavoura.

A não ser assim como explicar os recentes aumentos dos factores de produção, designadamente adubos rações, gasóleo, pesticidas, sementes, entre outros, quando é sabido ser cada vez mais reduzida a sua utilização, tendência que só tem paralelo na diminuição da sua própria qualidade?

Como entender, por outro lado, a não fixação de preços ao produtor para a nova campanha, como seja o caso do leite (recorde-se que só foi fixado o preço à porta da fábrica), sabendo-se que os preços de garantia no início do ano agrícola constituem um factor decisivo de estabilidade e confiança dos agricultores?

Como explicar aos homens do campo que continuam a trabalhar de sol a sol, e só para citar mais alguns casos, as dificuldades sentidas no escoamento dos seus produtos, caso da batata, enquanto as autoridades oficiais continuam a permitir a entrada de batata de semente que é vendida como batata de consumo? Que interesses se escondem por detrás desta manobra que se repete anualmente e que, quando não é por excesso de produção é porque os importadores e armazenistas, com a conivência dos governos, importam grandes quantidades desnecessárias ao consumo, visando apenas baixar os preços à produção?

Os agricultores interrogam-se ainda, muito legitimamente, por que razão não foi até hoje concretizado nenhum plano capaz de erradicar as doenças do gado, deixando que estas alastrem, levando ao abate de uma grande quantidade de efectivos pecuários, permitindo que as feiras de gado continuem em muitos locais encerradas, prejudicando gravemente os produtores e colocando-os nas mãos de intermediários e industriais sem escrúpulos.

E os créditos? Conhecendo-se as dificuldades de investimento e as imprevisíveis situações de desastre provocadas por intempéries (como ainda recentemente aconteceu com as geadas que atingiram vastas regiões do País) como compreender que tenham acabado **todos** os juros bonificados nos créditos concedidos à lavoura nacional?

E os continuados ataques à lei do arrendamento rural e à lei dos baldios? E o encerramento dos matadouros da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) num obscuro processo que tudo indica visar a concentração capitalista e a entrega do negócio (com a criação de matadouros industriais) nas mãos de meia dúzia de grandes industriais?

Por ora, alongar a lista de situações e casos que evidenciam o total desprezo do Governo pelos problemas dos agricultores e da agricultura nacional talvez se afigure dispensável. Os visados, gente que no dia-a-dia, sem apoios, com muito esforço e trabalho continua a arrancar da terra uma parte dos bens que todos consumimos, esses, conhecem bem o rol das medidas que vão apertando o nó da subsistência, aproximando a vida para níveis próximos do insustentável.

Daí as razões do protesto que está em marcha um pouco por todo o País e que culminará numa Jornada Nacional de Reclamação prevista para o período compreendido entre 24 de Fevereiro e 3 de Março, se até lá o Governo continuar indiferente e mouco às questões que lhe são postas, insistir em não ouvir e respeitar as propostas da lavoura nacional.

Só à luz de uma política deliberadamente apostada em asfixiar o sector produtivo agrícola, visando a destruição da pequena e média lavoura, se podem compreender as mais recentes medidas do Governo que viriam agravar enormemente a já de si difícil situação em que se encontram os agricultroes e suas famílias.

Feira de Paredes vai reabrir

• Importante vitória dos agricultores

Encerrada há cerca de dois anos, a maior feira do distrito do Porto — a feira de gado de Paredes — vai reabrir no próximo dia 18 de Fevereiro.

Recorde-se que os agricultores de Paredes têm vindo a desenvolver várias acções (plenários, concentrações, cortes de estradas) com vista à satisfação das suas reivindicações.

Finalmente, numa reunião promovida pela Aliança das Ligas Agrícolas do Norte (à qual estiveram presentes cerca de 100 produtores, o presidente da Câmara, o vereador do pelouro das feiras e ainda representantes da Direcção Regional), os agricultores do concelho conseguiram a reabertura da sua feira.

Esta importante vitória dará, naturalmente, novo alento aos agricultores dos outros concelhos, tendência que, aliás, não se fez esperar. Com efeito, no passado dia 21, mais de 500 agricultores de Paços de Ferreira concentraram-se na feira, tendo aprovado um abaixo-assinado, repudiando a intenção do município de manter a feira fechada até Agosto próximo, reclamando a sua abertura para dia 5 de Fevereiro.

O pagamento pronto das indemnizações a negociar com as organizações da lavoura e o apoio financeiro e eficaz para a reposição do efectivo pecuário através de uma linha de crédito bonificado — constituem, entretanto, para além da reabertura das feiras, as reivindicações que continuam a mobilizar os agricultores da região.

PCP

Ciência, Tecnologia e independência

No passado sábado realizou-se no Centro de Trabalho de Alcântara do PCP, em Lisboa, um debate interno sobre «Ciência, tecnologia, desenvolvimento e Independência Nacional». Os cerca de 80 quadros, técnicos, cientistas e investigadores presentes concluiram pela necessidade de se continuar a aprofundar a discussão sobre esta matéria, para a qual este debate contribuiu de forma decisiva.

Durante todo o dia foram discutidos os meios C & T existentes, o papel dos trabalhadores, a situação e o estímulo para os quadros técnicos, as transferências de tecnologia, critérios de escolhas tecnológicas, organização e gestão, o papel do Estado e do Sector Empresarial do Estado e o apoio às pequenas e médias empresas.

Também em discussão estiveram as necessidades dos sectores agrícola, piscatório e industrial, a formação profissional, a implementação de novas tecnologias e as medidas de ordem geral e sectorial a adoptar.

Os participantes neste debate interno fizeram uma crítica ao Plano Tecnológico Nacional apresentado pelo ministro da Indústria, Veiga Simão.

Camaradas falecidos

Ernesto Lopes

Com 87 anos, faleceu o nosso camarada Ernesto Lopes, militante do Partido há muitos anos. Residia na freguesia de S. Miguel (Alfama, Lisboa). Encontrava-se há bastante tempo imobilizado na cama.

Elias Pires

Vítima de doença súbita, faleceu no passado dia 21 de Janeiro o camarada Elias Augusto Pires, membro da Comissão de Freguesia de Nogueira (Bragança). Militante activo, foi fundador e dirigente da Liga de Agricultores do Concelho de Bragança. Contava 55 anos.

Joaquim Coelho

Vítima de grave doença faleceu recentemente o camarada Joaquim Coelho.

Reformado da Carris, natural de Monchique mas há longos anos residente em Portimão, a sua morte foi muito sentida pelos camaradas e pela população em geral onde Joaquim Coelho gozava de muita estima. O camarada foi sempre um combatente consequente e era membro da Comissão Concelhia de Portimão do Partido.

Miguel dos Santos

Faleceu o camarada Miguel dos Santos, de 73 anos de idade, natural do Barreiro. Activo e dedicado membro do Partido, fazia parte, desde o 25 de Abril, da Comissão de Moradores do Bairro 5, no Barreiro, onde desenvolveu um importante trabalho.

* * *

O colectivo do «Avante!» apresenta às famílias dos camaradas falecidos sentidas condolências.

Hoje: o «31 de Janeiro» no Vitória

Realiza-se hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, um debate sobre **o 31 de Janeiro e a luta pela independência nacional**. Esta iniciativa, em que participará Álvaro Mateus, é promovida pela Comissão de dinamização cultural da SIP/DORL.

Assembleia da Célula do PCP na CM de Sesimbra

Realizou-se no passado sábado, nas instalações da cantina da Câmara Municipal de Sesimbra, a I Assembleia da célula dos trabalhadores da CMS do Partido Comunista Português, a qual contou com boa participação de membros daquele organismo e de números significativo de convidados, técnicos, empregados e operários não filiados no PCP.

A Assembleia aprovou o relatório do secretariado da célula cessante, não sem ter em conta propostas de alteração ao mesmo, e elegeu o novo secretariado.

Contando-se entre os presentes muitos dos novos militantes recrutados ultimamente entre os trabalhadores daquela Câmara, no âmbito da campanha nacional dos 10 mil novos membros para o PCP, conclui-se ser possível manter um bom ritmo de adesões ao Partido, gerando-se, aliás, naquele momento, a entrega de mais fichas de inscrição do Partido.

A possibilidade de os trabalhadores e eleitos da Câmara Municipal de Sesimbra, independentemente da sua filiação partidária, poderem dar um bom contributo à Conferência do nosso Partido sobre o Poder Local, a realizar-se em Maio próximo, foi focada no decurso dos trabalhos.

A Assembleia aprovou um comunicado sobre alguns aspectos da situação social e política do concelho de Sesimbra e do distrito de Setúbal, designadamente sobre as deficientes condições em que funciona a Escola Preparatória de Sesimbra.

à VENDA
REVISTA INTERNACIONAL

Nacional

MDM de Lisboa

Se ao menos a lei fosse posta na vida...

Mulheres que seguramente ultrapassaram largamente as duas centenas (à tarde, mais, superlotando a sala) participaram no domingo durante todo o dia no III Encontro da Cidade de Lisboa promovido pelo MDM. Com um programa ambicioso mas cumprido: Juventude, Trabalho, Saúde e Transformação das Mentalidades, quatro «painéis» que se sucederam ao longo do dia, intercalados por pequenas intervenções de artistas, homens e mulheres.

Uma boa organização e sequência, bom som, um diaporama que foi muitas vezes a ilustração e o suporte das comunicações feitas, esta não foi simplesmente **mais uma** realização do MDM a saudar. O rigor, profundidade, abertura e, também, aquilo a que se chamaria communmente «o bom-senso» de quem tem os pés na vida, espelhados nas intervenções que deram corpo a cada tema e nas primeiras conclusões tiradas, sublinham o fortalecimento do MDM, a sua crescente capacidade para abordar todos os temas que possam preocupar um vastíssimo leque de mulheres e neles intervir. Do mesmo modo, denotam a aproximação que o Movimento progressivamente mais vai suscitando de mulheres de classes e camadas muito diversas, com referência especial para as jovens, que pontuavam claramente – e visivelmente interessadas, se não surpreendidas – a assistência.

Dir-se-á que, para além de uma trintena de comunicações de especialistas nas diversas matérias – mulheres e homens, da dirigente sindical ao psicólogo –, lidas ou não, o debate com a palavra da assistência foi escasso por falta de tempo. Dir-se-á ainda que a caracterização especificamente de Lisboa e o recorte das mulheres que a habitam ou nela trabalham, foram pouco nítidos.

Trata-se, por um lado, como foi demonstrado, da falta de elementos concretos, estudos e estatísticas, e desta fronteira tão difusa entre a cidade e o distrito circundante que leva centenas de milhar a viver nela – 900 mil, 443 mil dos quais mulheres – e a trabalhar fora, ou vice-versa – estes, mais de 200 mil trabalhadores. Mas trata-se, por outro lado, de constantar que, embora em alta concentração (30% dos desempregados estão neste distrito, aqui deve o patronato mais de 4 milhões de contos de salários em atraso a cerca de 22 mil trabalhadores), Lisboa – capital é o retrato mais negro da actual política governamental de retrocesso, de exploração, obscurantismo e cerceamento das liberdades.

E é, quanto às mulheres – afirmou-o e demonstrou-o o Encontro – a capital das discriminações no plano político, económico, social e cultural. Capital das barracas e da falta de estruturas de apoio em todos os domínios – um exemplo: capital da prostituição, da droga, da violência – ou outro.

Juventude, Trabalho, Saúde e Transformação das mentalidades em debate.

As conclusões e reivindicações a destacar deste Encontro serão brevemente divulgadas pelo MDM de Lisboa e levadas à Câmara – «para que saibam o que queremos para a nossa cidade!» – **no dia 4 de Fevereiro**, por uma delegação do Movimento, a que se poderão juntar, pelas 17 horas, na Praça do Município, as mulheres que o queiram apoiar. Mas tudo o que foi enunciado está contemplado no Plano de Actividades para 1985, recentemente adoptado pelo Conselho Nacional do MDM – e tudo vai ser tema de novos encontros, debates, lutas.

Se alguma coisa, porém, pode ser a conclusão geral do que ali foi dito, na globalidade e por temas, essa será – indissociável da luta pelo aprofundamento de cada conquista já alcançada – que a luta mais urgente do povo português no que especificamente se refere às mulheres **«é a luta contra o desfasamento entre o que está consignado nas leis, a começar na Constituição, e o nosso quotidiano»**. E isto é desde logo verdadeiro nessas duas questões fundamentais que são o **direito ao trabalho** – traído em centenas de milhar de desempregados ou, por exemplo, na penalização da mulher-porque-mulher na gravidez, que igualmente atira para o desemprego (ou para o aborto chamado «ilícito») as contratadas a prazo – e o **direito a salário igual para trabalho igual**, uma outra determinação constitucional jamais cumprida.

De isto e de muito mais, foi ali dito, se faz a discriminação da mulher. Feita de muitos dados objectivos e ainda da consequência-causa que é a «produção cultural da subalternidade» em que se afadiga o imperialismo sobretudo através de tudo o que é «media». De que cada um de nós, homem ou mulher, às vezes sem se dar conta, é agente. E eis a história contada, em jeito de autocrítica, por uma mulher esclarecida e responsável:

— Faz hoje 8 dias. Disse eu ao meu companheiro: «Hoje vamos almoçar à Costa, tá? Mas pago eu! Ah, mas toma já o dinheiro pra seres tu a pagar lá...»!

31 de Janeiro

Realiza-se hoje uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso no Porto, iniciativa comemorativa do 31 de Janeiro.

Do núcleo promotor desta iniciativa, reunindo nomes de vários quadrantes políticos democráticos como Raúl de Castro, Edgar Correia, Júlio Ribeiro e Alberto Andrade, e o texto que convida «todos os democratas do Porto a participarem na romagem comemorativa do 31 de Janeiro, expressão da vontade comum de salvaguardar o regime democrático e constitucional».

«O combate travado há 94 anos no Porto, nas vésperas de um colapso financeiro da degenerescência ditatorial de um regime constitucional, continua hoje a servir de inspiração e de aviso» — lê-se no texto, que prossegue: «Urge serrar fileiras e reinserir o Portugal de Abril naquele rumo que, por amplo consenso, se exprimiu através da Constituição ainda vigente, embora a cada passo sofismada pelos poderes legislativo e executivo. Urge restituir nas decisões que lhe dizem respeito.»

Juventude

Assembleia de Debate reúne no sábado

Vai realizar-se no próximo sábado a partir das 10 horas, no Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras de Lisboa a 1.ª reunião da Assembleia de Debate da Juventude Comunista Portuguesa, novo órgão criado por decisão do 2.º Congresso.

Esta 1.ª reunião da Assembleia de Debate tem como objectivo discutir a aplicação pela organização das principais conclusões do 2.º Congresso da JCP e **aprofundar o significado político para a actividade dos jovens comunistas, de virar a JCP mais para fora, para o contacto com os jovens e uma maior ligação ao movimento da Juventude.**

Estarão ainda em dabete as acções a levar a cabo pela JCP no âmbito do Ano Internacional da Juventude, do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, da luta contra o desemprego, da intervenção nos actos eleitorais e das comemorações do 24 e 28 de Março.

Para divulgação das conclusões da reunião terá lugar um **encontro com os órgãos de informação às 17 horas de sábado**, no referido local.

Homenagem em Braga aos candidatos CDE-1969

Está a suscitar grande interesse e elevado número de adesões o jantar-sessão de homenagem aos candidatos da Oposição Democrática (CDE) pelo distrito de Braga em 1969, que pretende ao mesmo tempo homenagear todos quantos consequentemente se bateram contra a ditadura, ontem, e afirmar num grande acto cívico, hoje, a defesa das liberdades ameaçadas.

Alargando o leque das participações especiais que esta iniciativa está a suscitar, divulgamos agora a participação do cantor Manuel Freire, um dos mais destacados intérpretes da canção de intervenção, cujas criações estão inseparavelmente associadas à resistência contra a ditadura.

As inscrições para o jantar, que se realiza no Restaurante Jordão em Guimarães, no dia 1 de Fevereiro pelas 19 e 30, podem ainda ser feitas junto de qualquer membro da comissão promotora, ou ainda na Tabacaria da Lapa — na Arcada (Braga); no escritório dos advogados drs. Lestra Gonçalves, Fernando Gomes Alves e Fernando Marques (tel. 24386) em Braga; no escritório do dr. Oscar Jordão Pires (tel. 411072) em Guimarães.

Trabalhadores

Durante a acção de luta da Sorefame, na semana passada

Movimentação e lutas sindicais

Acções de rua hoje em Lisboa

A ofensiva continuada do Governo contra o emprego, designadamente no Sector Empresarial do Estado e em grandes unidades de produção da indústria pesada, dos têxteis, e na própria **Administração Pública**, obriga ao reforço da luta e à intensificação das acções de massas contra esta política de desastre para quem trabalha e de benesses para quem a promove. A CGTP-IN afirmava anteontem que o salário mínimo nacional, apesar do aumento de 22 por cento, baixa **realmente** 9 por cento relativamente ao poder de compra, do ano passado, na indústria, comércio e serviços. A Federação dos **metalúrgicos** (FSMMMP) publica uma extensa lista de empresas, designadamente do subsector automóvel (montagem) onde alguns «milhares de empregos» correm o risco iminente de desaparecer. Na **MDF** (Tramagal) 475 trabalhadores sem salários há 9 meses lutam contra a ameaça do despedimento colectivo. Na **Função Pública**, o Governo rompia as negociações com a **Frente Comum**, formada por associações sindicais de direcção unitária. A Federação dos **Professores** (FENPROF) suspendia entretanto a greve prevista para os dias 29, 30 e 31 do corrente. Mas não a desconvocava, dependendo «agora da atitude futura do Ministério da Educação (no plano negocial e em relação às matérias ainda não calendarizadas) o recurso ou não pelos professores a essa forma de luta», que movimentou a organização sindical do sector por todo o País.

Noutros sectores, os mesmos motivos pelos quais se tem agravado nos últimos dois anos a situação económica e financeira em empresas e sectores, com grande prejuízo dos direitos alcançados através da luta sindical, determinam por sua vez o recurso à movimentação de massas e à luta nos locais de trabalho, nas ruas e na intervenção sindical junto de entidades públicas e administrativas.

Empresas públicas: desfile em Lisboa

Para hoje, quinta-feira, 31, a CGTP anuncia um desfile de activistas de empresas públicas de todo o País. Com início às 14 horas, esta acção de luta, que decorrerá entre o Rossio e o Terreiro do Paço, segundo informação do gabinete de Imprensa da Central, destina-se «a denunciar a política concreta do Governo em relação às empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE)» e deve contar com a participação de «cerca de 500 membros de CT's, gestores eleitos, delegados sindicais e outros activistas das empresas do SEE, que farão um percurso em fila, com letreiros alusivos às empresas, durante cerca de uma hora». A anteceder esta forma de luta, decorrerá na sede da CGTP-IN, com início às 9 e 30 de hoje, uma conferência de Imprensa. Participam dirigentes nacionais da Inter e será feita «uma primeira apreciação global dos trabalhadores sobre o "livro branco" do ministro Veiga Simão», titular da pasta da Indústria e Energia no Governo actual.

Greve na CP

Suspensa ao fim de quatro horas e com a sua continuação dependente de um plenário, a greve convocada pela Federação dos Sindicatos Ferroviários para anteontem, 29, conseguiu demover parte das intenções do Governo e do conselho de gerência, que pretendiam discriminar a maioria dos trabalhadores (18 mil) pagando-lhes um aumento inferior ao acordado entretanto com algumas organizações minoritárias dentro da CP. A greve, inicialmente prevista para durar 12 horas, foi suspensa porque a Federação obteve para já um aumento de 18,5 para 22 por cento no clausulado do acordo (subsídios e diuturnidades) e 22,4 por cento na tabela salarial. A continuação dessa ou de outras formas de luta depende da realização do plenário de trabalhadores da CP. Numa nota entretanto distribuída, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários assinalava que «os acontecimentos dos últimos dias, à mesa de negociações para a revisão do acordo de empresa, demonstraram de forma inequívoca que a realização desta greve fica a dever-se inteiramente às posições de irredutibilidade absoluta do conselho de gerência da CP, com o apoio do Governo, face às justas reivindicações dos ferroviários».

MDF: «Inaceitável» a proposta do Governo

A Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF) do Tramagal continua sob a ameaça de desmantelamento e de um despedimento colectivo, previsto para atingir 475 trabalhadores. Segundo a Federação do sector (FSMMMP) o Governo prepara-se para declarar a empresa em «situação económica difícil», dando assim o seu aval à proposta da administração daquela empresa de capitais privados, sujeita a desinvestimentos e desvio do interesse patronal para outras actividades.

Outras ameaças sobre o emprego e os salários eram entretanto assinaladas pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. Além dos 475 postos de trabalho na **MDF** refere a FSMMMP os «778 da **Lisnave** (além das 1165 rescisões e 1900 reformas), 2000 na metalomecânica pesada (**Sorefame, Equimetal, Mompor**), alguns milhares na montagem automóvel (**Ima, Comotor, Renault, Novauto**, além dos já ocorridos em várias empresas, caso da **Imperex, Soma, Entreposto** e outras». A FSMMMP refere ainda casos de encerramento de empresas com numerosos despedimentos como a **CPP** (650), também da metalomecânica, e de outros sectores como a **Gelmar** (refrigeração de peixe), **Snapa, CTM** e **CNN.**

A FSMMMP reafirma que os trabalhadores da **MDF-Tramagal** «não aceitam os despedimentos e o desmembramento da empresa», que é «necessária ao País», precisando apenas de «investimentos, de uma administração capaz e de um Governo patriótico que apoie os seus projectos de produção».

Entretanto, na **Sorefame**, após uma concentração de trabalhadores em frente à nova sede da empresa em Lisboa, na quinta-feira passada, as organizações representativas (ORT's) conseguiam reatar o diálogo com os responsáveis pela empresa no sentido da reestruturação do sector da metalomecânica pesada sem despedimentos e mantendo os postos de trabalho.

Repressão no Porto

O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto revelava na quinta-feira passada que uma delegação de trabalhadores com salários em atraso foi recebida por meia centena de polícias na Secretaria de Estado do Emprego naquela cidade. Os trabalhadores pretendiam ser recebidos naquele departamento do Governo a fim de exporem as suas legítimas pretensões. Comentando o acto repressivo, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto afirma que «a Secretaria de Estado do Emprego empurra pela porta fora trabalhadores com salários em atraso, mas continua a dispender milhares de contos no financiamento a empresas cujos patrões se abotoam com os dinheiros do Estado. A Secretaria de Estado do Emprego», acrescenta o Sindicato, «comporta-se de modo semelhante a todo o Governo, de modo a exigir a demissão imediata de toda essa gente».

O mesmo sindicato do Porto alerta entretanto para o que se passa na **Electro-Iris**, onde o patronato decidiu «despedir 22 trabalhadores» por desenvolverem acções tendentes ao pagamento dos salários em atraso. O Sindicato protesta e afirma que «dará conhecimento aos órgãos de poder desta quase inacreditável tentativa de despedimento de trabalhadores acusados do crime de lutarem pelo pagamento do seu trabalho».

Poder local

Eleições de Ponte de Lima

APU sobe, os outros descem

• Não digam que não significa nada...

Os resultados das eleições para a Assembleia de Freguesia de Ponte de Lima, concelho do mesmo nome e distrito de Viana do Castelo, realizadas no passado domingo na sequência da queda do executivo de maioria AD por alegadas divergências com o presidente da Câmara deste concelho minhoto, abrem caminho a algumas reflexões e merecem que neles nos detenhamos um pouco.

Em primeiro lugar — e são dados de facto — importa realçar quem foi quem nos alcatruzes eleitorais das subidas e descidas, tomando como referência os resultados das anteriores eleições gerais autárquicas de 1982. Temos aqui uma única força política a subir — a Aliança Povo Unido — e todas as outras a descer, mais ou menos espectacularmente: PS, PPD/PSD e CDS. A APU subiria de 351 votos em 1982 (23,8%) para 386 (33,6%), o que significou o aumento de três para cinco mandatos na futura Assembleia de Freguesia. Quanto aos que desceram, temos o PS a mergulhar verticalmente de 327 votos em 1982 para 102 no domingo passado, enquanto a ex-AD, que obtivera a maioria absoluta e 722 votos, perderia 100 na soma dos escrutínios conseguidos pelo PPD/PSD (435 votos) e CDS (197), que desta vez concorreram separados. Há a acrescentar que votaram 1147 dos 2099 eleitores inscritos, o que deu uma abstenção na ordem dos 40%.

Mas se as subidas e descidas, na objectividade dos números, são de facto uma espécie de alcatruzes eleitorais onde uns descem e outros sobem numa lógica que não dá azo a especulações aritméticas, o mesmo não acontece, naturalmente, na leitura política que se pode e deve fazer aos valores que quantificam tais subidas e descidas. Dir-se-á que a cada um a sua leitura. Sem dúvida. Só que as interpretações a puxar a brasa nunca poderão escamotear alguns dados políticos igualmente **de facto** porque acompanham e explicam alterações políticas também de facto.

É o caso da subida da APU. Da descida do PS, PSD e CDS. do aumento da abstenção. De tudo isto se passar numas eleições autárquicas antecipadas, numa terra com um determinado perfil sócio-político e não outro qualquer. Tudo factos políticos incontroversos que movimentam alterações também políticas que, se não são incontroversas, são pelo menos significativas.

Ora se a subida de 35 votos da APU, de uma eleição para a outra, pode parecer objectivamente irrelevante se tomada na sua escassez numérica, já se torna significativa se tomarmos em consideração, por exemplo, de que tal subida se deu numa terra onde há nove anos se assaltou, depredou e incendiou um Centro de Trabalho do PCP e há dias se inaugurou um novo, ou ainda que em tal terreno político/eleitoral — e enquanto **todas as outras forças políticas,** outrora hegemónicas, **vêm sistematicamente descendo** — sejam os comunistas e a APU **a única** frente política a subir firme e ininterruptamente.

Quanto a isto pensem o que quiserem, que a realiadade não deixará de o ser. Só não digam é que não significa **nada.** Seria ridículo.

Se nos virarmos agora para as descidas do PS, PSD e CDS, alguma coisa se encontrará também para além da superfície dos números. Pegando nestes dois últimos partidos, poder-se-á igualmente dizer que uma descida de 100 votos, num conjunto dos 722 obtidos pela AD em 1982 não é grande coisa, tomando, por exemplo em conta, o aumento da abstenção registada. Pois é. Só que talvez não seja tão insignificante como isso que, numas eleições locais **autárquicas,** as forças políticas dominantes sofrem em conjunto uma perda de 100 votos, com o PPD/PSD (o partido de direita ali com mais força) a perder cerca de 80 em relação às eleições **legislativas** de há ano e meio. O que não é com certeza estranho ao facto de o PPD/PSD partilhar de há ano e meio para cá as responsabilidades governativas pela autêntica depredação que tem sofrido o nível de vida dos portugueses e do País.

Pensem o que quiserem. Não digam é que isto também não significa **nada**...

Quanto ao PS, basta dizer que de 1983 para cá perdeu nem mais nem menos que **três quartas partes** do seu eleitorado (403 votos nas legislativas, 102 agora). **É demasiado,** para que se possa aludir, com um mínimo de credibilidade, a factores como a abstenção, o «desgaste» governativo, etc., etc. É que é preciso, de facto, um grande desgaste para que, um ano e tal depois das últimas eleições, votem PS apenas **uma quarta parte** dos que votaram antes. E desgaste assim, está bem de ver que só tem explicação pela política miserável de que o PS/Mário Soares é o motor e o amortecedor.

Agora cada um tire as conclusões que quiser. Quanto a Ponte de Lima já mostrou o que pensa deste Governo, dêem-lhe as voltas que lhe derem. E o respeito que lhe merece quem **trabalha com honestidade e competência.**

Autárquicas, uma tarefa do ano

CML — uma maioria contra Lisboa, o povo e Abril

No último domingo, cerca de centena e meia de camaradas ligados ao trabalho nas autarquias do concelho de Lisboa reuniram-se no CT Vitória, em encontro promovido pelo Comité Local para analisar a actividade dos comunistas e dos restantes eleitos pela APU em cada órgão e proceder à discussão das múltiplas tarefas e linhas de trabalho, também com vista à preparação das eleições autárquicas que ainda este ano terão lugar.

Lisboa, os seus órgãos de Poder Local e de forma saliente a sua Câmara, as orientações e consequências da gestão municipal, estiveram no centro de um debate cujas conclusões principais abaixo se transcrevem, conforme comunicado à imprensa aprovado no encontro.

CML — Contra a cidade, o povo e Abril

O Encontro de Quadros da Organização Local de Lisboa confirmou o carácter especulativo da gestão municipal, assente no recurso constante à ilegalidade, que tem conduzido a cidade de Lisboa a uma progressiva e alarmante degradação e descaracterização.

Confirmando as apreciações feitas na sua 1.ª Assembleia de Organização, realizada em Março de 1984, o Encontro de Quadros da OLL alertou para o desenvolvimento de **dois novos e preocupantes aspectos na orientação da actual gestão municipal:**

Por um lado, o aparecimento da CML como **instrumento activo na escalada fascizante contra as liberdades e Abril.** A obstrução à construção do Monumento ao 25 de Abril; a tentativa de proibição do direito de reunião e propaganda na zona da Baixa; o arranque sistemático de propaganda pelos serviços municipais; a intervenção crescente da Polícia Municipal em acções repressivas e a posição dos vereadores do PS, CDS e PSD de cobertura e impunidade a situações de abuso de poder, são disso claros e preocupantes exemplos.

Por outro lado, **a iniciativa e promoção directa**, a exemplo do Governo PS/PSD, **de uma conduta tendente a agravar as condições financeiras da população da cidade.**

A juntar à taxa adicional de água, que faz pagar a cada conssumidor mais 5$50 por cada m³ de água, a CML prepara-se para lançar a chamada «taxa de saneamento». Tratando-se, a exemplo da anterior, de uma decisão ilegal, que faria pagar a cada consumidor um valor médio de 220$00/mês, sendo este valor de 2800$00/mês para comerciantes e industriais

A viabilização de tal gestão camarária só é possível graças ao «empenho» dos vereadores do PS. De facto, denunciou o Encontro, «perdida em 1982 a maioria absoluta pela ex-AD (CDS/PSD), estes partidos e o seu Presidente só teriam condições de manter a política ruinosa contra a cidade na medida em que os vereadores do PS assim o permitissem.

Dois anos de gestão provam que não só os eleitos do PS permitiram que a gestão se mantivesse na medida em que o CDS e o PSD desejavam, como têm sido colaboradores activos no seu desenvolvimento».

Fazendo notar a intensificação na TV, rádio e jornais, de entrevistas, reportagens e declarações do Presidente da CML e de vereadores (nomeadamente do PS), enquanto se mantém o silenciamento em torno das propostas, intervenções e posições do PCP e da APU, o comunicado do Encontro faz igualmente notar que essa descarada promoção «não conseguirá branquear as consequências desastrosas desta gestão nem esconder a responsabilidade conjunta dos vereadores do PS, CDS e PSD».

O Orçamento do Estado e a cidade

«Do que já hoje é possível conhecer – prossegue noutro passo o comunicado –, **o Orçamento do Estado não responde minimamente aos principais e mais graves problemas da cidade e da região.** Mantêm-se por inscrever verbas indispensáveis à concretização de obras fundamentais não só para a cidade mas com incidência regional e nacional, como sejam as destinadas à construção do Grande Interceptor de Esgotos, ao prolongamento da Av. de Ceuta indispensável para a ligação Norte/Sul do País, à viabilização da linha ferroviária de Cintura, à recuperação do património edificado da cidade.

Não se encontra contemplado o lançamento de qualquer nova escola, situação particularmente alarmante para as áreas pedagógicas de Olivais e Benfica. A instalação do Centro de Saúde dos Olivais, entre outros indispensáveis, mantém-se por lançar.

A exemplo de outras autarquias, o corte de verbas imposto pelo actual OE lesa a cidade de Lisboa em mais de 300 mil contos».

«Por tudo isso, o Comité Local de Lisboa do PCP enviará todos os esforços no sentido de que o Orçamento do Estado para 1985 corresponda às necessidades da cidade.

O PCP irá propor na Assembleia da República a consagração de uma verba de 100 mil contos para o lançamento em 1985 do Plano de Recuperação do Bairro de Alfama, e a inscrição de uma verba garantida que permita, também em 1985, o início da construção do Grande Interceptor de Esgotos de Lisboa».

Mais: «assegura à população da cidade o seu empenhamento na luta com vista à **declaração da inconstitucionalidade das taxas da água e saneamento».**

APU — A força do trabalho necessário

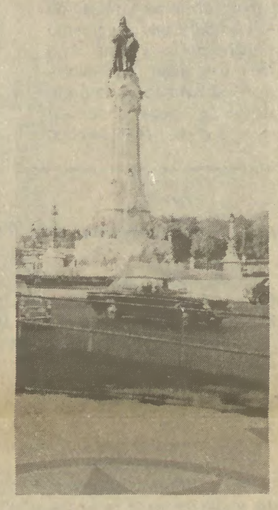
«O balanço da actividade desenvolvida pelos eleitos da APU em todos os órgãos **comprova a sua dedicação, competência e honestidade ao serviço da população».**

O Encontro de Quadros da OLL denunciou e repudiou a posição sectária e irracional dos vereadores do PS/CDS/PSD, que vêm impedindo a discussão e aprovação de dezenas de propostas da APU sobre problemas essenciais da cidade.

A análise à actividade das Juntas de Freguesia de maioria APU confirma a sua superior capacidade de realização e traduz um notável trabalho realizado.

A aprovação este ano, em todas as J. F. de maioria APU, dos seus planos de actividade por unanimidade, comprova a justeza da sua gestão e evidencia a adesão dos restantes eleitos ao trabalho realizado. **A actividade das J. F. de maioria APU é a prova indesmentível da necessidade e importância de a alargar a toda a cidade.**

A finalizar, o Encontro de Quadros da OLL analisou o desenvolvimento das medidas com vista à preparação das eleições autárquicas.



Considerou-se que a preparação desde já destas eleições é em si uma contribuição positiva para as eleições legislativas que com elevado grau de probabilidade se irão realizar também este ano. O Encontro confirmou o optimismo sobre as reais possibilidades de alargar significativamente o número de freguesias de maioria APU e de obter a Presidência da CML, condição indispensável para imprimir uma gestão democrática, responsável e capaz, ao serviço da cidade e do seu povo.

Encontro nacional sábado e domingo

Realização muito importante programada para o fim-de-semana é o **Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre a Preparação das Eleições Autárquicas,** no qual participarão dirigentes nacionais, regionais e locais do Partido.

O Encontro, que decorrerá na Sala Gulbenkian da Voz do Operário em Lisboa, terá início às 10 horas de sábado e fim previsto para as 17 horas de domingo, altura em que serão transmitidos à Comunicação Social os resultados da reunião.

Com o mesmo objectivo mas de âmbito concelhio se realiza no domingo, nos Bombeiros da Parede, o Encontro sobre Trabalho Autárquico em Cascais, com início às 10 horas e encerramento, com um comício, pelas 17 horas.

Em Guimarães por mais votos e mais eleitos

Realizou-se no dia 27, na Escola João de Meira em Guimarães, um Encontro Concelhio de Guimarães dos eleitos e activistas da APU, promovido pela Comissão Concelhia do PCP. O encontro concluiu que o Partido Socialista não constituiu qualquer alternativa à política de direita da ex-AD no Governo, nem da ex-UD no plano local das autarquias locais: O PS não só continuou a mesma política da direita como se assumiu, mesmo no plano local, como o partido líder das forças de direita, contra os interesses do povo e da democracia, o bem estar das populações e o desenvolvimento e progresso de Guimarães.

O encontro verificou que, perante o silêncio e cumplicidade dos eleitos do PS nos órgãos municipais e na Assembleia da República, a par de outras medidas gravosas dos interesses do nosso concelho, o OE atribui das verbas do Poder Local ao concelho de Guimarães um aumento nominal de 14,5%, o que, atendendo à taxa de inflação, corresponde na realidade a menos de 15,5% do que as verbas atribuídas em 1984. Juntando os 47 785 contos que não são transferidos para os encargos com a Acção Social Escolar, o município de Guimarães é prejudicado num total de 159 698 contos.

O encontro destacou que ao longo destes anos a APU mostrou (através do seu vereador, das cinco maiorias que detém em Juntas, de outros eleitos) constituir a força política mais dedicada, firme e coerente na defesa dos interesses das populações, do progresso e desenvolvimento de Guimarães.

Da análise da situação política nacional e local, o encontro considerou existirem condições particularmente favoráveis ao desenvolvimento com êxito do trabalho preparatório para as eleições autárquicas, nomeadamente na feitura das listas APU de forma a que possibilitem um importante reforço na sua notação e no número dos seus eleitos.

Assim, o encontro concluiu como **objectivos gerais a alcançar para as próximas eleições:**

– Concorrer a todas as freguesias do concelho, à Câmara e Assembleia Municipal, assegurando a feitura das listas até às férias de Verão.

– Passar a ter eleições em todas as freguesias.

– Reforçar as posições da APU nos executivos e nas freguesias onde já temos eleitos.

– Reforçar o número de vereadores no executivo camarário e de eleitos na Assembelia Municipal.

– Obter um maior número de maiorias nas Juntas de Freguesia.

O encontro afirmou que o velho argumento de que «sob a sigla APU não se ganham eleições» e que serviu para justificar a participação de possíveis candidatos da APU em listas de cidadãos eleitores ou do PS, foi nas últimas eleições totalmente abaixo com o exemplo dado pelas vitórias das listas da APU em 5 freguesias do concelho de Guimarães: S. Jorge do Selho, Serzedelo, S. Martinho de Cardoso, Polvoreira e Balazar. Hoje, milhares de pessoas do nosso concelho vivem em Juntas de maioria APU, nas quais os vimaranenses podem verificar o trabalho e acção das Juntas APU e julgar da sua actividade.

Com idêntico objectivo se realizou no sábado na capital do distrito, **Braga**, um encontro concelhio. Por falta de espaço, vêmo-nos obrigados a adiar para a próxima semana a publicação das conclusões e direcções de trabalho aprovadas.

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

Auschwitz e «guerra das estrelas»
Que paralelo?

Entre a multitude de acontecimentos que diariamente traduzem a vida política dos povos da Terra, dois factos ocorreram nestes últimos dias, que podem surgir como completamente desligados entre si. Falamos das comemorações do 40.º aniversário de Auschwitz (uma primeira marca num ano em que as comemorações do fim da guerra e da vitória sobre o nazi-fascismo constituirão nota dominante) e do lançamento do «Discovery». De um lado, a romagem de um punhado de velhos sobreviventes do maior dos cemitérios da Europa, como já foi caracterizado. De outro, a ciência e a técnica de ponta ao serviço da «defesa», como dizem pretender os seus promotores.

Serão assim factos tão díspares? Não haverá ponto de contacto entre os campos de extermínio dos nazis e os planos da «guerra das estrelas»?

A realidade antes parece indicar que estamos face a duas expressões — condicionadas por épocas históricas diferentes— de uma mesma linha de orientação política: a pretensão ao domínio de outros povos, a ditar a lei de vida para a Humanidade. Ontem com os nazis (que como ficou claro em Nuremburga, dependeram fundamentalmente na sua existência, de uma deliberada política do grande capital). Hoje com o imperialismo norte-americano.

● Os números de **Auschwitz**, o maior campo de concentração e de extermínio em massa criado pelos nazis, são impressionantes. Criado em Maio de 1940, em terra polaca, o campo de concentração foi utilizado para o assassinato de mais de 6 milhões de pessoas de 20 nacionalidades. Mortas das mais diversas formas, do espancamento ao fuzilamento ou simplesmente à fome, mas também pelo mais «desenvolvido» e «sofisticado» método existente na época: a câmara de gás. E para que o método fosse ainda mais «limpo», as fossas comuns foram substituídas pelos fornos crematórios. Assim, em Auschwitz eram diariamente incinerados cerca de vinte mil cadáveres, e só 5 a 10 por cento das pessoas chegadas ao campo tinham alguma hipótese de chegar a sair dele com vida. No fim, apenas 7 mil presos assistiram à libertação.

Mas — o que não é menos importante — nesse campo de morte lutou-se. A resistência — pela vida — manteve-se sempre, apesar de tão desumanas condições. E 40 anos volvidos, a data que se comemora é a data da libertação: esse dia 27 de Janeiro de 1945, em que os soldados da primeira Frente Ucraniana do Exército Vermelho entraram em Auschwitz, trazendo com eles a afirmação da vida e da liberdade. Não só para os prisioneiros sobreviventes. Mas num processo de libertação que envolvia toda a Europa.

● Quarenta anos depois, o «último grito» da técnica de assassinato em massa já não são as câmaras de gás nazis. Hoje intenta-se alargar ao espaço as formas de massacre possível de todo o planeta. Fala-se de «quinta fronteira» como antes de «espaço vital». E enquanto em Auschwitz se relembrava a terrível história dos massacres nazis, Washington empreendia a **primeira missão espacial com carácter exclusivamente militar.** Segundo fontes da informação norte-americana, o Vaivém «Discovery» colocou em órbita geoestacionária fixa, a 36 mil quilómetros de altura sobre a parte ocidental da União Soviética, um satélite-espião (e disto se fala como se de um direito se tratasse, o mais normal acto no contexto das relações internacionais entre Estados...). De acordo com a cadeia de televisão norte-americana CBS, o satélite poderá dar informações sobre provas e testes de mísseis e interceptar as comunicações militares e diplomáticas na URSS, e em grande parte da Europa, Ásia e África. Pela primeira vez, toda a tripulação do Vaivém era militar.

E há mais: entre os cinco tripulantes conta-se o major da USAF, Gary Payton, em representação do Pentágono e possuidor de um curso especial de manejo de engenhos orbitais militares. Há suspeitas de que o engenho espacial permitiria a instalação a bordo de sistemas de armas capazes de atingir a União Soviética, sendo que os americanos se estariam a preparar para testar no espaço uma arma «Laser» ou análoga.

Mais de 30 missões análogas estão programadas até 1990. A maioria partirá da base militar de Vandenberg, recém-construída na Califórnia.

É de supor que os EUA considerem esta missão como integrada em planos meramente «defensivos»...

E assim as missões do «Discovery» surgem como forma actualizada de uma mesma política, de uma mesma utilização dos avanços da ciência e da técnica: o assassinato, e mesmo o assassinato em massa, a ciência ao serviço da morte, como instrumento de domínio mundial de forças já condenadas pela História.

Deveremos concluir por uma versão mais sinistra dos acontecimentos de há 40 anos?

Não é nessa direcção que os comunistas apontam, como aliás massas crescentes de gente que pela paz se batem em todos os países do mundo.

O imperialismo parece ignorar algumas lições da História, como a própria realidade actual.

— Que há 40 anos foram os nazis os vencidos.

— Que, entretanto, o socialismo alargou — e muito — a sua mancha geográfica e adquiriu um potencial socioeconómico e tecno-científico sem paralelo no passado.

— Que a luta pela paz já assumiu proporções inéditas.

— Que se a falência do argumento da força como arma de domínio ficou bem demonstrada na Segunda Guerra Mundial, hoje essa é uma verdade indiscutível, pois a velha política de canhoeira já só tem a saída do suicídio colectivo da Humanidade.

Lições e factos que o imperialismo bem desejaria desdenhar — e tenta. Mas que se impõe com força suficiente para tornar possível — para além de todas as oscilações e manobras — Genebra.

O fim da guerra e a derrota do nazi-fascismo

● *O Secretariado do CC do PCP apela a todos os democratas e antifascistas portugueses para que promovam e participem em todas as iniciativas evocativas da vitória sobre o nazi-fascismo que constituam reafirmação aos ideais da Paz, da liberdade e da democracia.*

1. A passagem, no próximo mês de Maio, do 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial e da derrota do nazi-fascismo, constitui um acontecimento de grande significado e importância com inegáveis repercussões na actualidade.

2. Esta data — que representou o fim de um pesadelo que custou à Humanidade 50 milhões de mortos, para além de sacrifícios, privações e destruições de países inteiros — significou também a derrota do nazi-fascismo na tentativa criminosa de estender a sua dominação e tirania a toda a Europa. Nesta vitória histórica de todos os povos teve papel decisivo a URSS, à qual cabe o maior peso nos sacrifícios — 20 milhões de mortos — e a mais importante contribuição militar; a luta das resistências nacionais nos países ocupados pelo nazismo alemão; e, também, a aliança anti-hitleriana que se constituiu, a partir de certa altura da guerra, entre a URSS, o Reino Unido, a França e os Estados Unidos da América.

3. O imperialismo — ao tratar os acontecimentos históricos da 2.ª Guerra Mundial e, em particular, aqueles que se relacionam com as acções decisivas que conduziram à vitória sobre o nazi-fascismo — lança mão e propagandeia, intensamente, deturpações e falsificações inseridas na campanha de diversão ideológica e de calúnias contra a URSS e os restantes países socialistas.

O esclarecimento da verdade histórica sobre tais acontecimentos é, por isso mesmo, um dos aspectos mais importantes que cabe assumir às forças progressistas, nas comemorações do 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial.

4. A derrota do nazi-fascismo alemão, seguida do colapso do militarismo japonês, teve profundas repercussões na situação da Europa e internacional, no seu conjunto. Na verdade, a quarenta anos de distância é inegável que, desde então, se alterou profundamente a correlação mundial de forças a favor do socialismo, da independência nacional, da democracia, da liberdade e da Paz. É este facto que explica que a Europa viva em paz há precisamente quarenta anos, apesar de todas as ameaças e perigos do desencadeamento de uma nova guerra mundial (agora nuclear), que hoje pairam sobre a Humanidade.

5. No quadro da nova arrumação geral de forças, decorrente dos resultados da 2.ª Guerra mundial, o imperialismo norte-americano tornou-se a principal força do imperialismo internacional. Tal como então, o imperialismo continua a ser hoje a principal ameaça à paz mundial, desenvolvendo uma política belicista e de corrida aos armamentos, designadamente através da recente instalação na Europa de novos mísseis nucleares Pershing 2 e Cruise; das tentativas de promover a militarização do cosmos; da política de ingerência, de agressões armadas e guerras não declaradas que conduz, generalizadamente, em todos os continentes. Não há forma mais actual e actuante de comemorar hoje o fim da 2.ª Guerra Mundial do que transformar todas as iniciativas evocativas desta efeméride, em acções de defesa da paz contra o desencadeamento de uma nova guerra, denunciando e combatendo as causas que, na actualidade, fazem de novo perigar a Paz mundial e a existência da própria Humanidade.

6. Em Portugal, durante a 2.ª Guerra Mundial, o regime fascista tudo fez para transformar o nosso país numa base de apoio ao nazi-fascismo. Pelo contrário, as forças democráticas portuguesas — com destaque para o Partido Comunista Português — lutaram em duríssimas condições contra a repressão fascista, mobilizaram, esclareceram e uniram o Povo português em grandes batalhas contra o fascismo e o nazismo, que culminaram nas grandes manifestações populares que, de Norte a Sul, assinalaram a derrota do nazismo e exigiram o fim do regime fascista em Portugal. Comemorar o 40.º aniversário do fim da guerra, em Portugal, é contribuir para um melhor conhecimento e valorização do que foi, seguramente, um dos períodos mais ricos e importantes do movimento antifascista português.

7. As comemorações do 40.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial ocorrem no Ano Internacional da Juventude e, também, no ano em que tem lugar, em Moscovo, o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. A divulgação, entre a juventude, dos horrores e perdas humanas que acompanharam a 2.ª Guerra Mundial, e da natureza brutal, desumana e antijuvenil do nazismo — e do fascismo português que à sua sombra se desenvolveu e que sobreviveu até ao 25 de Abril de 1974 — bem como o fortalecimento do movimento e da acção juvenis em defesa da Paz serão contribuições da maior importância para transformar as comemorações do fim da 2.ª Guerra Mundial, num sólido e duradouro contributo em defesa da Paz mundial.

8. O PCP apela a todos os democratas e antifascistas portugueses para que promovam e participem em todas as iniciativas evocativas da vitória sobre o nazi-fascismo que constituam reafirmação aos ideais da Paz, da liberdade e da democracia.

28.1.85

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

As «reformas» de Pretória

O presidente racista Pieter Botha, discursando na sessão de abertura do chamado «parlamento de três câmaras», anunciou novas «reformas» na África do Sul de pseudoliberalização do regime, numa manobra demagógica prontamente denunciada pelas forças progressistas.

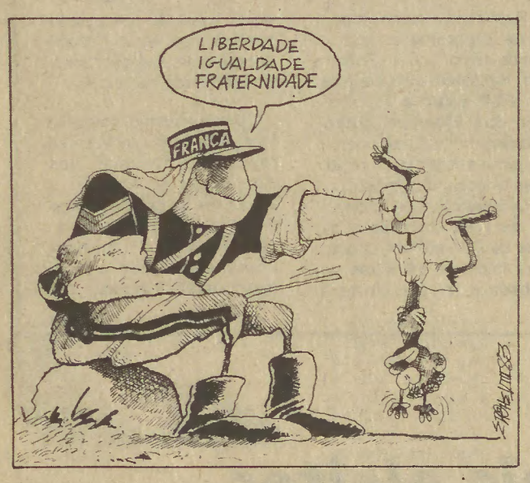
O bispo sul-africano Desmond Tutu criticou severamente os planos de Pretória que, disse, *visam substituir a concessão de direitos políticos legítimos à população negra pela criação de um fórum não oficial.* Esse órgão, sem qualquer poder real, destinar-se-ia a examinar os problemas da população africana, garantindo ao mesmo tempo a fidelidade do regime à política de *apartheid*.

***As autoridades jamais forçarão os africanos a conformar-se com a ausência de direitos por meio de concessões do tipo de fórum proposto por Botha* – afirmou Desmond Tutu, salientando que *a África do Sul pertence de direito ao seu povo que luta pela erradicação do* apartheid.**

O «Sunday Times», por seu lado, faz notar que as propostas de Botha visam não só dar uma aparência de participação da população africana na vida política do país, mas revelam também o medo crescente das autoridades racistas face à luta popular contra o *apartheid*.

Luta que o Congresso Nacional Africano (ANC) vai intensificar, segundo declarou em Harare o presidente da organização, Oliver Tambo, que desmentiu também a existência de conversações secretas com Pretória.

***O ANC*, afirmou Oliver Tambo, *assumiu um compromisso sagrado de não entabular contactos secretos com os racistas. Semelhantes encontros só são possíveis com a aprovação de todas as forças democráticas e progressistas do país, inclusive os dirigentes presos. Só isso pode dar direito ao ANC de dialogar com o governo de Pieter Botha, sob a condição de serem seriamente debatidas as vias concretas de liquidação do* apartheid.**



França defende colonialismo na Nova Caledónia

O parlamento francês decidiu prolongar por mais seis meses o estado de emergência na Nova Caledónia, na tentativa de criar as condições necessárias para que o referendo marcado para Julho corresponda aos planos neocolonialistas do governo de François Mitterrand. Declarações recentes do presidente francês, no regresso de uma viagem-relâmpago ao território da Nova Caledónia, deixaram bastante clara a forma como a França pretende manter o seu papel e a sua presença naquela parte do mundo; Mitterrand afirmou que seriam tomadas medidas «nomeadamente no que respeita às instalações necessárias ao reforço da base militar de Noumea», a capital, onde o estado de emergência não atenuou as tensões entre os nacionalistas kanakas e os colonos franceses.

Em declarações à televisão, o presidente Mitterrand sublinhou a intenção de manter o colonialismo na Nova Caledónia. *O interesse da França* – disse – *é afirmado de tal forma que ela conserva uma capacidade de decisão no domínio da segurança, da defesa, no domínio dos negócios estrangeiros, no domínio da justiça, no domínio da segurança interna (...) não podemos portanto falar de independência: devemos falar de independência-associação com a presença da França.* Cabe perguntar: afinal para que serve o referendo de Julho?

Conversações de Genebra
URSS reafirma posições

«A URSS constitui uma ameaça para os nossos valores e a nossa segurança» mas «estamos no mesmo planeta e temos de aprender a viver juntos». São palavras do chefe da delegação norte-americana às conversações que dia 12 de Março terão o seu reinício em Genebra. Palavras que nos dizem muito da perspectiva dos Estados Unidos nestas negociações. Perspectivas amplamente confirmadas pela prática: a continuação de facto da corrida aos armamentos.

Mas que tem também muito a ver com esse **mas**, que no fundo reflecte um crescente movimento pela paz, com expressão mesmo ao nível de Estados, como fica amplamente confirmado pelos debates e votações na ONU, e que de uma forma ou outra não pode deixar de constituir esteio e reconhecimento da razão, em termos históricos e políticos, da firme posição de paz que desde o início tem vindo a ser assumida pela União Soviética, pelo socialismo enquanto sistema.

Esta posição foi claramente reafirmada e explicitada — em ligação com os encontros de Genebra — ainda este mês de Janeiro, pelo camarada Andrei Gromiko, membro do Bureau Político do CC do PCUS e primeiro-vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS e ministro soviético dos Negócios Estrangeiros.

Pela sua importância reproduzimos algumas das declarações de Andrei Gromiko. Mas destaque-se desde já, em particular, por um lado a vitória que é, só por si, o facto de os EUA terem sido obrigados a sentarem-se à mesa das conversações, e por outro o carácter novo (e global) dos encontros que se desenvolvem em Genebra.

Conversações novas

«Não se trata de retomar as conversações interrompidas mas de participar em novas. (...) O que se deve sublinhar em primeiro lugar? Antes, as conversações sobre as armas estratégicas e sobre as armas de médio alcance, eram realizadas em separado, porque as duas partes tinham decidido que tal ajudava a alcançar acordos, e agora já se sabe que é impossível conduzir conversações e chegar a acordos sobre as armas estratégicas sem resolver a questão das armas de médio alcance. Porque **as armas de médio alcance também são estratégicas relativamente à União Soviética.** Elas não têm grande alcance, mas o seu carácter e potência permitem-lhes atingir o território da União Soviética. Note-se que as nossas armas de médio alcance — os mísseis SS-20 — contra os quais os Estados Unidos não deixam de protestar, não podem alcançar o território dos EUA. (...) O fundamental é não perder de vista que se trata de um todo. Tal não se deve ao facto de ser mais fácil analisar no papel os três problemas interligados. É a própria vida e a situação real que nos obriga a analisá-los em conjunto. Afinal, é indiferente se as pessoas morrem devido a uma bomba largada do espaço, ou devido a uma carga transportada por mísseis estratégicos ou de médio alcance. É possível evitá-lo, se houver uma atitude correcta e vontade de chegar a acordo.»

Plano de defesa antimíssil, ou plano de agressão?

«Ao referir-se ao seu plano relacionado com o espaço, o chamado plano de defesa antimíssil de grande escala, a parte norte-americana qualifica-o como defensivo. Também em Genebra os nossos interlocutores insistiram, sobretudo no início do encontro: como podem contestar a natureza francamente defensiva do plano! Pois se visa criar sistemas destinados à destruição de mísseis lançados contra os Estados Unidos da América. Portanto são defensivos (...) **Estas armas são ofensivas e todo o plano é francamente agressivo** (...) Admitamos — pelo menos em termos de análise teórica — que os Estados Unidos, depois de criar tal sistema, se absteriam de lançar mísseis e desencadear um golpe nuclear contra a União Soviética. Mas com esse escudo, conservariam a possibilidade de fazê-lo. Será que não a utilizariam como arma de pressão e chantagem?

«Isso enquadra-se na linha do governo norte-americano orientada para alcançar a posição dominante no mundo que permita aos Estados Unidos impor os seus ditames a outrem, no caso em questão à União Soviética. Rejeitamos firmemente esse sistema e todo o plano. Quero salientar uma vez mais que a **condição fundamental para o diálogo é a segurança igual das partes.** Outra condição não existe.»

El Salvador
Golpe palaciano para depor Duarte

O terceiro encontro entre delegações do governo salvadorenho presidido por Napoleon Duarte e representantes da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional/Frente Democrática Revolucionária (FMLN-FDR), previsto para os fins de Janeiro não se verificou, desconhecendo-se se e quando poderá ocorrer.

O facto deve-se, segundo revelou a agência noticiosa dos guerrilheiros salvadorenhos, Notisal, à profunda crise institucional que se vive no país, agravada nos últimos dias por manobras golpistas dentro e fora do governo, com o objectivo de afastar Napoleon Duarte. As informações disponíveis referem que se espera apenas um pretexto para o golpe palaciano.

Não se trata propriamente de uma situação inesperada. A recente visita do major Roberto D'Aubuisson — da reaccionaríssima ARENA — a Washington destinou-se sem equívocos à procura de apoios para o plano agora em curso. Líder de toda a extrema-direita, D'Aubuisson não se coíbe de apontar o actual presidente como o seu principal inimigo, ao mesmo tempo que apresenta a incapacidade governamental em vencer os patriotas da FMLN-FDR como prova da necessidade de dar ao governo salvadorenho uma condução dura. Como a que caracteriza, certamente, a actuação dos «esquadrões da morte» de que é um dos mentores...

De acordo com a Notisal, a deposição de Duarte far-se-á por via institucional, já que a extrema-direita detém a maioria no parlamento (34 dos 60 lugares) e sem representar um total afastamento do Partido da Democracia Cristã. O nome indicado para substituir o presidente salvadorenho é o de Abrahan Rodriguez, do mesmo partido, mas com fortes ligações aos grandes industriais e empresários do país.

A posição dos EUA, que nos últimos tempos têm servido como verdadeiros «bombeiros» a apagar os fogos ateados pelas lutas intestinas pelo poder, parece agora favorável à substituição de Napoleon Duarte. Esta mudança não é estranha à crescente influência dos golpistas no seio do exército, sector onde as críticas à actuação governamental têm sido mais acentuadas.

Do plano da extrema-direita faz ainda parte o adiamento das eleições para deputados e presidentes municipais marcadas para 17 de Março, que embora sendo uma farsa servem aos partidos oficiais salvadorenhas para vender uma imagem de apoio e influência a nível nacional. O objectivo do adiamento seria o de levar ao extremo a actual crise institucional, de modo que a substituição de Duarte colhesse o máximo de adesões.

A existência no país de duas leis eleitorais — uma do presidente e outra do parlamento —, a tomada de posições contraditórias face ao diálogo com a FMLN-FDR por parte dos militares e do governo, o não cumprimento dos acordos de Ayagualo entre o governo e os guerrilheiros, são apenas alguns exemplos da gravidade da situação que se vive em El Salvador.

O crescente avanço das forças patrióticas, por outro lado, que nem a intervenção directa dos EUA consegue impedir, é outro dos factores de agravamento da crise com que se debatem as forças reaccionárias salvadorenhas.

Uma radicalização para a direita não favorecerá certamente as tentativas de solução pelo diálogo do conflito salvadorenho, mas também não conduzirá a outros resultados que o prolongar duma guerra em que a população é a principal vítima. A responsabilidade da administração Reagan, sem cuja intervenção militar, económica e política em Salvador há muito se teria vencido a opressão, a exploração e o despotismo que vigoram no país, aumenta substancialmente, com todas as implicações que um aumento de tensões na região representam.

A denúncia desta situação e a solidariedade activa com os patriotas salvadorenhos assume neste contexto particular importância. A paz na América Central diz respeito aos povos de todo o mundo.

Declaração de Nova Delhi apela ao desarmamento

Os presidentes da Tanzânia, México e Argentina e os primeiros-ministros da Índia, Grécia e Suécia, reunidos em Nova Delhi na passada segunda-feira, apelaram para o termo imediato da corrida aos armamentos e da militarização do espaço, condenando a política armamentista que colocou a humanidade «na antecâmara da morte, aguardando o momento incerto da execução».

Na Declaração de Nova Delhi (a segunda do Grupo dos Seis em menos de um ano), Julius Nyerere, Miguel de La Madrid, Raul Alfonsin, Rajiv Gandhi, Andreas Papandreou e Olof Palme exortam dirigentes de outros países a aderirem à sua iniciativa e manifestam-se na disposição de efectuar uma diligência conjunta com o objectivo de fazer sentir às potências nucleares as justificadas preocupações com a actual situação mundial.

O documento, que pede **a proibição do desenvolvimento, ensaio, instalação e emprego de qualquer arma espacial** (numa clara alusão à «guerra das estrelas» da administração Reagan), salienta que **o espaço exterior deve ser utilizado para benefício da humanidade no seu conjunto e não como campo de batalha para o futuro.**

A Declaração de Nova Delhi considera ainda **imperativa** a redução da corrida aos armamentos durante as conversações de Genebra, marcadas para Março, fazendo notar que tal redução deverá prosseguir até se atingir **o objectivo final do desarmamento completo e geral.**

O Grupo dos Seis formou-se o ano passado por iniciativa da malograda Indira Gandhi cuja política externa, que o novo primeiro-ministro da Índia afirma desejar prosseguir, se pautou sempre pela defesa intransigente do não-alinhamento, contra a ameaça militar e de firme luta pela paz.

Suplemento

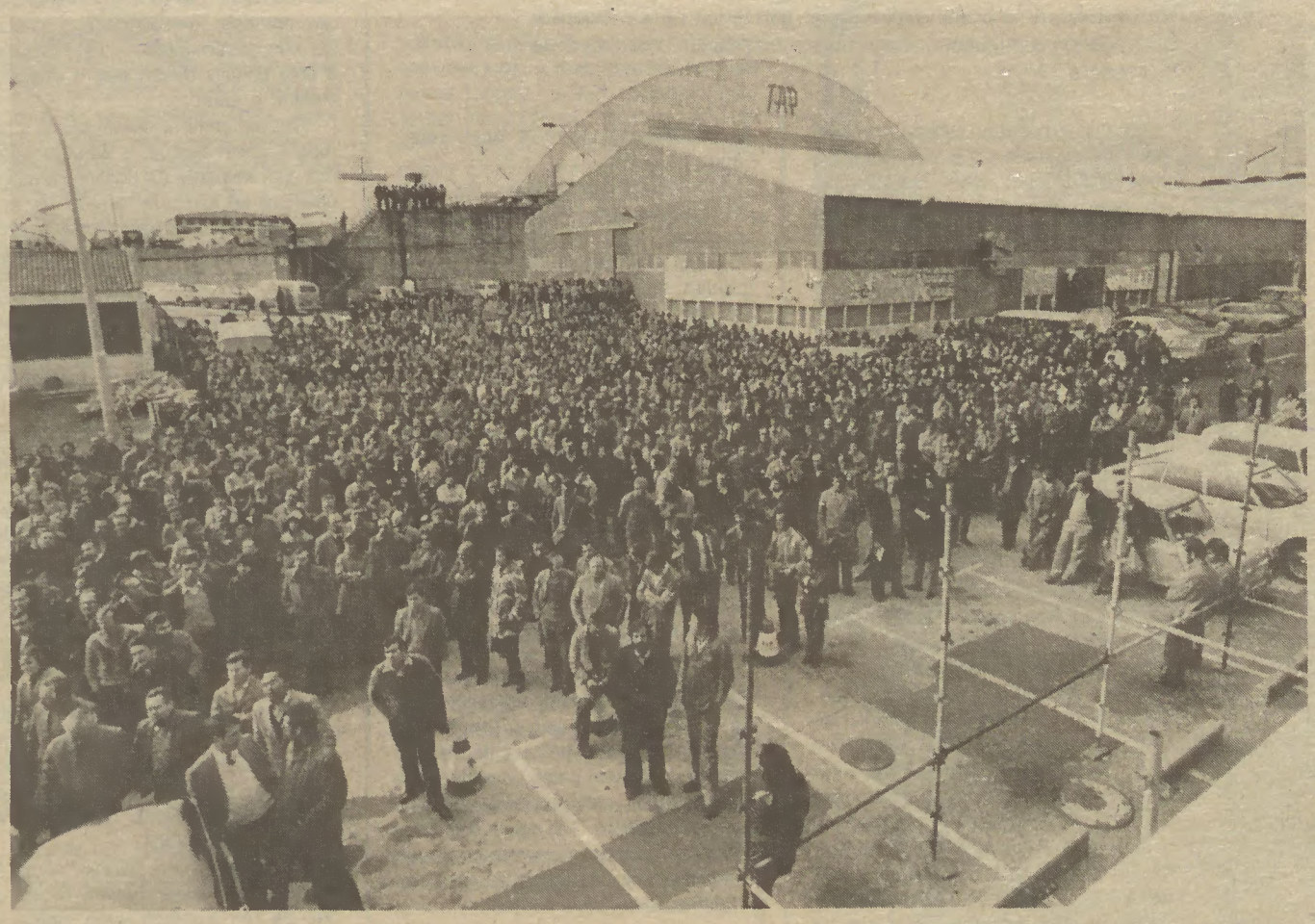
Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 579
31 de Janeiro de 1985
Suplemento n.º 143
Não pode ser vendido separadamente

A TAP faz 40 anos em Março

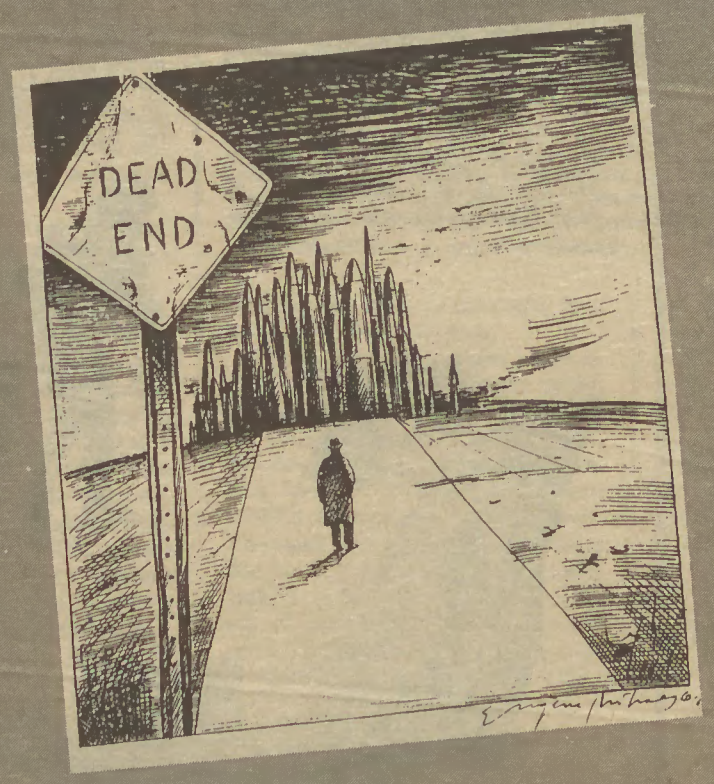
MAS QUE RICA PRENDA QUE AÍ VEM!

Págs. 8/9



NOVA ORDEM ECONÓMICA INTERNACIONAL

Uma necessidade dos povos que o imperialismo combate



Págs. 11/12

Telheiras Cartaxo

Quem são os responsáveis?

Pág. 2

Golpes bombas e outras coincidências

Pág. 4

Baixos salários

Governo aposta na campanha do «venha algum...»

Pág. 3

a Talhe de FOICE

Os coesos

O Governo está firme, autêntica rocha, um prodígio geológico. Mário Soares até diz: «**O actual executivo tem uma tríplice legitimidade para governar, depois de ter obtido no parlamento duas moções de confiança e vencido a moção de censura do CDS**». Confiança em triplicado, legitimidade e apostar com triplas, Governo em caixa, portanto — e tanto que até «**podem ocorrer eleições antecipadas sem esperarmos, em resultado do funcionamento de competências constitucionais**», como muito bem preveniu, igualmente à confiança, o mesmíssimo Mário Soares, na mesma altura e no mesmo «Encontro de Juristas Socialistas».

E há a paz social sob os auspícios desta governação. Mário Soares até garante que a tónica do ano passado foi de «**quase nula conflituosidade social**». Nada mais rigoroso: a prová-lo — por excepção que confirma a regra — estão as várias centenas de greves, paralisações, marchas, concentrações e prisões à porta do nosso Primeiro que explicam o «quase» da nula conflituosidade.

Portanto nada mais natural que o Governo se mantenha coeso, tranquilo e operativo. A tal ponto que alguns membros do Executivo, certamente enfadados com tanto monolitismo, já saem a público em exibições a solo para animar os festejos: Rui Machete diz de sua Justiça que se poderá demitir do cargo se não forem cumpridas lá umas coisas, porque isto de «ser-se ministro pela simples circunstância de ser ministro não tem justificação» (é de homem); o secretário de Estado do Ambiente, Oliveira Fernandes, anuncia mesmo a sua demissão chamando-lhe de «irreversível» e explicando andar de incompatibilidades com o seu ministro, Sousa Tavares, mas este, acordando assarapantado na recepção a Tancredo Neves na Assembleia da República, responderia de imediato não ter qualquer indicação de incompatibilidade, o que lhe faltava era lume e ninguém lho queria dar (é de Qualidade!); Nuno Rocha, que além de humorista natural é membro do Governo Soares por afinidade ao pequeno-almoço, garante com «Tempo» que se prepara uma reestruturação para depois da aprovação do Orçamento, com vista a «agrupar o Executivo em três grandes áreas» (dado o atrás exposto é de supor que a primeira dará umas coisas ao Machete, a segunda recordará à Qualidade de Vida que já está inequivocamente compatibilizada com os 50% de aumento há pouco recebido, e a terceira dará, enfim, uma pasta ao Rocha, que anda há tanto tempo a fazer turismo à volta dela).

Como se vê, nada mais coeso, tranquilo e operativo.

Mas o Governo não é uma entidade abstracta — resulta, como talvez alguém se recorde, de um «acordo partidário de incidência governamental». A incidência é por demais conhecida do grande público, tanto mais que desde que se constituiu, já lá vai para cima de ano e meio, não parou de incidir (em geral num ângulo ascendente de 30% ao mês). Quanto aos partidos em acordo — também conhecidos pela «maior maioria» — e que toda a gente sabe serem o PS e o PSD há desacordo público e privado sobre quem mais incidiu em quem (em quê não se pergunta, basta olhar para o País). Mas isso é lá problema deles, que há-de ter barrela atempada quando houver eleições. O que interessa agora é sabermos que tanta coesão, tranquilidade e operatividade não caem do céu. Emergem, naturalmente, do território fértil de cada um dos (re) incidentes.

Comecemos pelo PS. Aquilo é a coesão em pessoa e até tem um *slogan*: «**Comigo, convosco, juntos vamos conseguir**». E a verdade é que já conseguiram. Após o afastamento de umas centenas de quadros com a mania de andar para ali a desincidir, ficou tudo coeso como os dedos de uma mão. Agora só falta acalmar as Mulheres Socialistas, que por excesso de incidência já se andam à impugnar umas às outras em Congresso (há ainda o caso recente de Ponte de Lima, onde três quartos dos eleitores PS desincidiram de um ano para o outro, mas trata-se de um acidente localizado e absolutamente sob controlo).

Quanto ao PSD bastará chamar à colação a impugnação das eleições do passado sábado para os órgãos distritais do Porto deste partido, feita, como não podia deixar de ser, pela lista derrotada. Consideramos este exemplo (despreocupadamente respigado do que aconteceu apenas nos últimos oito dias), matéria em si própria esclarecedora da saúde coesal, tranquilidal e operacional que se respira em haustos atléticos no dinâmico PPD/PSD. Este partido nasceu e cresceu no bulício, no *motocross* político, na finta e na fita ao minuto certo. Portanto, motivos para preocupação, apenas no dia em que aquilo esteja mais de três meses sem congresso ou conselho nacional ou desatem todos a ficar de acordo.

É evidente que um Executivo assim — tão inequivocamente legitimado e, sem sombra de dúvidas, coeso, tranquilo e operativo — não podia chegar a tão confortável posição governamental se não tivesse o apoio das forças vivas da Nação. Ora esses apoios têm abundado e até se multiplicam: centenas de patrões que, enfim, puderam deixar de pagar salários e Previdências e laborar sem quebra-cabeças de tesouraria, latifundiários que vão readquirindo as suas terras abusivamente cultivadas, banqueiros que anseiam por reabrir as suas casas de fazer riqueza, multinacionais que vislumbram o regresso ao investimento produtivo.

Há ainda uns dez milhões de descontentes e provocadores, onde pululam desempregados e outros marginais, mas não é gente coesa, tranquila e operativa. É tanto assim que não há meio de deixarem os governos coesos, tranquilos e operativos, aquecerem o lugar.

■ ***H.C.***

Telheiras, Cartaxo

Quem são os responsáveis?

No espaço de poucos dias, os cabeçalhos dos jornais encheram-se de títulos com um particular cunho de tragédia.

Em Lisboa, a escassos metros da porta da sua escola, uma professora era atropelada mortalmente, depois de uma outra professora e alunos dessa escola igualmente terem morrido ou ficado feridos em idênticas circunstâncias.

No Cartaxo, uma brutal explosão de gás lança para o hospital, destroçados e mutilados, dezenas de corpos de crianças e da sua professora.

Se dissermos que estamos perante mais um exemplo de uma política criminosa que tem como responsável um senhor chamado Mário Soares e como executante uma criatura designada por José Augusto Seabra certamente que haverá quem barafuste e berre — «demagogia!»

«Será que entendem — dirá quem barafusta — que é ao Primeiro-Ministro que compete saber como é o trânsito à porta de cada uma das escolas portuguesas? Ou que é o ministro da Educação que poderá zelar por que as torneiras de gás estejam em boas condições em todas as escolas do País?»

E, conformado, o crítico concluirá: «São tragédias, mas quem as pode evitar? Os responsáveis terão de ser procurados noutros sítio — e já se está a proceder a um inquérito.»

Não será contudo necessário chegar ao final de todos os inquéritos que estão ou virão a ser feitos para que o «jogo do empurra» comece. Viu-se já o dr. Seabra a dizer que a culpa em Telheiras é da Câmara, o sr. Abecasis a dizer que a culpa é do sr. Seabra, tal como das canalizações que não deixam pôr passagens, dos automobilistas que não cumprem as regras de trânsito — e ainda agora a procissão vai no adro.

Chegar-se-á sem dúvida a conclusões de que, sobre qualquer dos assuntos, haviam já sido escritos dezenas de ofícios, lavrados dezenas de despachos, que se fizeram dezenas de relatórios técnicos e se defrontaram dezenas de faltas de verba. E no fim disto tudo, um pescador de águas turvas, escrevinhador de uma qualquer folha fascistóide ou serventuária do Governo, concluirá que a culpa, a real e ancestral culpa é... do 25 de Abril! Porque tudo está desorganizado, a indisciplina lavra, a responsabilidade não existe.

Ora, desde já e para que se saiba, entendemos que há culpados e responsáveis — porque estamos perante mais um exemplo de uma política criminosa que tem como responsável um senhor chamado Mário Soares e como executante uma criatura designada por José Augusto Seabra.

O que está na origem destas duas tragédias são problemas de **administração**. De administração de bens e serviços que competem ao Estado em geral e departamentos seus em concreto. Os problemas de administração do Estado competem ao Governo e, no essencial, a política seguida por um governo consiste na concretização das tarefas que competem ao Estado.

O Governo e a sua política são responsáveis por essa administração. São responsáveis pelas grandes linhas que traçam, pelos critérios globais que definem, pelos princípios que os enformam, pelo estilo de trabalho que estabelecem. Tal como pela definição da medida concreta, pela sua execução, pelo seu controlo, pela sua organização.

E a questão fundamental é que **este Governo** e **esta política** são, pelas suas ideias e pela sua prática, responsáveis efectivos de uma situação de crise fautora de tragédias — em que estas se incluem.

Porque, como o demonstram salários em atraso, degradação de condições de vida, espancamentos policiais, aumentos constantes do custo de vida, reformas e pensões de miséria, hospitais sem médicos — este Governo e esta política desprezam o bem-estar dos cidadãos, a sua vida e a sua felicidade.

Porque, como o demonstram escolas sem professores, alunos sem escolas, edifícios a ruir, livros a preços inatingíveis, censura e mediocridade na televisão, censura e mediocridade na imprensa, mediocridade e ignorância nos governantes — este Governo e esta política desprezam o ensino, a cultura, o futuro.

Porque, como o demonstram a corrupção generalizada, o sórdido egoísmo dos arrivistas da política, a incompetência de ministros e seus pares, o servilismo face às clientelas capitalistas, a inépcia total dos mais responsáveis — este Governo e esta política são o retrato de corpo inteiro da estupidez, da ineficácia, da corrupção, do desinteresse pelo País e seu povo.

Este Governo e esta política não governam, não administram, não planeiam, não executam, não cuidam. Vendem-se, compram-se, governam-se, ignoram, liquidam, destroem.

Este Governo e esta política são assim responsáveis por uma administração que não funciona, por uma execução que não serve, pela imposição e generalização de uma corrupção que é a sua, de uma incúria que é a sua, de uma incompetência que é a sua.

Não é, pois, demagogia. É a lúcida e firme consciência de que manter este Governo e esta política é, pela corrupção, pela incúria, pela incompetência, pelo servilismo, destruir o País e o povo que somos.

Em Telheiras, no Cartaxo como em tantos outros sítios, haverá talvez um erro de um contínuo, uma incúria de um chefe de departamento, a corrupção de um funcionário: e como não, se o próprio Governo é o retrato e o promotor do erro, da incúria, da corrupção?

Porque para que as cidades funcionem, as escolas existam e trabalhem, os trabalhadores recebam a justa paga, os portugueses possam trabalhar e produzir riqueza, possam viver e construir um futuro possível é — quem pode ainda duvidar — necessária outra política e outro Governo. ■

■ ***RC***

BAIXOS SALÁRIOS

Governo aposta na campanha do «venha algum...»

Em meados de Janeiro agora no fim, a CGTP-IN e todas as suas organizações intermédias, os sindicatos e as organizações representativas dos trabalhadores (ORTSs) em empresas, sectores e ramos de actividade protestavam contra «o brutal ataque aos salários» e acusavam o Governo de «apostar na fome» ao decidir aumentar os preços de bens e produtos essenciais, como o pão, os combustíveis, o leite, a água, os transportes.

Na mesma altura, «a política de degradação das condições de vida», que é emblema deste Governo desde o princípio do seu mandato, fazia render os seus 22 por cento de aumento nos salários mínimos nacionais e alargava essa percentagem decidida em gabinete como se fosse o máximo que as condições permitiriam na conjuntura actual. Veja-se o caso da Carris e de outras empresas onde as gestões querem fazer crer na impossibilidade geral de ir além de uma média global muito baixa de aumentos de remunerações, relativamente ao aumento do custo de vida e das perspectivas inflacionistas que aí se deparam a todos nós.

A política de baixos salários degenerou num verdadeiro assalto a tudo o que se pareça com estabilidade de emprego, saneamento financeiro das empresas, pagamento pontual de salários, diminuição do desemprego e garantias de subsistência para as vítimas dos despedimentos.

Paralelamente às subidas alarmantes dos preços — de todos os produtos e serviços afinal, porque em todos têm incidência os aumentos decididos nas áreas da energia, transportes e alimentação — situa-se em estado avançado de concretização uma tentativa de «reordenamento» de todas as grandes fontes de lucro na indústria, nos transportes, nas telecomunicações.

Para opor um dique às reivindicações salariais e ao normal funcionamento das negociações de revisão da contratação colectiva, o Governo continua a apostar nos baixos salários, aumentando desmesuradamente os preços e fomentando o desemprego em proporções alarmantes. A resposta dos trabalhadores não pode incluir a posição comodista do **«venha algum...»**, na qual o Governo aposta, promovendo-a através dos seus meios de propaganda, com o fito de levar à passividade a maioria da população

Os 500 milhões de Veiga Simão

O ministro da Indústria e Energia, Veiga Simão, apresenta-se sob a sua face de «reordenador» como o campeão da nova ordem liberalizadora à custa do Orçamento. Os 500 milhões de contos para as 18 empresas sob a tutela do seu ministério aparecem como sinal de alerta para outros ministérios também tutelares no sector empresarial do Estado. As Finanças e o Plano mais o Equipamento Social, que abarca como se sabe os transportes, não gostariam de perder este comboio do «reordenamento» e não está posta de parte a hipótese de aparecerem mais «livros brancos».

Significativo nesta investida é que tudo se passa como se as maiores empresas do País já não tivessem trabalhadores e como se as despesas com pessoal, a sua preparação para novas tarefas, a sua reclassificação dentro de um Plano Nacional que não existe, fossem preocupações totalmente alheias aos propósitos governamentais e aos dinheiros que o Orçamento lhes vai atribuir.

O gabinete Soares/Mota Pinto, mais a maioria legislativa que ainda o apoia, surgem a planificar e a decidir, a alardear óptimas verbas e a acenar com projectos, como se meia dúzia de medidas aprovadas no papel, para segurar um pouco uma coligação desavinda, pudessem substituir um programa sério e factível que contasse com o apoio dos trabalhadores abrangidos e com as forças políticas e sociais que os representam, designadamente no movimento sindical.

Os níveis de emprego (baixíssimos), os salários (grande parte deles por pagar e sem garantias de pagamento em muitas empresas) a desordem instalada no chamado «mercado do emprego» em vez de constituirem motivos sérios de ponderação por parte do Governo são remetidos para medidas legislativas e da Administração que, quando não os agravam, os deixam entregues à 'boa vai ela' dos privadíssimos interesses da clientela partidária do Governo instalada nos lugares-chave do controlo económico e financeiro.

Por isso em 9 do corrente a comissão executiva da CGTP-IN reunida em Lisboa concluia que:

«Ao longo de todo o ano de 1984, para exigir a resolução dos problemas concretos dos trabalhadores nas empresas, sectores e regiões, e combater as consequências desastrosas da política do Governo PS/PSD, a luta e as acções de massas foram o único caminho que restou ao movimento sindical, já que o tão apregoado 'diálogo social' (ou 'concertação social') se saldou por um fracasso — mera campanha demagógica para limpar a imagem de um governo antipopular».

Salários reais baixam 17,5%

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, o poder de compra dos salários reais baixou 17,5 por cento, nos útimos dois anos. A quebra registada em 1984 (13 por cento) foi a maior dos últimos 13 anos.

A este indicador podiam juntar-se muitos outros, como a inflação de 84, que atingiu os 30 por cento; os 600 mil desempregados, as últimas subidas de preços. Recorde-se só por alto que, em ano e meio de Governo PS/PSD e antes dos últimos aumentos já este ano, a gasolina super tinha subido 47,2 por cento (de 74 para 109$00), o gás butano 86,1 por cento (de 40 para 75$00), o pão 73,3 por cento (de 2$25 para 3$90) o leite pasteurizado 168,5 por cento (de 17$50 para 47$00), e por aí fora, incluindo o telefone, as tarefas dos correios, os passes sociais.

É nesta situação que aparecem as grandes ofensivas contra o emprego nas empresas públicas, as ameaças sobre postos de trabalho na Função Pública, as tabelas salariais impostas na prática por via administrativa, com uma leve coloração 'sindical' pela via-UGT que, inclusivamente, não pode calar algumas críticas benignas à actuação do Governo para justificar — como pode, entenda-se — a sua subordinação aos ditames partidários que ostenta, como é notório, as mesmas cores da coligação governamental.

E assim, enquanto que os mentores do divisionismo são chamados a subscrever os acordos decididos à revelia de negociações normais, são publicadas (sem audição e estudo prévio por parte das organizações representativas da maioria dos trabalhadores sindicalizados) algumas leis de tal modo ofensivas que os dirigentes sindicais protestam continuamente contra o não cumprimento das disposições legais por parte do Governo.

Sucedeu ainda recentemente com o salário mínimo. A CGTP-IN não foi ouvida nem achada para o estabelecimento dos novos valores nacionais. O mesmo sucedeu com os recentes diplomas aprovados pelo Governo sobre os salários em atraso.

Governo e acólitos escudam-se no 'Conselho Permanente de Concertação Social' e passam por cima da Lei 16/79, integralmente em vigor, que obriga à participação dos trabalhadores organizados na elaboração das leis sobre o trabalho, que lhes digam directamente respeito.

O próprio chefe de gabinete do Ministério do Trabalho, em ofício para a CGTP, afirmava ainda recentemente que «a audiência do Conselho Permanente de Concertação Social não exclui, como é óbvio, o estrito cumprimento da Lei 16/79 quanto à participação das organizações de trabalhadores na legislação do trabalho».

Só que essas afirmações nascem e morrem no papel, quando são membros deste Governo a subscrevê-las ou a autorizá-las.

Pois sendo assim é que a Inter recordava logo no princípio deste ano que ele se iniciava sob o signo da resistência e da luta dos trabalhadores. Forçoso é recordá-lo agora que a verdadeira subversão das relações de trabalho e das negociações que deveriam levar à sua normalidade entram numa fase de ruptura, obrigando a adoptar as formas de luta adequadas à defesa do emprego, por salários mais compatíveis com o aumento superlativo do custo de vida e pelos postos de trabalho em queda livre.

O caminho da luta é uma exigência indiscutível, enquanto esta situação durar ■

Em frente à sede da televisão em Lisboa, na quinta-feira passada: um símbolo público do protesto popular que obrigou, por exemplo, na MDF, a uma tomada de posição junto do conselho de gerência da RTP, por esta ter ignorado ostensivamente as posições dos trabalhadores (475 suspensos em vias de despedimento colectivo) durante o telejornal da última sexta-feira, ao noticiar uma reunião dos representantes dos trabalhadores daquela empresa do Tramagal com o Primeiro-Ministro

Ataques contra Reforma Agrária

Na ânsia de destruir Governo atola-se na ilegalidade

Sem qualquer pejo em recorrer a toda a gama de expedientes ilegais (abundam os casos de prepotência, abusos de poder e instrumentalização de forças militarizadas de que daremos conta adiante) o Governo liderado por Mário Soares retomou nos últimos dias as acções de roubo de terras da Reforma Agrária. Desta feita — dado que já foram ultrapassados todos os prazos que a própria lei determina para a concessão de reservas — o pretexto que o MAP do novo Barreto invoca é o da «reinstrução» dos processos sobre os quais recairam acordãos de anulação do Supremo Tribunal Administrativo (STA).

Até aqui tudo estaria aparentemente bem se o Governo não procurasse deliberadamente viciar as regras, introduzindo dois pesos e duas medidas numa clara violação da lei. Com efeito o STA proferiu, até finais do ano passado, 274 acordãos diversos favoráveis às UCP's/Cooperativas Agrícolas (dos quais 174 tinham transitado em julgado) sem que até ao momento o Governo e o Ministério da Agricultura, curiosamente, tenham «reinstruído» um único que seja no sentido reclamado pelos trabalhadores e decidido pelos tribunais. Claro que tudo se passa de maneira diferente quando se trata de um qualquer acordão favorável a um agrário (proferido exactamente nos mesmos termos relativamente aos que são favoráveis aos trabalhadores). Nestes casos, de imediato, o Governo e o MAFA decidem «reinstruí-lo» de forma a entregar mais uns quantos hectares aos agrários, satisfazendo assim prontamente as exigências da sua clientela política.

Esta actuação — uma dualidade de critérios reveladora do carácter e estilo do Executivo — não se fica no entanto por aqui tendo chegado ao cúmulo de com base num despacho (número 88/84 de oito de Outubro de 1984) o Ministério da Agricultura ter concedido um novo prazo de 90 dias para que os agrários, a título de majorações, pudessem requerer e obter mais terra, isto quando o prazo para os processos de reservas terminou há mais de cinco anos.

Deste modo, dezenas de novos processos estão a ser organizados, prevendo-se que a breve prazo o Governo tente espoliar as UCP's/Cooperativas de mais uns quantos milhares de hectares de terras, agora sob o pretexto de novas majorações.

Mas a cega e feroz ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária leva-o a tripudiar sobre a legislação actual e a atolar-se ainda mais na completa ilegalidade. De acordo com a lei o Governo deveria expropriar, entre outras, as terras dos agrários que excedem as áreas de reservas que lhes foram entregues. Ora o que tem acontecido é que o Governo entrega as reservas mas não expropria o excedente que fica, permitindo assim que os agrários reivindiquem em tribunal a posse de tais terras que, embora expropriáveis, não estão expropriadas por negligência exclusiva das autoridades competentes.

Desta forma, conforme salienta o secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora em comunicado emitido a propósito desta matéria, só naquele distrito correm neste momento nos tribunais 22 acções de reivindicação de propriedade e providências cautelares relativas a herdades na posse dos trabalhadores e que, assim, «correm o risco de ir parar às mãos de agrários que à face da própria lei Barreto já não poderiam ter nem explorar mais terra».

Ainda de acordo com os trabalhadores da Reforma Agrária a juntar a estes pretextos ilegais e expedientes jurídicos, nota-se com crescente insistência, à falta de argumentos, o recurso às forças da GNR por parte dos agrários e dos serviços do MAFA, como forma de intimidar os cooperantes e de os levar a abandonarem a terra que detêm com toda a legitimidade.

— trabalhadores exigem o fim da ofensiva

«Hoje em dia — salienta o Secretariado de Évora — é com toda a facilidade que um qualquer funcionário do MAP ou agrário contactam qualquer posto da GNR para que esta vá às UCPs/Cooperativas pressionar os trabalhadores, como recentemente sucedeu na UCP da Comenda».

Ora, este autêntico assalto às unidades de produção democraticamente geridas pelos trabalhadores é tanto mais grave e inadmissível quando se sabe, como a prática tem demonstrado, serem as UCP's/Cooperativas a solução para as necessidades de desenvolvimento da agricultura do Alentejo, constituíndo a Reforma Agrária um factor indispensável para «tornar Portugal menos dependente do estrangeiro».

Daí o sentido do apelo aos trabalhadores agrícolas dirigido aos competentes órgãos de soberania «com poderes para tanto», para que assumam «as suas responsabilidades», pondo termo a esta «política escandalosa e corrupta». Pela sua parte, como é sublinhado no documento, os trabalhadores dos campos do Alentejo e Ribatejo e suas organizações, continuarão firme e decididamente a luta de forma a impedir que prossiga a destruição da Reforma Agrária, seja formado um novo Governo que, «como uma política democrática, com o povo e o País, retome os caminhos de Abril». ■

Golpes, bombas e outras coincidências

Ensina a experiência e demonstram os factos que, sempre que se desenham alternativas para a política de direita que há nove anos governa o País, um significativo conjunto de fenómenos irrompe na vida e no quotidiano dos portugueses.

São as chamadas estranhas coincidências...

Já nestas páginas se fez referência a um deles: o recrudescimento do separatismo nos Açores e na Madeira. Sempre que a direita e as suas coligações se afundam, ouvem-se nas Regiões Autónomas as apologias ao separatismo numa clara manobra de pressão sobre a política nacional. A importância estratégica dos dois arquipélagos para o imperialismo norte-americano sustenta uma operação de chantagem transparente e paralela da que tem sido usada por uma reacção europeia vendida: «os americanos nunca consentirão comunistas num governo europeu!» Para este caso, o discurso é igualmente traidor: «se há um governo de esquerda em Portugal, os arquipélagos separam-se!»

Mas não é só das Regiões Autónomas que vêm as operações de desestabilização quando a vontade popular se manifesta claramente pela urgência de mudança.

A imprensa reaccionária – acompanhando aliás o discurso dos políticos que serve – desdobra-se em crescentes apelos ao golpe militar. Tratando-se embora de prosa de um obtuso basbaque da política publicada num pasquim inexistente, o artigo de José Hipólito Raposo inserido em «O Dia» de 24 de Janeiro é de linear clareza:

«(...) há momentos em que o vazio político as poderá obrigar a essa intervenção **(intervenção política das Forças Armadas)**. As FA terão de desempenhar – embora mal – o papel da instituição monárquica na sua principal benemerência **(sic...)**: o poder que permanece para além das crises políticas identificado com o interesse da Pátria. (...)

«Poderá a "outra parte" das FA ter de intervir para impedir o regresso do MFA em força que só depois da última revisão constitucional deixou de deter o poder legal e efectivo. Essa intervenção pode ser apenas a de fazer eleger **(sic...)** um Presidente da República respeitado pelas funções hierárquicas que obteve pelo seu valor profissional e a sua seriedade de conduta. Ou pode obter a consagração em sufrágio depois de ter de tomar o poder **(sic...)**. Nesse caso poderá governar por consulta às forças vivas da nossa desgraçada Pátria, mas que ainda se mantêm actuantes e com prestígio: associações empresariais, ordens profissionais, Municípios livres de eleição obrigatória através de partidos, Universidades e associações culturais.»

E acrescenta o teórico:

«Neste caso, os partidos políticos, por força da liberdade de associação, continuariam a existir, mas sem disporem de benesses para a clientela e sem o acesso ao poder que as origina, ficariam reduzidos a sabatinas, debates ideológicos úteis para clarificar ideias.

«Enfim, essa intervenção da "outra parte" das FA pode ser necessária a pedido das próprias forças vivas da Nação. Porque não há outra saída.»

O fundamental da questão é que esta clareza pacóvia não é um facto isolado: encontra ecos e insinuações a outros níveis que, exactamente por não serem nem tão pacóvios nem tão públicos, são bem mais significativos.

Acrescente-se ainda a estes coincidentes factos um outro: o recrudescimento do terrorismo cujo carácter provocatório e favorável às operações intimidatórias e golpistas da direita em crise é transparente. Com evidente conveniência, explodem bombas quando Soares e Mota Pinto pretendem avançar com a lei fascista de «Segurança nacional» e quando os tenores da direita clamam contra a instabilidade e apelam ao golpe.

Tudo isto – e mais o que se pode acrescentar – constitui, como repetidamente se tem dito, não um índice de força da direita e da reacção, mas pelo contrário da sua fraqueza. Na ausência do apoio popular, na ausência de soluções políticas, no desespero da derrota eminente – resta a provocação e o golpe. Raposo o diz, «porque não há outra saída».

E se não há para a direita, é porque a há para a democracia. Trata-se – e é urgente – de pô-la em prática.

■ **RC**

Porto

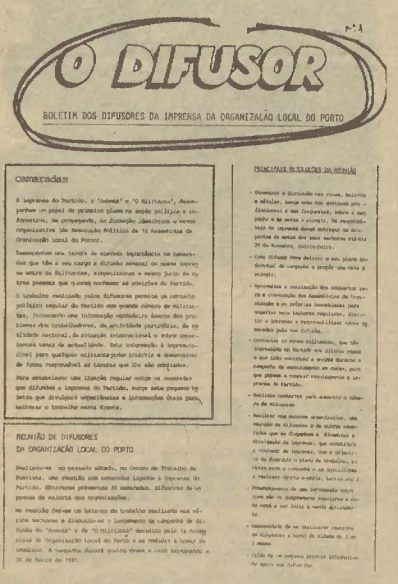
Aumentar a venda, a leitura e a discussão do «Avante!»

É possível ganhar essa batalha!

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP lançou uma nova campanha de difusão do «Avante!» e de «O Militante», iniciativa que ainda recentemente esteve em foco numa reunião realizada na capital nortenha com 80 camaradas ligados ao trabalho de informação, incluindo difusores, e Dias Lourenço, Edgar Correia e Horácio Guimarães.
A importância do «Avante!» no quadro da acção política do Partido e alguns dos problemas fundamentais que se colocam à vida do jornal — desde a sua preparação até à venda e distribuição — são desde há muito aspectos a que a Organização Regional e Local do Porto têm dado particular atenção, nomeadamente através de campanhas de difusão realizadas com êxito.

No caso da cidade do Porto é de salientar a nova dinâmica com que o trabalho de difusão do «Avante!» tem sido empreendido, com a mobilização de camaradas muito activos que preparam todas as semanas a venda do jornal na cidade, notando-se aqui um trabalho cuidadoso e dinâmico que inclui a tomada de medidas orgânicas.

Mas, como já referimos, este esforço em relação ao trabalho de difusão do «Avante!» no Porto não é de agora. Nas suas principais iniciativas, a organização local tem dado sempre uma atenção relevante a essa tarefa, como foi testemunhado, por exemplo, na sua 1.ª Assembleia, realizada em


O DIFUSOR
BOLETIM DOS DIFUSORES DA IMPRENSA DA ORGANIZAÇÃO LOCAL DO PORTO

Camaradas

REUNIÃO DE DIFUSORES DA ORGANIZAÇÃO LOCAL DO PORTO

Novembro no Mercado Ferreira Borges. Aí se recordaram diversos casos de vivo empenhamento de militantes na divulgação e difusão do órgão central do PCP.

Nas freguesias

Como seria apontado na tribuna dessa Assembleia, «é justo mencionar como exemplar o trabalho desenvolvido pelos camaradas de **Sto. Ildefonso, Campanhã, Foz** e **Sé**». E explicou-se com alguns pormenores:

Na Freguesia de **Sto. Ildefonso** atingiu-se um número que ultrapassou os 200 exemplares, número superior ao dos militantes da sua Organização.

Em **Campanhã** chegaram a vender-se 550 Avantes e constituiu-se uma Comissão de Imprensa, organizaram-se 2 brigadas de porta-a-porta que ao fim-de-semana chegaram a vender mais de uma centena de exemplares.

A Freguesia da **Foz** atingiu nas vendas os 200 exemplares e instalou uma banca onde se vendiam ao domingo de manhã 60 Avantes.

Os porta-a-porta são das experiências mais ricas e entusiasmantes de divulgação. Três ou quatro camaradas aos domingos de manhã dispuseram-se a subir as escadas e tocar às portas explicando porque estávamos a levar o **Avante!** aos moradores dos Bairros e das zonas degradadas. A princípio as surpresas foram muitas, pois a satisfação com que eram recebidos em muitas casas a confiança que esta acção estimulava em muitos trabalhadores, as pessoas de outras áreas políticas que camaradas diziam para não contactarmos e que posteriormente pediam para levarmos semanalmente o jornal. No final de 2 ou 3 horas de contactos tinham sido registados 40 ou 50 novos leitores do «Avante!» que na semana seguinte se comprometiam a comprá-lo.

É possível aumentar!

A intervenção sobre a Imprensa do Partido na 1.ª Assembleia da Organização local do Porto comentou ainda:

«Estes sucessos, resultando nalguns casos do esforço individual de um camarada, noutros, de um colectivo organizado, demonstrou que é possível aumentar consideravelmente a divulgação.

Experiência interessante foi a das **Ribeirinhas**, em que um camarada durante a luta dos desalojados começou a organizar a venda do *«Avante!»*, passando a vender regularmente 40 jornais e estabelecendo ligações regulares que se vieram a concretizar pouco tempo depois em 20 novos recrutamentos entre esses novos leitores.

(Da intervenção de Julia Pintão na 1.ª Assembleia da Org. Local do Porto, 4 Nov. 1984)

«A falta de continuidade destas realizações e a não consolidação de estruturas de apoio não permitiu no entanto manter e desenvolver o trabalho.

«Apoiar e estimular o trabalho dos difusores e aumentar o seu número é indispensável. Os responsáveis de cada organismo de freguesia e organismos de sector, e todos os quadros em geral, devem acompanhar e incentivar a discussão da importância política da leitura e divulgação do "Avante!" e de "O Militante" como instrumento organizativo, de combate à desinformação, de luta contra a intoxicação de opinião orquestrada pelos outros órgãos de informação.

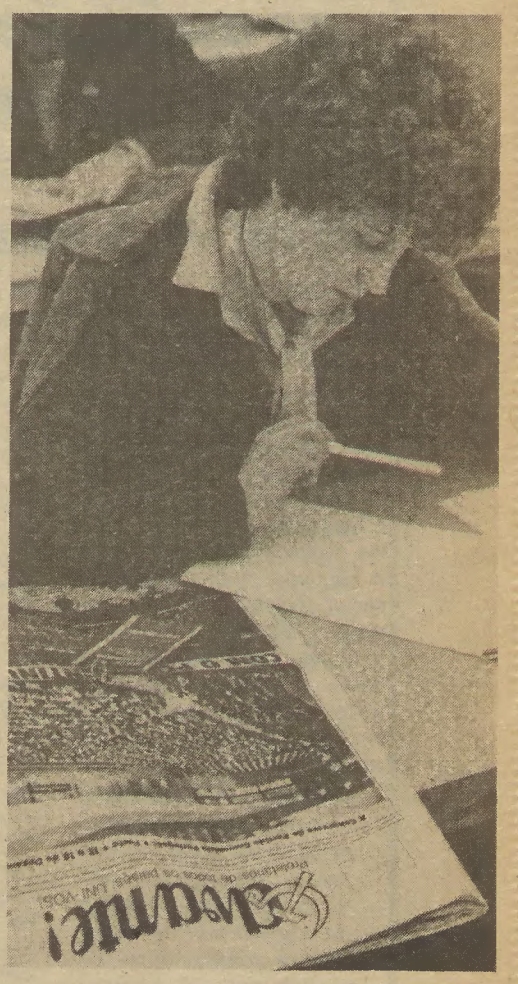
«A discussão regular da Imprensa, nomeadamente do "Avante!" e o aumento da sua divulgação é colocada em todas as direcções fundamentais de trabalho apontadas nesta Assembleia, sendo de destacar o seu papel no reforço das células de empresa e nas comissões de bairro».

Objectivos

Pensando em termos de presente e de futuro, a Assembleia salientou:

«O empenhamento do Comité Local do Porto e de um conjunto de camaradas responsáveis em todas as Organizações, o reforço do organismo de Imprensa do CLP, o conhecimento rigoroso da situação permitem avançar rapidamente para números de venda mais elevados, e atingir novos objectivos:

- **A discussão regular da Imprensa nas reuniões do Partido**



- **A criação de responsáveis nas Comissões de Freguesia, Organismos de Direcção de Sector, Células e Comissões de Bairro**
- **O reforço da composição, do funcionamento regular e da iniciativa da comissão de Imprensa do CLP**
- **O lançamento de uma Campanha de Difusão do "Avante!" e de "O Militante" até 30 de Março de 1985.**

De tudo o que foi dito, fica uma certeza:

«Esta batalha pode e vai ser ganha e, para além das medidas apontadas, vai ser conseguida também a partir do esforço individual de cada um de nós.» ■

Uma mão cheia de... *verdades!*

As organizações do Partido têm abordado nas suas principais realizações, em particular nas Assembleias, a importância do **Avante!** no quadro da luta política, a necessidade de reforçar as suas vendas, a sua divulgação, leitura e discussão. Foi o que aconteceu — trata-se de um exemplo entre tantos outros possíveis — na 1.ª Assembleia da Organização Local do **Porto**, efectuada em Novembro do último ano. Da tribuna dessa magnífica realização do Partido na cidade Invicta, a camarada Júlia Pintão, empregada, membro da C. de Imprensa junto do Comité Local, diria no início de uma breve intervenção aquilo a que poderemos chamar uma mão cheia de verdades, e que recordam:

1. **A venda semanal do Avante! é a forma de contacto mais regular entre o Partido e os militantes.**

2. **Estar informado é factor indispensável no reforço ideológico de todos os militantes e condição essencial para desenvolvimento da acção política de cada um.**

3. **Discutir e divulgar o Avante! é conhecer e transmitir a orientação do Partido, sobre os grandes problemas nacionais e internacionais.**

4. **Todos os camaradas reconhecem a sua importância. Mas uma breve análise sobre o número de camaradas que lê e discute regularmente a Imprensa mostra no entanto, claramente, como a importância política desta atitude tem sido insuficientemente valorizada.**

5. **Grande parte dos camaradas desses organismos (Comissões de Freguesia e Organismos de Sector) não lê o Avante! e a insuficiência da promoção de venda da Imprensa do Partido passa necessariamente pela valorização política da sua leitura.**

6. **Esta situação é agravada pela fácil transmissão da desinformação da rádio e da TV, pelo aumento de preço das publicações e pela perda do poder de compra dos trabalhadores, que produz, num quadro mais geral, uma grande quebra na procura da informação escrita.**

7. **Grande parte dos camaradas diz que não lê porque não tem tempo; que o tempo livre que têm é para trabalhar para o Partido. É uma afirmação falsa; a generalidade desses camaradas não têm tempo para ler o Avante! mas têm tempo para ver diariamente o telejornal e por vezes ler alguns diários e semanários anticomunistas.**

8. **É, no entanto, possível ganhar esta batalha, como o provou a Campanha de Divulgação da Imprensa lançada pela Direcção de Organização Regional do Porto.**

Uma força política atenta às realidades (5)

A estrutura produtiva do concelho do Seixal (distrito de Setúbal) e os recursos e potencialidades económicas do distrito de Évora constam da selecção feita esta semana para a rubrica habitual sobre as Assembleias das Organizações. Trata-se de breves apontamentos que dão uma interessante panorâmica desses temas e que constituem uma base de reflexão no quadro da política responsável, de profunda ligação aos problemas e às realidades, uma política que as organizações do PCP tentam com a sua actividade aprofundar e dinamizar. Os comunistas estão intimamente ligados ao futuro das localidades e regiões. Ao estudo e análise das situações e das dificuldades, acrescentam as alternativas, as propostas e as ideias válidas, num contributo sério para a resolução dos problemas, apontando o caminho do desenvolvimento económico, do progresso social e do bem-estar das populações. Sempre no espírito de Abril.

• Que ninguém duvide: os comunistas conhecem os problemas, apontam soluções, vivem intensamente as aspirações populares, tanto no plano nacional como nas localidades e regiões

Seixal — A estrutura produtiva do concelho

O Seixal fundou-se com base numa população trabalhadora e empenhada no progresso da terra, repartindo-se por diversas actividades: a **agricultura**, a **pesca**, a **construção naval** (desde o tempo dos Descobrimentos), e as indústrias de **lanifícios**, do **vidro** e da **cortiça**.

Actualmente no concelho do Seixal a repartição da estrutura produtiva pelos diversos sectores de actividade é a seguinte: sector primário — **5%**, sector secundário — **70%**, sector terciário — **25%**.

O sector primário, outrora predominante no Seixal pela importância que a agricultura e a pesca chegaram a ter, entrou em declínio nos últimos decénios.

A agricultura perdeu expressão face ao surto urbanístico e industrial, a pesca pela morte crescente da bacia do Tejo.

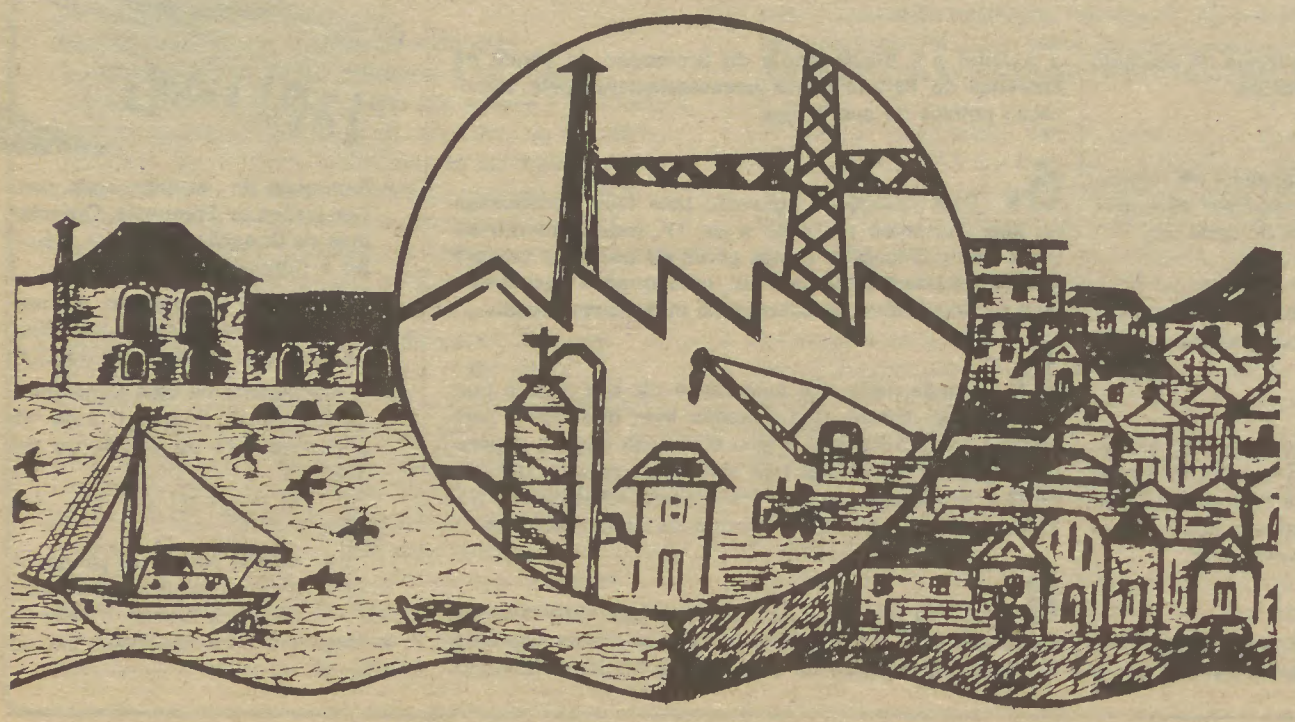
No entanto, apenas no corrente ano o concelho do Seixal foi elevado à categoria de concelho de 1.ª classe, como anocronicamente era considerado do ponto de vista administrativo, pelo poder central.

No sector secundário, agora largamente predominante, a indústria assume particular relevo.

Existem no concelho **539** estabelecimentos industriais. Neste conjunto apresentam uma importância significativa a **indústria pesada** e **Siderurgica**, a **Metalo-Mecânica pesada e leigeira**, a **construção civil** e **materiais de construção**, as **cortiças** e seus derivados, os **têxteis** e **vestuário**, a **electrónica**, a **química**, os **produtos alimentares**, as **madeiras**, a **construção e reparação naval, material de guerra** e **transportes.**

Após o 25 de Abril foi incentivada a instalação de novas indústrias no concelho, nomeadamente pela Câmara, através de uma política de ordenamento do território municipal para pequenas e médias unidades, numa perspectiva de desenvolvimento planificado. Outras, já existentes, ampliaram as instalações. Aumentou a contribuição do município para o produto interno bruto nacional.

No entanto, a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista levada a cabo nos últimos anos por sucessivos governos, com destaque para o actual PS/PSD, tendo por objectivo a restauração dos monopólios aliados ao imperialismo não só tem impedido a concretização de projectos importantes, mas também criado dificuldades acrescidas em áreas de extrema importância, como o ramo siderúrgico, da metalo-mecânica e corticeiro, assim como à generalidade das pequenas e médias empresas.



Plano Siderúrgico

O congelamento do **Plano Siderúrgico Nacional** (PSN) e depois, respectivamente, dos projectos de expansão e modernização da Siderurgia Nacional, impediu a captação de avultados investimentos e a criação de milhares de novos postos de trabalho, com o correspondente impacto no desenvolvimento económico e social do concelho e do País.

O sector terciário tem vindo nos últimos anos a adquirir uma progressiva importância.

Este sector absorve já **46,2%** da população activa do Concelho adquirindo particular expressão em áreas como a administração pública e os empreendimentos imobiliários.

Existem no concelho **2,374** estabelecimentos comerciais colectados e de ramos diversificados.

No estádio actual da economia portuguesa, caracterizada pela coexistência de diversas formações económicas, também o sector cooperativo adquiriu expressão significativa no Concelho.

Das 13 cooperativas existentes, 7 são de produção, 4 de consumo e 2 dedicam-se a outros ramos de actividade (...)

(Documento da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do Seixal do PCP, 2 Dez. 84, Paio Pires)

1ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DISTRITAL DE ÉVORA DO PCP

Évora
Os recursos do distrito

Évora possui recursos e potencialidades económicas e sociais, que, se plenamente aproveitados, podem trazer uma dinâmica de desenvolvimento que nos permitirá romper com as consequências da desastrosa política de direita do PS/PSD.

Tal política de desenvolvimento regional, que criará mecanismos de atracção da população, deverá ter como eixo fundamental a dinamização e modernização da **agricultura**, o que gerará efeitos positivos em todos os restantes sectores de actividade.

Contudo, só é possível desenvolver a agricultua prosseguindo as profundas transformações estruturais iniciadas com o 25 de Abril. Antes de mais, é preciso liquidar o latifúndio, prosseguir a Reforma Agrária, apoiar sem descriminações as UCPs/Cooperativas e as explorações dos pequenos e médios agricultores.

Na indústria

Na **Indústria**, e também de acordo com o X Congresso do Partido, devia-se estimular e apoiar todas as empresas, nacionalizadas, intervenciona-

das, cooperativas, pequenas e médias empresas e outras empresas capitalistas, à excepção dos monopólios.

No distrito de Évora há ramos da indústria aos quais se deve dar particular atenção: **o fomento da implantação de unidades industriais relacionadas com a agricultura**; a laboração plena de fábricas como a «Hortícola do Divor», a «Fore», a «Inali»; **o pleno aproveitamento dos recursos do subsolo,** especialmente os mármores de Borba, Estremoz, Vila Viçosa, Alandroal e Viana do Alentejo; o estudo de soluções para as unidades de montagem de automóveis, instaladas em Vendas Novas; a dinamização da indústia de construção civil; apoio aos parques industriais de Évora, Vila Viçosa e Viana do Alentejo.

Barragem do Alqueva

Outro grande empreendimento indispensável ao desenvolvimento económico e social do distrito e de toda a região é a construção do empreendimento de fins múltiplos que é a **Barragem do Alqueva, integrada no Plano de Rega do Alentejo.**

Só no que se refere à valia e aproveitamento agrícola, Alqueva permitirá a rega de 180000 ha, dos quais cerca de 40000 ha se situarão no distrito de Évora.

Para além de Alqueva importa igualmente concretizar a construção de outras pequenas ou médias barragens já planeadas, como Minutos, Asseca, Orada e Veiros.

Além destas transformações de base e grandes empreendimentos o Projecto de Resolução Política aponta a necessidade duma alteração radical da política em diversos sectores tão importantes como habitação, transportes, ensino, saúde, comércio, património e meio ambiente, artesanato e turismo.

Estas são grandes transformações de base pelas quais devemos lutar sem hesitações para respondermos ao desafio de modernização do distrito, para estarmos em condições de satisfazermos as necessidades materiais e culturais das novas gerações, do nosso povo.

(Da intervenção de António Murteira, do CC, na 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Évora Montemor-o-Novo, 20 Jan. 85)

Uma bela afirmação de amizade e paz

XII Festival da Juventude levará 10 mil turistas à URSS

XII·MOCKBA·1985

A defesa da paz, o reforço da amizade e da solidariedade anti-imperialista são preocupações salientes na acção da juventude da URSS, anfitriã do XII Festival Mundial, a realizar no próximo Verão, em Moscovo. Na foto: manifestação pela paz, na capital soviética, em Outubro de 1983 (os nossos parabéns ao fotógrafo Alexandre Zemlianitchenko, que, com esta bela foto, foi laureado no concurso internacional «Por uma arte fotográfica socialista»)

Calcula-se em **10 mil** o número de turistas que visitarão a União Soviética durante o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que decorrerá em Moscovo de **27 de Julho** a **3 de Agosto** deste ano, sob o lema «Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade».

Receber esses mais de 10 mil visitantes e preparar um programa turístico com qualidade não é propriamente uma tarefa fácil. Por isso, é com vivo empenhamento e entusiasmo que o Bureau Soviético do Turismo Juvenil — o «Sputnik» — se lançou ao trabalho, estando já previstas diversas iniciativas para os turistas, nomeadamente viagens com destino a diferentes cidades soviéticas e programas de animação cultural, desportiva e recreativa.

Ainda recentemente, a propósito da 49.ª sessão do Conselho do Bureau Internacional para o Turismo e Intercâmbio da Juventude (BITIJ), realizada em Helsínquia, capital da Finlândia, Aleksandr Botchrov, presidente do «Sputnik», divulgou à Comunicação Social alguns aspectos do intenso trabalho preparatório que está a ser desenvolvido pelo «Sputnik» em relação ao XII Festival.

Além de programas turísticos para viagens de 3 a 10 dias a várias cidades da URSS, antes e depois da realização do Festival, estão previstos espectáculos teatrais, de variedades e de circo — manifestação com tradição na URSS —, assim como uma grande prova de atletismo (a milha) tendo como «plano» o estádio «Lujniki».

«É neste recinto desportivo, com capacidade para 100 mil espectadores, que se realizarão as cerimónias de abertura e encerramento do Festival e decorrerão numerosos espectáculos e provas desportivas», disse Botchrov, salientando, a propósito, que as actividades de carácter cultural e desportivo não serão promovidas de forma competitiva mas de modo a permitir «a mais ampla participação» dos jovens.

Referindo-se ainda ao programa do Festival, o presidente do «Sputnik» frisou que é já de tradição a participação activa dos jovens de todo o Mundo em todas as iniciativas de massas de carácter político. Os comícios serão este ano dedicados a problemas como a prevenção da guerra nuclear, a contenção da corrida aos armamentos, a solidariedade com os povos em luta pela independência nacional e pela autodeterminação.

Os visitantes terão também a possibilidade de participar em mesas-redondas e conferências onde serão debatidos os mais diversos temas. Durante o Festival funcionarão treze clubes internacionais que organizarão encontros entre os turistas e membros de delegações soviéticas, personalidades destacadas, convidados do festival e a juventude soviética.

No Centro Turístico Internacional os delegados do Festival de Moscovo encontrar-se-ão com representantes de organizações de turismo juvenil de todo o Mundo para discutir questões referentes ao papel do turismo no estabelecimento e reforço das relações de amizade entre os povos e a juventude.

«O intercâmbio turístico juvenil é um dos aspectos mais importantes dos preparativos para o Festival da Juventude. Até à sua abertura, o "Sputnik" receberá cem mil visitantes estrangeiros e igual número de jovens soviéticos deslocar-se-ão ao estrangeiro. É muito importante, nos nossos dias, acrescentou Botchrov, «que as organizações turísticas juvenis que apoiam a realização do Festival de Moscovo divulguem os nobres ideais e objectivos deste grande encontro de Juventude».

XII·MOCKBA·1985

■ *Albano Lima*

A TAP faz 40 anos em Março

MAS QUE RICA PRENDA QUE AÍ VEM!

A TAP – Air Portugal, empresa pública, festeja os seus quarenta anos em 14 de Março. Fundada em 1945, tem hoje como presidente do seu conselho de gerência um homem decidido a aliviá-la de algum peso acumulado durante esses anos todos, entregando parte da prosperidade alcançada a outros, incluindo ele próprio, que precisam de prosperar, por sua vez também. Mas como esta última prosperidade nos parece excessiva, em tempos tão austeros como os de hoje, fomos ouvir sobre a TAP três dos seus trabalhadores no activo. Chamam-se Alberto Melo, Alberto Jorge Lemos e João André. São membros da célula de Partido na TAP, e este trabalho insere-se, como os quatro publicados em números anteriores do **Suplemento,** na preparação activa da 3.ª Assembleia do Sector de Transportes da ORL do PCP, a realizar em Lisboa no dia 9 do mês que vem.

Pode-se considerar a «comodidade» entre os critérios da gestão do sector empresarial do Estado? A pergunta surge porque nos velo parar às mãos, recentemente, um documento fidedigno onde se garante — e citamos — que, para a TAP, a criação da LAR (uma nova empresa também aérea, mas mais privada e regional) seria um negócio «cómodo» e «lucrativo». Será?

Bom. Lá por ser autêntico esse documento não quer dizer que seja verdadeiro, ou tudo o que nele vem escrito seja para tomar à letra.

Mas parecerá a quem o ler que tudo é de boa-fé e garantido com a marca da TAP.

Não da TAP, mas da LAR, isto é, das «Ligações Aéreas Regionais, SARL», previstas para breve.

Mas onde a TAP está representada; e em primeiro lugar pelo próprio Governo, o actual, e ainda por cima pelo presidente da empresa pública TAP-Air Portugal, o dr. Gomes Mota.

Exacto.

Mais: o documento, com a sigla LAR no cabeçalho, revela que os serviços regionais da Transportadora Aérea nacional não ajudam «a dinâmica dos homens de negócios, não favorecem o turismo, etc.

Até refere, não esqueças, que esses serviços regionais dão à TAP «prejuízos de exploração consideráveis».

É o presidente do conselho de gerência da TAP, ele mesmo, o primeiro a dar a mão à palmatória, sendo um dos primeiros subscritores, por assim dizer, da LAR?

Não nos parece que os gestores da TAP sejam dados à crítica, sobretudo à crítica a eles próprios. O que podem não estar é bem na sua pele de gestores públicos. O mal duma empresa como a TAP, que emprega hoje exactamente 9813 trabalhadores, é infelizmente o mesmo, em termos gerais claro, de todo o sector empresarial do Estado.

Com algumas diferenças apreciáveis. A TAP não tem, pelo menos que se saiba, salários em atraso, não tem dificuldades de tesouraria e enguiços dessa ordem.

Claro que essas diferenças apreciáveis têm tendência para serem cada vez menos apreciáveis e mais preocupantes.

Mesmo com a imagem próspera da TAP que por aí aparece?

Isso da imagem sabe-se como é. A promoção lançada pelo presidente do conselho de gerência onde pontifica o dr. Gomes Mota...

Com algumas ajudas substanciais!

Incluindo muito especialmente a do Primeiro-Ministro e da esposa que ainda recentemente, há umas semanas atrás, foi baptizar um B 737 que já andava a voar no limbo sem pecado, e voava mesmo sem necessidade de baptismo nenhum.

Querem dizer que essa promoção esconde alguma mazela?

É provável que revele mais do que aquilo que esconde. A TAP é uma empesa sólida, mas como todas as empresas públicas do sector dos transportes, neste caso, precisa de uma gestão pública, sublinhámos **pública** e adequada aos serviços que deve prestar.

O que não tem acontecido?

Quando dizemos gestão pública, estamos naturalmente a pensar no interesse nacional e não no interesse deste ou daquele grupo financeiro e de numerosas empresas privadas que tentam (e conseguem) servir-se ilegalmente de capitais do Estado, de serviços do Estado, etc., em seu proveito próprio.

E que metem naturalmente o nariz em tudo o que dê lucro ou possa vir a dar.

Se fosse só o nariz — mas não. A recente criação da LAR é a comodidade do negócio...

Comodidade para a TAP?

Claro que não: quando os promotores da LAR falam de «abandono» em «termos de pura gestão» — são termos deles — como sendo «o mais cómodo e lucrativo» para a TAP, não estão exactamente a pensar nos lucros da TAP e no seu melhor serviço como empresa do sector empresarial do Estado. Estão a pensar como gestores de uma empresa concorrente da TAP, servindo-se dela para a atacar e retirar-lhe capacidade de precisamente concorrer...

Embora a LAR não se proponha voar para o estrangeiro.

Não; mas nada nos garante, se continuar esta política, que é na prática uma política de desnacionalizações ilegais, a LAR não venha a ser o embrião de uma iniciativa de mais fôlego, de maior alcance.

Há alguma indicação exacta sobre isso?

Basta ver quem subscreve a escritura da LAR. Além de 5 empresas públicas, todas da tutela do Ministério do Equipamento Social, que são a TAP, a ANA (abastecimento de aeroportos e aeronaves) a RN, os CTT e os TLP, aparecem a assinar a escritura as firmas particulares, quer dizer privadas, Orey Antunes e Ilídio Monteiro.

De que ramo?

Da construção civil, como é sabido.

Mas entre as «entidades outorgantes», como aqui vem na lista dos subscritores, há também autarquias.

Pois. Para que os lucros privados aumentem e diminuam em cadência cada vez mais acelerada as funções sociais do Estado, é preciso que os capitais dos poderes públicos, neste caso o poder local, outorguem, ou figurem entre as entidades outorgantes, como aí se diz.

Outorgantes de quê?

Das finanças públicas. A Orey Antunes, por exemplo, não é nenhuma benemérita irmandade.

E a TAP, os TLP, os CTT, a Rodoviária são «beneméritas»?

Querem pô-las é a pedir — salvo seja — esmola; e não a dá-la já se vê.

Expliquem lá.

É fácil. O dr. Gomes Mota, presidente da TAP, disse no Porto, em 4 deste mês, que o serviço regional da transportadora, pela qual é um dos primeiros responsáveis juntamente com este Governo PS/PSD, é um serviço «insuficiente»; falho de «eficácia»; «não ajuda a dinâmica dos homens de negócios»; dá «prejuízos de exploração apreciáveis»; não apoia «as acções da Administração Pública no seu intento (assim mesmo) descentralizador; não incentiva a expansão da vida social; não favorece o turismo»...

E vai daí?

E vai daí a manha está em pôr aviões da TAP ao serviço do grande capital privado. Não se esqueça que para já todos os aviões da LAR são aviões da TAP e é com o seu apoio expresso que a nova firma aparece.

Porque o próprio presidente da TAP...

Porque o próprio presidente da TAP não é apenas e só presidente da TAP; tem interesses certamente no turismo, como é público e vem promovido em jornais como «A Tarde», «O Dia», «Tempo», etc.

Como dizia o outro, a TAP sozinha não lhe daria para os charutos?

Bom, já se sabe que o dr. Gomes Mota é um empreendedor homem de negócios.

E a TAP não absorve essa energia, essa iniciativa toda?

Supõe-se que não: ainda no «Diário de Notícias» de 15 do corrente se via o dr. Gomes Mota a assinar com a Sol Holidays, uma operadora aérea britânica, um contrato no montante de 2 milhões e 400 mil contos — dos quais só estes últimos 400 mil cabe-rão à TAP. O resto vai para o turismo.

Mas a TAP não participa na hotelaria?

Não, não participa, pelo contrário. A parte da TAP no hotel Penta (SOTEIS), por exemplo, foi vendida a um grupo financeiro árabe com sede em Curaçau. E já não é de hoje que o dizemos: a TAP deve participar com vantagem na hotelaria e no turismo em geral. Não se deve seguir as pisadas da gestão Santos Martins que, a mando da ex-"AD", ou seja do PPD e do CDS — política como se sabe agravada pelo PS — vendeu a parte da empresa na SOTEIS, precisamente quando a exploração do hotel começava a dar lucro.

Por quanto foi vendida essa participação da TAP?

Por 40 mil contos.

Quem participava no capital da SOTEIS antes dessa venda?

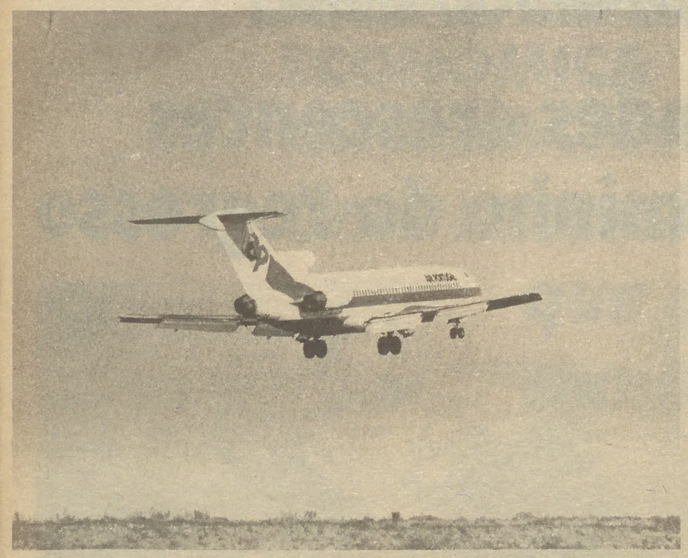
A TAP e o Banco Pinto & Sotto Mayor.

Desnacionalização...

Embora encapotada. É o velho e falso argumento de que as empresas de transportes nacionalizadas ou públicas devem apenas ocupar-se do seu ramo específico, como se o turismo — como acontecia, por exemplo, com o hotel Eva de Faro pertencente à Rodoviária e entregue hoje a uma gestão privada ruinosa — não coubesse com toda a vantagem no sector público!

Prioridades

Os trabalhadores comunistas da Transportadora aérea nacional continuam a propor para a TAP: Defesa como unidade nacionalizada● Respeito pela sua dimensão actual● Cumprimento da contratação colectiva● Manutenção dos postos de trabalho● Unidade dos trabalhadores● Definição de uma política do transporte aéreo nacional para defesa da TAP e do interesse do País● Coordenação entre TAP, CP e RN, em especial no transporte de emigrantes e carga● Acordos internacionais do Governo nesta área devem ter em conta os interesses da TAP● Indemnizações compensatórias justas● Reestruturação da empresa e racionalização gestionária● Dinamização dos serviços comerciais● Desenvolvimento da actividade não regular exclusiva da TAP● Redução de atrasos e bom serviço para o melhoramento efectivo da imagem empresarial● Desenvolvimento de novos mercados, incluindo as relações comerciais com os países africanos de expressão portuguesa● Manutenção da frota● Inteiro aproveitamento do serviço de formação profissional● Melhor utilização dos serviços de informática● Melhores processos de economia de combustível. Na imagem: plenário com concentração junto ao edifício do conselho de gerência — Dezembro de 1980.



Desmembramento

A LAR — Ligações Aéreas Regionais, SARL — com a inauguração prevista para 14 de Março próximo, data da fundação da TAP em 1945, contará apenas com 30 por cento do capital desta empresa pública. A revelação foi feita no Porto pelo presidente do conselho de gerência da TAP, em 4 do corrente na presença de membros do Governo (o ministro do Equipamento Social e secretário de Estado dos Transportes) a quem o gerente-mor da TAP agradeceu o apoio prestado para a constituição da LAR que servirá «as regiões encantadas do interior». Ainda não se sabe se os habitantes das oito autarquias «encantadas» que participam na LAR (Braga, Bragança, Coimbra, Covilhã, Faro, Vila Real e Viseu) **se aperceberam bem da «encantadora» mudança que se resume afinal — numa primeira fase, claro — ao mesmo serviço fornecido pela TAP,** e com os aviões da TAP. **A única diferença resultante da manobra conduzida pelo Governo e por gestores da TAP como Gomes Mota, Abílio Rodrigues e Vilar Queiroz, são os 10 por cento de participação do capital especulador dos empreiteiros** Orey Antunes e Ilídio Monteiro, **que se propõem naturalmente construir encantadores aeródromos e outras pistas nas regiões «encantadas» das clientelas partidárias do Governo com o dinheiro das finanças locais.**

Se fossem outros os gestores e outro o sentido das suas actividades.

É certo. Os gestores que passaram até agora pela empresa, em especial desde 76/77, bem mostraram seguir fielmente as orientações anticonstitucionais dos governos que os nomearam. É o caso das gestões chefiadas por Monteiro da Silva, Álvaro Barreto, hoje ministro da Agricultura, Santos Martins e Morbey Rodrigues.

Sobre os resultados de gestão os últimos anos há por aí um quadro que esclareça melhor o que acabam de dizer?

Há e está em condições de ser publicado (ver quadro).

(000's contos)

ANO	CAPITAL SOCIAL	RESULTADOS DE EXERCÍCIO (PREJUÍZOS) DEPOIS DE DEDUZIDAS AS INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	DESPESAS PRINCIPAIS	DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS
1976	1250	348	540	—	800
1977	1250	238	422	—	500
1978	1250	997	579	159	173
1979	1250	2569	787	671	174
1980	4500	3544	873	826	127
1981	4500	5188	1423	549	817
1982	5065	3374	Valor da 2.ª Centralização 2029	Valor da 2.ª Centralização 2427	1185
1983	6008	Valor estimado 7000	Centralização 4969	Centralização 1989	1222

Uma breve análise deste quadro permite ver claramente que:

— o aumento do capital estatutário (ou social, como queiram) se começou a fazer tarde e a más horas; cresceu apenas a partir de 1980;

— em 1979 o prejuízo de exercício, segundo as contas apresentadas, é superior ao capital estatutário;

— as diferenças de câmbios apresentam valores extremamente elevados, sendo portanto de condenar o recurso sistemático ao crédito externo para manter o fundo de maneio.

Asfixia económica

E as finanças sofrem — as da TAP quero dizer?

É claro que existe um estrangulamento económico geral na empresa. Embora o quadro aí junto não inclua a rubrica **reservas** facilmente se verifica que as **indemnizações compensatórias** de 77/80 foram inferiores às de 1976. Além disso não foram consideradas as taxas de inflação nessas compensações, por serviço social prestado pela TAP, como se sabe.

O que é que se pretende com isso?

Sempre dissemos e voltamos a repetir hoje que os objectivos da direcção do Partido Socialista, do PPD e do CDS, são muito claros: pretendem inserir também a TAP na recuperação capitalista à custa dos seus trabalhadores, dos trabalhadores da empresa em primeiro lugar.

Mas, ultimamente pelo menos, não parece ter havido grandes convulsões na empresa. O desmembramento, se o há, parece passar despercebido.

Não passa não. Faz-se é paulatinamente, salvando as aparências como convém aos gestores, ao Governo e às forças económicas que representam.

Houve despedimentos?

Por enquanto não, pelo menos aqui no País; mas houve trabalhadores que foram despedidos pela TAP no Brasil, na Alemanha (RFA), Estados Unidos (designadamente em Nova Iorque), no Canadá e na Espanha.

E quanto a salários?

Há situações que nos escapam nesse campo. É difícil estabelecer uma média. A TAP está cheia de empresas estranhas ao seu estatuto e que lá colocam pessoal.

Quais empresas?

As que prestam serviços nas aerogares, lojas, limpeza, etc.

Que não dependem da TAP para os salários e outros encargos.

Claro que não. Sabe-se que hoje proliferam por aí empresas de subiocação de mão-de-obra, como lhes chamam, e a gestão recorre a elas, enquanto que tenta aplicar as "receitas" europeias para reduzir o quadro próprio de trabalhadores da empresa. Apesar de a média de idades do pessoal não ir actualmente além dos 40/41 anos, os trabalhadores com mais anos de casa, pelo menos alguns deles, já foram abordados no sentido das reformas antecipadas, do despedimento por acordo, etc.

E os trabalhadores dessas empresas alheias à TAP estão sindicalizados?

Não estão sindicalizados, na maioria dos casos, e não têm quaisquer direitos, designadamente no âmbito da segurança social. Que se saiba, essas empresas não fazem descontos para a Previdência, nem os outros estabelecidos por lei. E não garantem o emprego, naturalmente.

Naturalmente?

Naturalmente é uma maneira de dizer; mas justifica-se, porque essas empresas vivem sobretudo da insegurança de emprego e do corte de regalias sociais, que elas próprias promovem aproveitando-se do desemprego existente.

E os sindicatos na empresa?

Para ser breve, pode-se dizer que há uma pulverização sindical na TAP; mas a força unitária é grande. O Sitava (aviação e aeroportos) representa 63 por cento dos trabalhadores sindicalizados da TAP, aviação estrangeira (23 empresas), ANA, ep (abastecimento de aeroportos e aeronaves), SATA, ep (Açores) e DRA (Direcção-Geral de Aeroportos da Madeira).

E a CT? A CT não intervém?

A comissão de trabalhadores defende actualmente a política do Governo e do conselho de gerência, pelo menos na sua maioria que é PS/PSD.

Aceitando também o contrato-programa proposto pelos gestores?

Aceitando, apoiando e mesmo pressionando; apesar das posições em contrário dos elementos unitários: quatro num total de onze.

O contrato-programa é para rejeitar em bloco?

Pelo contrário. Os trabalhadores na generalidade apoiam várias das soluções propostas.

Se houvesse condições para as aplicar?

Achamos que não há: não só pelo que se passa na empresa como em todo o sector empresarial do Estado sob as directivas deste Governo e desta política, não há.

O contrato-programa é totalmente novo?

Não. Tem melhorias, sem dúvida, mas é feito nos mesmos moldes dos anteriores PREF, programas de recuperação económica e financeira.

Falaram de melhorias...

Como o aumento do capital estatutário, a previsão de alguns empréstimos externos mais vantajosos para a empresa, sobretudo na modalidade de obrigações, ou seja, em título de empréstimo que só vencem juros sem outras alcavalas, etc.

Mas além da LAR de que já falámos, consta que vai haver desanexações.

São as lojas francas de Lisboa e Faro; pelo menos há indícios claros sobre a constituição de uma empresa para explorar essas lojas de aeroportos; dão lucros chorudos, é claro, e o conselho de gerência, por estranho que pareça, não está interessado em mantê-las na TAP.

E entretanto estimula-se a concorrência entre nacionalizadas como a TAP e a ANA, ambas empresas públicas.

Isso é flagrante. Concorrem entre si, em vez de se integrarem e complementarem com menos custos e mais proveito, coo seria lógico e natural.

Fala-se também de venda de imóveis da TAP.

Não é bem isso. Nós defendemos que terrenos e edifícios da empresa sejam integrados no património da TAP, como aliás prevê a proposta de contrato-programa apresentado pelo conselho de gerência. Esses bens devem valer uns 11 milhões de contos, mas não temos dados precisos sobre isso.

Ienes, dólares, e outras moedas fortes

O Governo paga bem e a horas na TAP?

Não seria má ideia, tanto para a empresa como para a economia do País, mas a verdade é que isso só sucede quando se trata de pagar a imagem de marca da empresa. É matéria de promoção e cabe ao conselho de gerência manter uma boa imagem do Governo que aí está. Como afirmávamos em nota pública do dia 10 deste mês, a TAP pediu ao estrangeiro em 1984, 80 milhões de dólares, vendeu os dois B 747 à TWA (americana) e está a derreter essas verbas com o pagamento de dívidas e em despesas correntes.

Despesas com quê, exactamente?

Com a Petrogal, a ANA e o Tesouro: dívidas. O Governo tem contraído empréstimos em dólares, libras, ienes, ecus (unidade monetária da CEE) em nome da TAP, e depois recebe da empresa em escudos (uns 7,3 milhões de contos) e apresenta-os com grande alarido como se fossem lucros. Ora o que se passa é que o Governo tem sido um devedor crónico. Seguindo números de há três semanas, a sua dívida à TAP rondaria um valor muito próximo do milhão de contos. Além disso, a TAP viu-se obrigada a considerar como fundo perdido nada menos que cinco milhões de contos de dívidas estatais. E o Governo era responsável por elas.

Talvez abreviando agora, que isto já se vai tornando extenso...

Para concluir podemos dizer que a política dos governos da ex-"AD" e do PS/PSD para a TAP é responsável pela asfixia económica da empresa, pelo recurso sistemático ao crédito externo (caríssimo) pela abertura do **transporte não regular** (TNR) ao sector privado; pela desanexação de partes rentáveis da empresa pública, designadamente o transporte regional; pelo não pagamento de indemnizações compensatórias dignas desse nome; pela falta de aumento do capital estatutário; pela retirada de direitos aos trabalhadores; pelo recurso sistemático aos contratos a prazo e a terceiros (empresas alheias à TAP) e por despedimentos no estrangeiro. Diante deste panorama os trabalhadores não podem cruzar os braços. Aproveitamos a oportunidade desta entrevista para manifestar mais uma vez a todos os companheiros e camaradas do sector empresarial do Estado e muito especialmente aos trabalhadores em luta a nossa solidariedade activa e fraternal.

Contem com os trabalhadores da TAP. ■

EMIGRAÇÃO

Emigração na Grã-Bretanha

Dificuldades crescentes levam ao caminho do regresso

Distantes do período áureo que marcou os anos 60, no decorrer do qual se registou um notável afluxo de compatriotas para a Grã-Bretanha, a emigração portuguesa naquele país sofre hoje, também, duramente, os efeitos da política desastrosa da senhora Thatcher.

Os empregos vão rareando, crescem os despedimentos e a repressão, um sem número de dificuldades e problemas entraram no quotidiano de um número crescente de portugueses que, deste modo, se vêem na contingência de rapidamente encetar o caminho do regresso.

Mas a par com a discriminação e a xenofobia de que são alvo os emigrantes portugueses, tal como aliás acontece noutros países, não encontram da parte das autoridades oficiais portuguesas um mínimo do apoio que lhes é devido.

É o relato desta situação, das preocupações e anseios que preenchem o dia-a-dia da comunidade portuguesa na Grã-Bretanha, que aqui deixamos.

Tal como os britânicos também a imigração portuguesa está a sentir duramente os efeitos da política desastrosa da senhora Thatcher: os empregos começam a rarear, crescem os despedimentos e a repressão, falta inclusive trabalho nos sectores tradicionalmente ocupados por mão-de-obra emigrante

A emigração portuguesa para a Grã-Bretanha, tal como para outros países europeus, regista um apreciável e significativo crescimento nos anos 60, período que compreende o começo das guerras coloniais e o agravamento da situação económica em Portugal. Entre as regiões mais procuradas pela emigração naquele país encontram-se o sul, Londres e a sua enorme rede suburbana, bem como as ilhas do Canal, Jersey e Guernesay. Existem ainda outras bolsas imigratórias em Liverpool, Manchester, Birmingham e Bristol, embora de menor importância.

Segundo as estatísticas fornecidas pelo Consulado de Portugal em Londres a presença de portugueses em todo o Reino Unido situa-se entre os 35 e os 40 mil. Estes números não são todavia aceites como exactos dada a grande flutuação da corrente migratória, havendo sempre gente que entra e sai, se ausente por períodos indefinidos de tempo. Nestas circunstâncias tem-se como mais correcto uma estimativa entre 30 a 35 mil portugueses. As ilhas de Guernesay e Jersey calcula-se que contem com a presença, respectivamente, de 4500 e 2500 portugueses, na sua maioria madeirenses.

A imigração portuguesa na Grã-Bretanha integra-se essencialmente no sector de serviços. Os portugueses ali residentes trabalham nos serviços hospitalares, restaurantes e cantinas, serviços domésticos e indústria hoteleira, sendo reduzido o número daqueles que se ocupam na construção civil, em oficinas de reparação automóvel, serviços de embaixada e na TAP. Muito poucos exercem hoje na Inglaterra as actividades que exerciam em Portugal. Nas ilhas do Canal os madeirenses e outros portugueses que lá se encontram trabalham sobretudo na indústria hoteleira e na agricultura como trabalhadores sazonais.

Movimento de regresso

Os nossos compatriotas que vivem nos grandes centros (como Londres) encontram-se dispersos, a grandes distâncias uns dos outros. O movimento associativo procura congregá-los e reuni-los com periodicidade (sempre que possível quinzenal ou mensal), mas, no seu conjunto, essa massa associativa circula um pouco por todas as colectividades, não se confinando a uma única associação ou grupo.

Em Inglaterra existem onze colectividades (três das quais pimordialmente vocacionadas para o futebol). No entanto as associações reúnem apenas uma fracção da emigração, dado que a maior parte dos portugueses não está vinculada ao movimento associativo.

Movimentos de carácter unitário têm deparado com dificuldades na sua organização, quer em torno de questões nacionais, quer à volta de problemas respeitantes à emigração no país de acolhimento. As dificuldades podem entretanto ser ultrapassadas se, para tanto, forem aproveitadas as potencialidades existentes. A festa do décimo aniversário do 25 de Abril é prova disso mesmo, tendo demonstrado que apesar dos preconceitos políticos de certos sectores da comunidade, é possível mobilizar os portugueses para problemas de interesse comum.

A imigração portuguesa na Grã-Bretanha está também a sentir os efeitos da desastrosa política da senhora Thatcher. Os empregos começam a rarear, crescem os despedimentos nos hospitais e falta trabalho inclusive naqueles sectores até hoje apenas ocupados por emigrantes. O emprego duplo é cada vez mais raro e, sem ele, a emigração não traz vantagens. Daí que se registe um movimento de regresso cada vez mais acentuado que aponta para uma diminuição da imigração portuguesa na Grã-Bretanha.

Cresce a discriminação

A discriminação social na Inglaterra abrange todas as raças e grupos de minorias étnicas. A sua verdadeira face não foi no entanto ainda sentida pelos portugueses, pese embora a ideia existente em muita gente de que todo o mal que vem à Inglaterra seja, em última instância, da responsabilidade dos estrangeiros que nela vivem.

De momento os africanos e os asiáticos são o alvo escolhido para a xenofobia que afecta muitos cidadãos britânicos. O reduzido número de emigrantes portugueses leva-os a sentir menos essa discriminação. Mas esta subsiste, por exemplo no sector do ensino. Não há ensino integrado do português nas escolas britânicas, sendo os filhos dos emigrantes obrigados a estudar ao fim do dia, depois da escola ter fechado para os alunos ingleses, as disciplinas que constituem o programa do curso de português. Esta situação causa obviamente transtornos às famílias e leva ao fraco rendimento escolar das crianças. Aliás, as próprias professoras portuguesas são discriminadas pelas suas colegas britânicas e consideradas um elemento estranho na instituição.

Trabalho de fachada

O 25 de Abril trouxe uma vaga de esperança a toda a emigração portuguesa. Pareceu então a todos estar mais próxima a criação de condições de vida dentro do País que permitissem o regresso, ainda que a longo prazo.

A remodelação dos serviços consulares, no sentido de um melhor atendimento ao público surgiu igualmente como uma possibilidade de realização imediata. Para que esses e outros desejos fossem satisfeitos, tornava-se necessário uma política do Governo orientada para as aspirações da emigração.

Sob a pressão crescente das comunidades, os serviços consulares em Londres apresentaram aquilo a que chamaram uma estrutura mais eficaz. A Secretaria de Estado da Emigração constituiu a sua delegação e o ensino de português aos filhos dos emigrantes começou a fazer-se em áreas de Londres e em bairros onde se considerava ser maior a concentração de portugueses.

O Consulado tem mais pessoal; mas a eficiência deixa muito a desejar. Os emigrantes ainda esperam longas horas para serem atendidos em momentos de maior afluência. Cometem-se, por vezes, erros na emissão da documentação. E os valores das taxas consulares sofreram um aumento terrivelmente pesado para a bolsa do emigrante. Os problemas das associações tão-pouco foram devidamente considerados.

Deste modo continuam ainda por resolver os principais problemas da comunidade. O Conselho das Comunidades no Reino Unido tem-se reunido regularmente. Mas é obrigado a reconhecer que os prometidos apoios do Governo para o seu funcionamento são totalmente insuficientes e permitem-lhe apenas um trabalho de fachada. O Conselho está, assim, ameaçado de imobilidade e de inoperância.

Ausência de apoios

No que diz respeito às associações a secretaria de Estado primeiro reduziu as verbas que anualmente lhe atribuia, e, agora, suprimiu-as por completo, não lhes dando qualquer auxílio financeiro. Para completar este quadro, nenhum emigrante na Inglaterra viu até hoje, jamais, o deputado pela Emigração para o inteirar deste problemas.

A única assistência prestada pela secretaria de Estado da Emigração tem consistido no envio de dois periódicos portugueses a cada colectividade. Não satisfeita, e sem consultar ninguém, a secretaria de Estado começou, entretanto, a enviar também umas folhinhas paroquiais do Norte inquinadas do reaccionarismo mais abjecto.

Neste quadro constituem motivo de reivindicação da comunidade portuguesa na Grã-Bretanha os seguintes pontos:

- divulgação do Orçamento de Estado atribuido à emigração;
- dedução de uma pequena percentagem sobre o montante das remessas enviadas pelos emigrantes de cada país para Portugal que revertesse para benefício da comunidade do país remetente;
- atribuição de subsídios adequados a todas as colectividades legalmente constituidas;
- atribuição de uma verba adequada ao Conselho das Comunidades que lhe permita desempenhar eficazmente as suas funções;
- revisão das tabelas dos serviços consulares que constituem actualmente um processo de exploração administrativa;
- rever o ensino do português na emigração de forma a resolver o problema, quer segundo o regime no ensino integrado, quer mediante a criação de uma escola secundária, baseada no modelo do liceu espanhol ou do liceu francês ■

NOVA ORDEM ECONÓMICA INTERNACIONAL

Uma necessidade dos povos que o imperialismo combate

Os países em vias de desenvolvimento apresentaram em 1974 um programa conjunto para o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional (NOEI). Dez anos passados sobre o início do projecto o balanço está longe de ser positivo: não só as esperanças depositadas no NOEI não se concretizaram, como se agravaram as situações de dependência dos países em vias de desenvolvimento face aos países capitalistas.

Dados divulgados há dias pela ONU revelam que o conjunto da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento alcançou pela primeira vez, no final de 1984, um bilião de dólares, e que mais de um terço das suas receitas de exportação são gastas no pagamento dos juros dos empréstimos contraídos em condições cada vez mais difíceis.

Ainda segundo o relatório da ONU, a maior parte daqueles Estados não têm hoje qualquer perspectiva de poder vir a saldar as suas contas, transformando-se em «devedores eternos» com todos os problemas que a situação implica.

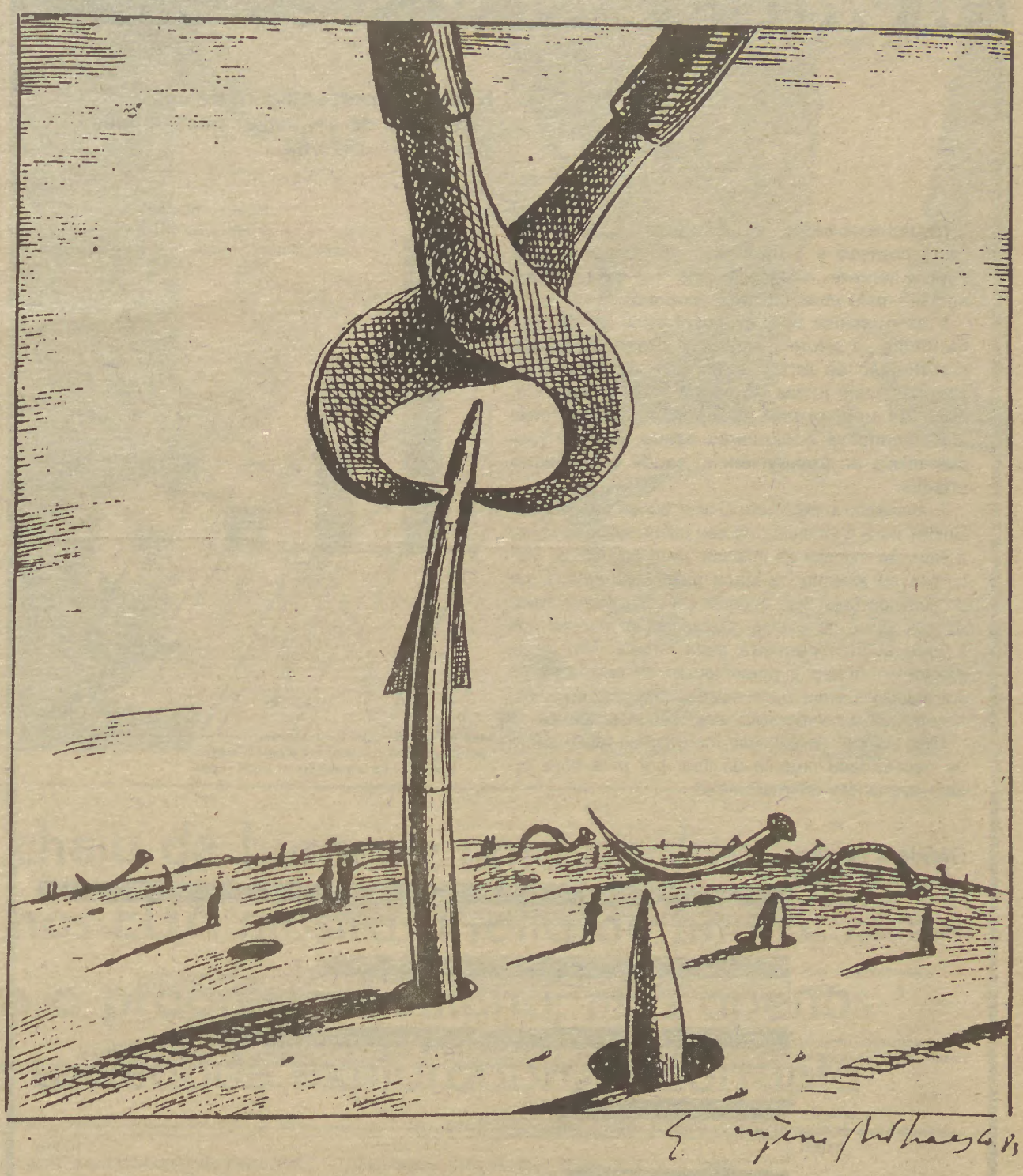
Muitos estudos e razões têm sido aduzidos para explicar o fenómeno. E cada vez com maior frequência sectores politicamente insuspeitos de advogarem o combate ao capitalismo e ao imperialismo reconhecem que as causas profundas da situação económica internacional que se vive radicam na chamada «lógica» do capitalismo, cuja trave mestra é a força, tanto nas relações económicas como políticas.

Surgida no período do desanuviamento, a concepção de NOEI, a ser desenvolvida, representaria um entrave sério para as pretensões de hegemonia e superioridade do imperialismo. A simples possibilidade de actuação conjunta dos países devedores foi combatida desde o início, forçando a negociações em separado, ao mesmo tempo que se desenvolvia a campanha da necessidade de privilegiar as questões económicas em detrimento do desanuviamento internacional, como se se tratasse de dois aspectos completamente distintos das relações entre os Estados.

A experiência veio demonstrar como esta dupla manobra foi prejudicial aos países em vias de desenvolvimento: a corrida aos armamentos desencadeada pelo imperialismo arrastou para despesas militares países economicamente débeis, enquanto as relações estritamente económicas se agravavam com as negociações em separado. Basta dizer que a taxa de crescimento das despesas militares tem sido duas vezes superior à do desenvolvimento económico!

Este dispêndio de recursos materiais em programas não produtivos não só agrava os perigos de confrontos armados como impede objectivamente o investimento em projectos de desenvolvimento. Se a este aspecto se somarem as consequências da crise industrial mundial, a subida constante das taxas de juro, os flagelos da seca e da fome, compreende-se como na última década se agudizaram os problemas no Terceiro Mundo.

Um estudo sobre a situação económica mundial publicado pelo ONU, em 1984, referia que **em numerosos países em vias de desenvolvimento o rendimento por habitante será, em meados da actual década, inferior ao que era em 1980**. Sublinhando que se se pretende relançar o desenvolvimento sem mais delongas é da máxima importância reforçar a cooperação nos principais sectores da política geral, nomeadamente no que se refere aos financiamentos, ao endividamento e ao comércio.



A questão que se coloca é se haverá de facto vontade política para o fazer.

Uma proposta que não foi aceite

Os Estados socialistas apresentaram aos países da NATO uma proposta que poderia contribuir de forma decisiva para a solução dos problemas socio-económicos mais urgentes dos países do chamado Terceiro Mundo: **diminuir os gastos para fins militares, utilizando os meios financeiros assim disponíveis no apoio ao desenvolvimento.** O empenhamento dos EUA na chamada «guerra das estrelas» pode ser dado como exemplo da resposta obtida.

E se a corrida aos armamentos conduzida pelos EUA, que arrasta consigo os restantes países da NATO, não fosse bastante, muitos são os exemplos de que para além da recusa em apoiar os países em vias de desenvolvimento o imperialismo norte-americano se serve da arma económica para tentar impor a sua política.

Uma política que Ronald Reagan deixou perfeitamente clara ao afirmar: **Somos uma nação com responsabilidades globais... Não somos alguém no mundo para defender os interesses de outros. Defendemos os nossos próprios interesses.**

Os resultados demonstram como tais interesses são de facto defendidos — **de 1970 a 1980, os monopólios dos EUA investiram 7900 milhões de dólares em países em vias de desenvolvimento, retirando com isso lucros correspondentes a 79 300 milhões de dólares!**

Não é assim de estranhar que Reagan tenha dito, na cimeira Norte-Sul de Estados industrializados ocidentais

»

Crise
Sinónimo de fome e morte

- **Cerca de 1500 milhões de pessoas dos países da África, Ásia, América Latina e Médio Oriente sofrem de subalimentação grave ou de alimentação deficiente crónica.**
- **Cerca de 1500 milhões de pessoas não dispõem de assistência médica.**
- **Apenas um terço da população daqueles países dispõe de água potável.**
- **O número de analfabetos, que em 1982 era de 825 milhões, está a aumentar.**
- **Mais de 800 milhões de pessoas vivem abaixo do nível absoluto de pobreza, fixado entre 50 a 75 dólares de vencimento anual *per capita*, o que representa cerca de 40% da população total dos países em vias de desenvolvimento.**
- **Cerca de 450 milhões de pessoas daqueles países não têm qualquer esperança de conseguir arranjar emprego.** ■

NOVA ORDEM ECONÓMICA INTERNACIONAL

e países em vias de desenvolvimento, realizada em 1981 em Cancún, no México, que a ordem económica **mundial devia facilitar o melhoramento do movimento do capital privado e da prontidão para investimentos privados, e procurar criar um clima político nos países destinatários que possibilite soluções práticas e faça funcionar a dinâmica das leis de mercado.**

Ou seja, defende-se abertamente o aproveitamento, no interesse da política norte-americana, da dependência económica dos países em vias de desenvolvimento e da sua necessidade em recorrer a capital estrangeiro.

Os resultados são sem dúvida elucidativos. Na América Latina, a renda média *per capita* decresceu em 17 dos 19 países da região, em 1983, e o Produto Interno Bruto, como um todo, diminuiu em mais de 5%. **As excepções foram Cuba e Nicarágua,** justamente os dois países onde a política norte-americana não conseguiu vingar.

Em África, continente onde as rendas e taxas de crescimento económico são as mais baixas do mundo, a quebra das rendas médias, por ano, foi da ordem dos 2,4%, em 1981 e 1982.

Não menos revelador é o facto de, actualmente, dois terços das dívidas externas dos países da Ásia, África e América Latina serem financiados pelos bancos dos monopólios, enquanto em 1971 essa quota-parte era de 25 por cento.

Radicalmente diferente é a posição defendida pelos países socialistas, que se empenham na luta por relações económicas internacionais justas e estabelecidas numa base democrática, como foi salientado na declaração «A manutenção da paz e a cooperação económica internacional», aprovada na cimeira do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) realizada em meados do ano passado.

Naquele documento, onde se propõe a redução dos gastos militares, apela-se **à realização de um programa de acção dirigido ao saneamento das relações económicas internacionais, à garantia da segurança económica e à criação de confiança neste sector extraordinariamente importante das relações interestatais.**

Como a declaração do CAME salienta, **todos e quaisquer métodos de agressão económica, como por exemplo a aplicação ou ameaça de embargos, boicotes, de bloqueio comercial, de crédito ou tecnológico, têm de ser eliminados na prática da convivência internacional** ■

A UNICEF alerta

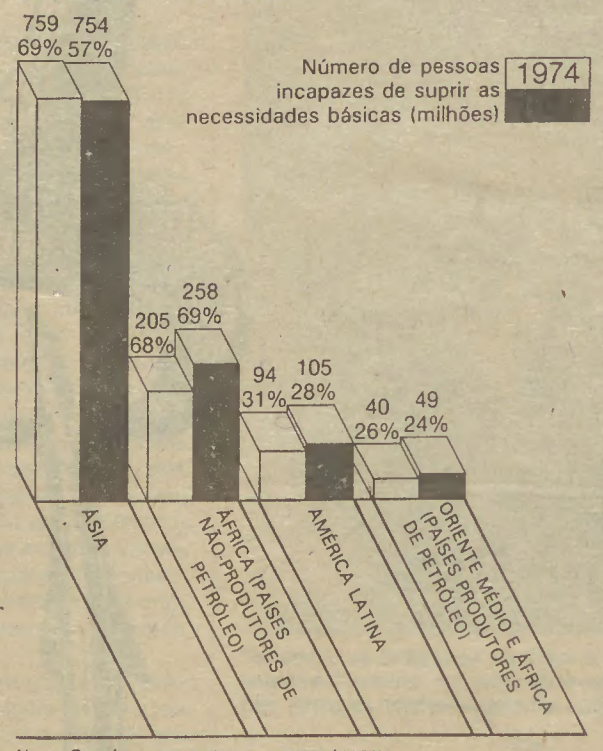
Na linha-de-frente da interminável guerra contra a pobreza e o subdesenvolvimento, está, e estará sempre, a encarniçada luta pela justiça social e pelo crescimento económico.

E as questões básicas envolvendo os direitos da mulher, a reforma agrária, o desarmamento, a distribuição da renda, a geração de empregos, políticas mais justas de cooperação e comércio, além de uma ordem económica internacional mais equitativa continuarão sendo factores fundamentais da sobrevivência, saúde e bem-estar infantis.

A afirmação é feita pela Unicef (fundo das Nações Unidas para a infância), no seu último relatório sobre a situação mundial da infância. Sem prejuízo de voltarmos ao assunto de forma mais aprofundada, reproduzimos hoje dois quadros particularmente elucidativos sobre os efeitos da repressão mundial nos países economicamente mais débeis. Um deles mostra o número e percentagem de incapazes de satisfazer as suas necessidades básicas, enquanto o outro faz a comparação entre saúde e riqueza.

Mais do que as palavras, os quadros falam por si da necessidade urgente de lutar por uma nova ordem económica internacional ■

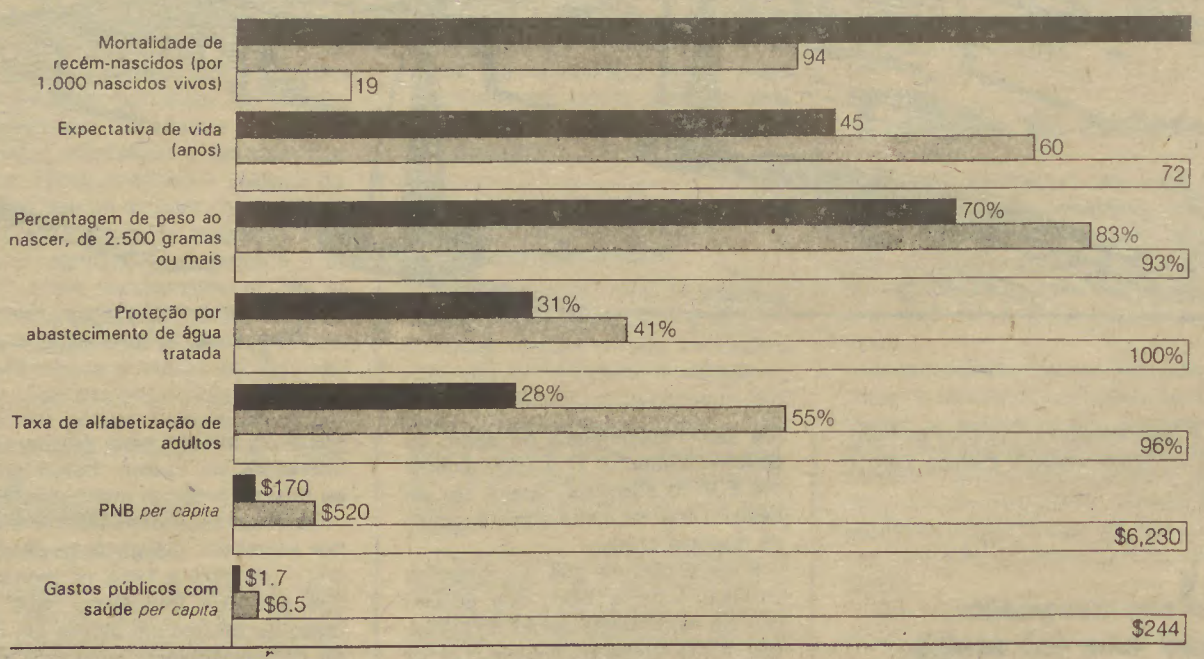
Número e percentagem de incapazes de satisfazer necessidades básicas — 1974/82



Nota: Os números mostram a percentagem do total da população em cada região.

Fonte. Banco Mundial

Saúde e riqueza



Nota: Os números representam médias ponderadas baseadas em dados de 1980 ou do último ano disponível.

Fonte: Global Strategy for Health for All by the year 2000, World Health Organization, Genebra, 1981.

Ajuda?

- A dívida externa dos países do Terceiro Mundo aos países capitalistas orça os 810 mil milhões de dólares.
- Cerca de 40% da produção industrial e 50% do comércio externo dos países em vias de desenvolvimento são controlados pelas multinacionais.
- Os investimentos anuais das multinacionais nos países do Terceiro Mundo são da ordem dos 8 mil milhões de dólares. Os lucros retirados com esses investimentos atingem cerca de 25 mil milhões de dólares anuais.
- Os países em vias de desenvolvimento pagam anualmente perto de 30 mil milhões de dólares pelos equipamentos e tecnologias que lhes são fornecidos pelas multinacionais.
- Calcula-se que seriam necessários 2500 milhões de dólares por ano para eliminar a fome em todo o mundo. Só os EUA gastam 1800 milhões de dólares na produção de um único submarino nuclear do tipo «Trident», dos quais, até 1990, projectam possuir treze..
- Os meios gastos na produção de um míssil MX permitiriam construir cinco hospitais. O plano dos EUA para o futuro próximo prevê a instalação de cem daqueles mísseis.
- Para o desenvolvimento de um sistema complexo da indústria de transformação em África seriam necessários investimentos na ordem dos 249 mil milhões de dólares.

O orçamento militar dos EUA para o ano financeiro 84/85 é de 313 mil milhões de dólares. ■

CAPITALISMO

Destruir para sobreviver?

Em Dezembro do ano findo, nos EUA, o reverendo Douglas Roth foi preso e condenado a 90 dias de reclusão e uma multa de 1200 dólares por ter utilizado os fundos da igreja para apoiar os desempregados das fábricas de aço de Pittsburg. Uma pequena história? Sem dúvida. Mas por vezes através de pequenas histórias e de factos acidentais, surgem realçados, aos olhos de todos nós, problemas essenciais.

A pequena história que referimos, por exemplo, chama-nos a atenção para dois factos: o problema do desemprego como tara particularmente dramática — para as massas trabalhadoras — inerente ao sistema capitalista (e em contínuo agravamento); diz-nos ainda qualquer coisa do sentido moral de um sistema que condena quem pretenda minorar os efeitos humanamente dramáticos que a sua própria evolução acarreta.

Também este difícil Inverno — que poderemos considerar um facto meramente acidental — ao agudizar os já muito difíceis problemas sociais que o capitalismo gera e agrava, os torna ainda mais nítidos, e insuportáveis.

O frio, a neve, o gelo, varreram a Europa. Houve centenas de mortos — e isto em países capitalistas desenvolvidos. Uma inevitável consequência de caprichos da natureza? Os factos dizem-nos que não. Em Paris, o metropolitano e igrejas foram abertos aos que não tem **nunca** um simples tecto para se abrigar (e a quantos, por acréscimo, virá isso a acontecer aqui, em Portugal, se for avante a lei proposta sobre as rendas de casa?). A grande cidade de Londres, que se afirma quase como símbolo dos valores da democracia burguesa, conta com mais de 10 mil pessoas sem casa. Os mortos pelo frio são mesmo simples vítimas dos rigores da natureza?

O frio, a neve, o gelo, varreram a Europa. Mas contrariamente ao que se conclui dos discursos oficiais, a Europa não termina nas fronteiras da NATO e da CEE. Em qualquer simples Atlas escolar, o continente é mais vasto e abarca uma boa parte da comunidade socialista. Que também nestes dias defrontou as dificuldades de um Inverno ainda mais duro. Mas defrontou-se de forma substancialmente diferente. Não foi preciso abrir o metro à noite, porque não há gente sem tecto. Impôs-se, sim, um redobrar de esforços para manter transitáveis as ruas das cidades e as estradas do país. Os custos agravados com o aquecimento recaíram integralmente sobre o Estado. Onde os problemas não foram resolvidos a tempo, choveram as críticas, refectidas na imprensa, na rádio, na televisão, e organizaram-se as respostas adequadas.

São pequenos factos. Que reflectem entretanto o conteúdo de dois sistemas opostos. E uma vez mais confirmam as palavras de Marx: «a produção capitalista... desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, **destruindo, ao mesmo tempo, as fontes de toda a riqueza:** a terra e o operário».

Palavras hoje particularmente evidentes, se soubermos auscultar atentamente a vida do dia-a-dia, para além das palavras de propaganda. E que se tornam ainda mais claras quando, das pequenas histórias expressivas do quotidiano, passamos para uma visão mais ampla do que se está a passar por todo o mundo capitalista — a começar pelo seu expoente: os Estados Unidos.

O «paraíso» capitalista está cheio de buracos: uma análise da economia e da situação nos EUA mostra a falta de futuro de um sistema que não serve o progresso humano, mas apenas uma minoria privilegiada da sociedade exploradora e corrupta

Negar as potencialidades que o capitalismo hoje detém — que, verdade seja dita, vão até ao terrível limite de liquidação do planeta — seria fechar os olhos à realidade. E mais — seria minimizar a importância da luta que por todo o mundo se desenvolve contra o sistema de exploração, mesmo que nem sempre consciente do seu significado; e ainda recusar as dificuldades e complexidade da batalha em que estamos empenhados e do muito caminho que ainda há para percorrer.

Não menos errado — pelo menos — é não ver, com lucidez, as suas limitações decisivas, a sua incapacidade congénita de dar resposta aos problemas que a nossa época, a irreversível evolução histórica da humanidade, coloca.

Num momento em que — **ainda...** — se fala de recuperação e se pretende reinsuflar a ideia da perspectiva do capitalismo como viável — importa ver, de par com os números que reflectem uma relativa recuperação real, limitada embora, qual **o verdadeiro carácter desse desenvolvimento,** e, sobretudo, **a quem serve.**

Referimos aqui uma afirmação do camarada Tchernenko, dirigente do PCUS e do Estado soviético, porque nos parece ser particularmente clara quanto a esta questão essencial: «Nos últimos 15 anos, a comunidade socialista duplicou o volume da **produção industrial,** enquanto o capitalismo obteve um aumento que mal ultrapassa os 33 por cento. **O fulcro da questão não se reduz,** naturalmente, **aos ritmos de desenvolvimento económico:** revelaram-se de um modo mais completo também nas **vantagens sociais** do nosso regime».

Desenvolvimento económico e desenvolvimento social — duas faces de uma mesma realidade, duas faces de uma mesma moeda que, no caso concreto do dólar, símbolo do próprio sistema capitalista, assumem um carácter único e claro: lucro e só lucro.

Para onde vai a «locomotiva»?

Em Janeiro de 1981, quando o actual presidente norte-americano iniciou o seu primeiro mandato, a economia capitalista encontrava-se numa bem difícil fase do seu ciclo de desenvolvimento: em plena crise cíclica (1980--82), a mais grave desde o pós-guerra, que iria culminar com a depressão de 1983.

Em 1984, ao terminar o seu primeiro mandato, Reagan pôde exibir (empolar e criteriosamente utilizar no plano eleitoral) números que, para além de todo o tipo de manipulação a que

»

CAPITALISMO

tenham sido sujeitos, revelam resultados reais de um certo tipo de desenvolvimento. Em 1981, o desemprego afectava 11% da força de trabalho, a inflação era da ordem dos 12,3%, o crescimento industrial negativo. Em 1984, o desemprego tinha descido (ainda que segundo estatísticas oficiais claramente adulteradas) para os 7%, a inflação para 4%, o crescimento do Produto Nacional Bruto, no primeiro semestre do ano, de mais de 9%.

O quadro não seria completo se não lhe somássemos desde já um outro facto: estes números já entraram em declineo.

Mas o mais importante é tentar ver, de mais perto, que **tipo de desenvolvimento** traduzem.

Um primeiro elemento: a instabilidade

Nos últimos dez anos, a economia norte-americana passou por três períodos de recessão, alternados por três períodos de recuperação, independentemente das políticas económicas seguidas (naturalmente no quadro do sistema) e dos presidentes em exercício. O que se pode facilmente ligar ao **carácter cíclico da crise** do capitalismo, mas de forma alguma a uma linha de desenvolvimento estável, com pequenos sobressaltos.

Por outro lado, e paralelamente aos números que Reagan exibiu, outros, que à partida comprometiam qualquer possível continuidade do processo, se impunham: no primeiro semestre de 1984, o défice da balança de pagamentos alcançou os 44 mil milhões de dólares. **A dívida** total (interna e externa) é de 1,6 biliões de dólares (quando Reagan assumiu o poder, era de um bilião). O défice da balança comercial é de 130 mil milhões de dólares. Na verdade os Estados Unidos estão a converter-se no maior devedor do mundo (a sua dívida externa é maior que o dobro de toda a dívida externa da América Latina).

Um outro facto que não pode ser descurado, e que constitui reflexo e factor de instabilidade: a economia norte-americana, e portanto também a limitada recuperação, vive de **capitais alheios:** concretamente há já 4 anos que as taxas de juro sobre os empréstimos, artificialmente elevadas de modo vertical pelos bancos da Wall Street, funcionam como uma bomba de sugar um sempre crescente caudal de capitais estrangeiros para os Estados Unidos. Calcula-se que, só no primeiro semestre de 1984, a economia dos Estados absorveu 160 mil milhões de dólares de capital estrangeiro, o quádruplo em comparação com todo o ano de 1983.

Em que sentido se caminha?

Nestes últimos quatro anos, os investimentos produtivos (que geram bens e serviços destinados ao consumo) crescem apenas de 0,4% — o menor crescimento registado na história do país desde a grande depressão dos anos 30. Os investimentos significativos registam-se no sector dos serviços, no mercado financeiro e, muito particularmente, no campo militar.

Este sentido da política económica reflecte-se, por exemplo, na difícil situação da agricultura: os agricultores têm actualmente uma dívida de 190 biliões de dólares — soma 50% mais elevada que em 1979. Reflecte-se ainda no grande número de falências, nomeadamente na banca: no primeiro semestre de 1984, faliram 43 bancos, número quase igual ao registado no ano anterior, embora já então se tivesse atingido números ímpares.

Actualmente, quando já se regista uma inflexão na produção industrial (referimo-nos ao segundo semestre de 1984), o complexo militar-industrial mantém o seu anterior ritmo. A taxa indicadora do aproveitamento do potencial industrial passou a declinar rapidamente, para se situar ao nível de 80%, contra os 83% registados no ano anterior à crise. O mesmo não se passa no domínio da indústria militar. Aliás, também na anterior fase de expansão o incremento na esfera militar ultrapassava os números gerais.

Os custos sociais

E assim chegamos a um elemento fundamental do desenvolvimento económico: a quem serve? Não certamente, como já vimos, os agricultores. Tão pouco os proprietários de empresas mais débeis, arrastadas pela falência. Mas não são essas as camadas e classes sociais mais atingidas. Na verdade são os trabalhadores norte-americanos que pagam os seus custos, não retirando os correspondentes benefícios, nem nos momentos em que momentaneamente se vive uma conjuntura económica dita mais favorável. Pelo contrário — o que neste momento se está a viver nos EUA, é uma reforçada exploração das massas trabalhadoras pelo capital. Utilizando em seu benefício o fenómeno que lhe é próprio — o desemprego —, e também as próprias debilidades e vícios do sindicalismo norte-americano habilmente fomentadas, o capital norte-americano impôs, em 1982, o congelamento de salários. Os salários do operariado têm-se afastado progressivamente em relação ao aumento de produção. Em 1984, o custo de uma unidade de força de trabalho aumentou menos de 2 por cento, contra os 3 por cento de aumento de produtividade de trabalho na esfera industrial. Acresce que a maioria dos postos de trabalho entretanto criados se situam fundamentalmente no sector dos serviços, onde os salários praticados são muito mais baixos. Assim, em Dezembro de 1983 os salários dos trabalhadores norte-americanos situavam-se cerca de 2,5 por cento abaixo do seu nível de 1975. Nos últimos 4 anos os rendimentos reais de 40 por cento dos americanos baixaram.

Um outro facto igualmente significativo do carácter anti-social da política económica do capital: a redução das exportações norte-americanas, ligada à sobre-valorização do dólar, já provocou a perda de um milhão e 200 mil empregos. No que respeita ao défice, que atrás referimos, da balança comercial, calcula-se que cada mil milhões de défice nas transações comerciais, representa a perda de um em cada quatro empregos na indústria.

* * *

Uma conclusão se impõe: mesmo ao nível da «locomotiva», não se pode falar de uma linha de verdadeiro desenvolvimento económico em capitalismo, sobretudo se lhe acrescermos a sua necessária dimensão social.

Pela sua instabilidade, é a própria OCDE que em relatório de Julho de 1984 aponta como factores de preocupação: a manutenção de um elevado nível de desemprego, as taxas de juro exorbitantes sobre os créditos bancários e o gigantismo do défice do orçamento federal, admitindo-se também a possibilidade de uma aumento da inflação.

Porque tal desenvolvimento se alimenta dos capitais e portanto do desemprego acrescido da Europa capitalista; das dívidas dos países em vias de desenvolvimento (e a rigor das mortes que a degradação da situação origina); da crescente exploração dos trabalhadores norte-americanos, da limitação dos seus direitos (há mesmo um projecto governamental visando abolir as convenções colectivas de trabalho!) aos cortes em subsídios sociais, que já elevaram o nível da pobreza para 15,2 por cento da população do mais rico país capitalista do mundo.

Um desenvolvimento «em crise», por contraditórios que sejam estes conceitos. Um desenvolvimento ao arrepio e às custas dos mais elementares interesses e direitos das grandes massas dos trabalhadores, dos que tudo produzem, em todo o mundo. Um desenvolvimento que beneficia, em contrapartida, exactamente os que «trabalham» para a própria extinção da vida: o complexo militar-industrial. É difícil encontrar expressão mais acabada de autocondenação de um sistema. ■

aTV

IVA — e vai mais um...

No programa «Actual» esteve em discussão o IVA. Foi um esforço desesperado para demonstrar ao Povo português que o veneno desta cobra não mata e que, pelo contrário, até faz muito bem à saúde...

Os dois funcionários comprometidos com o imposto falaram muito — e quem fala muito quer sempre esconder alguma coisa...

Mas chegaram a acordo num ponto: com o IVA, o Governo pensa arrecadar maior receita. Estragaram tudo. Ia tudo tão bem encaminhado para que o IVA viesse a receber o prémio Nobel da benemerência pública...

Ficou provado que o novo desconto vai aumentar a inflação; vai restringir o consumo; vai ser mais um fardo sobre os ombros do Povo português. E ainda há dias o Governo dizia que não haveria mais aumentos este ano!

Enganou-se. Queria dizer «esta semana»...

Filosofia da ignorância

O grande escândalo da reunião foi uma intervenção do prof. Xavier de Basto, professor de Coimbra, considerado o pai do IVA.

A propósito do imposto de oito por cento que iria recair sobre os livros, disse que não via razão para haver excepções. Que se excluíssem da tributação os filmes pornográficos, vá. Mas os livros, não, os livros não.

Estranha filosofia! Mas o professor de Coimbra explicou: o livro não é um bem essencial, porque **não é adquirido fundamentalmente por classes de baixos rendimentos...**

Infelizmente, o preço dos livros afasta muitos leitores. Ninguém acredita que a cultura se defende aumentando esse preço ainda mais. E não falemos dos livros escolares, já tão pesados nos magros orçamentos familiares.

A afirmação do professor de Finanças já foi alvo de inúmeros protestos. Fica bem claro que a filosofia deste Governo é a filosofia da ignorância...

Novos buracos à vista!

Foram muito reduzidas as emissões que a RTP dedicou à discussão do Orçamento Geral do Estado, na Assembleia da República.

No entanto, ficou demonstrado aos olhos de toda a gente onde está a razão, a coerência e a eficácia. O único dos grandes partidos que discutiu o assunto com pesados trunfos na mão, foi o PCP.

Apenas um exemplo: logo na primeira sessão, o deputado Octávio Teixeira afirmou que a orientação deste Orçamento se fazia no sentido de «tirar a quem menos possui para dar a quem mais tem». Adiantou uma afirmação que ninguém contestaria: neste orçamento «há buracos escondidos que se computam em cerca de 100 milhões de contos».

Outros dados podiam ser mencionados, mas o pormenor dos novos buracos em perspectiva mostra que a fragilidade, a gravidade deste orçamento são maiores do que parece à primeira vista.

Daí que a sua discussão em tão breve período se torne demasiado inconsistente. Impõe-se uma avaliação alargada, com os representantes do governo e da oposição ou com economistas de distintas áreas.

O mesmo, aliás, se dirá a propósito do IVA. Apesar de a televisão nos dizer que não se trata de um novo imposto, mas sim a reunião num só de vários impostos, a verdade é que a realidade parece ser bem outra.

Por outro lado, o desencadeamento do processo nesta altura assentou em razões políticas. Logo, é também no foro político, e não apenas no foro económico e tecnocrático, que ele deve ser discutido.

Veremos agora quem é que tem medo de olhar bem de frente o Povo português...

■ ***Ulisses***

... Síntese semanal da IMPRENSA

A peça do desgoverno

O pano está a cair. Mas atenção!
Os principais actores do desgoverno mostram já que não abandonarão o palco de livre vontade. Eles arrumam já guarda-roupa e cenários, e ensaiam vozes e maquilhagens para novas representações. Os papéis serão mesmo redistribuídos, tudo para aguentar a peça em cena.
Isto só muda com uma grande pateada!

Gama: o soarismo como Igreja

• «O PS anda sobressaltado. Chegou ao cabo das Tormentas, enfrentou o Adamastror da dívida externa, mas a navegação continua difícil.

O PSD, seu parceiro na coligação, entregue aos seus jogos de salão e bailes de máscaras, vai desfrutando de uma certa impunidade, mas não está interessado em encher de mais o balão. «As testemunhas de Jeová» (assim designou, Jaime Gama, o movimento eanista) não podem ser enfrentadas na presente fase da vida política por outros meios que não seja a afirmação da «verdade» do PS. Quanto ao PC, do mesmo modo que em relação à inflação, Mário Soares espera que a casa dos 20 por cento não cresça desmesuradamente. O CDS, esse não lhe causa mais dores de cabeça do que uma das linhas do PSD.

O PS está é preocupado consigo mesmo. Sente-se acossado pelo circo da televisão, pelo feudalismo nas empresas públicas, pelo contrabando de «rosto humano» pelos ping-pongs entre ministérios.

(...)

No entanto, quando esperávamos ver Almeida Santos ao leme, eis que é Jaime Gama que assume a direcção do barco socialista através das ondas alterosas da situação política, não receando mesmo contradizer o ministro de Estado.

A entrevista que concedeu ao «Expresso», publicada na última edição daquele semanário, é um documento político coerente, uma espécie de carta de intenções do PS para os próximos 12 meses.

Sobre a candidatura presidencial do primeiro-ministro, diz que «Mário Soares só deve candidatar-se para vencer e nunca para perder». Por outras palavras, ao contrário de Almeida Santos, Gama admite a derrota de Soares.

Em relação ao PSD, o ministro dos Negócios Estrangeiros e dirigente socialista parece pouco disposto a aceitar que continue impune: «A pior demagogia é a dos governantes que falam como opositores».

Por outro lado, Gama lembra que a crise não é só económica: «actualmente, em Portugal, todos esses problemas têm sido acrescidos dada a escassez de reflexão política».

Em relação ao novo partido, prefere não perder muito tempo com esse fenómeno: «Nesta fase, o movimento eanista está para o PS como as Testemunhas de Jeová para a Igreja Católica.» No entanto, observa que o PS, se não for o maior partido será o segundo partido, continuando como o «pivot» da modernização do País.

Quanto à rádio e à televisão, Gama fala como um ministro da Comunicação Social, traça uma filosofia dos diversos emissores, aponta para modalidades de televisão privada sem as restrições de Almeida Santos e conclui: «Quando já ninguém falar de televisão, quando ela se encontrar legitimada, isso quer dizer que consolidámos o regime.»

No plano externo, entre outras questões que tem aflorado repetidas vezes, afirma que «a CEE é um dado irreversível da vida nacional».

Deixa ainda duas afirmações que podem ser lidas como «indirectas», uma para Soares e outra para Mota Pinto:

Contra Soares: «As solidariedades políticas não são o elixir mágico das relações internacionais, nem a vida internacional depende das relações pessoais.»

Contra Pinto, e comentando o alegado telefonema da Renamo para o líder do PSD: «Sou um péssimo leitor de romances policiais e quando a vida internacional entra nesses parâmetros confesso que sinto algum distanciamento.»

(Pedro Vieira, «O Jornal», 25. Janeiro)

Governo: o requiem do orçamento

● «Intencionalmente afastados dos debates, por razões políticas diferentes, estiveram o primeiro-ministro Mário Soares (a pensar nas presidenciais) e o vice-primeiro-ministro, Mota Pinto a distanciar-se do Governo. Foi o ministro das Finanças, Ernâni Lopes, quem abriu a discussão e, segundo um membro do Governo, poderá encerrá-la. Almeida Santos "tutela" o debate e o sector económico do Governo. A maioria manifestou descontentamento pelo Orçamento, mas vota a favor — a oposição cumpriu o seu papel.

Ernâni Lopes reafirmou algumas das posições já anteriormente por si defendidas. "**Numa imagem simples, poderá dizer-se que estamos hoje, como de resto, nos últimos anos, perante um Orçamento de 'despesas feitas' e não de 'despesas a fazer', de tal modo rígidos se apresentam os encargos pré-determinados, responsáveis em conjunto por mais de metade do valor global proposto para o presente exercício.**" Discurso de 28 páginas que os deputados ouviram, sem fé na "**mística das cifras**" do ministro Ernâni Lopes. Fé que nem o próprio Governo tem, principalmente em pleno ano eleitoral...

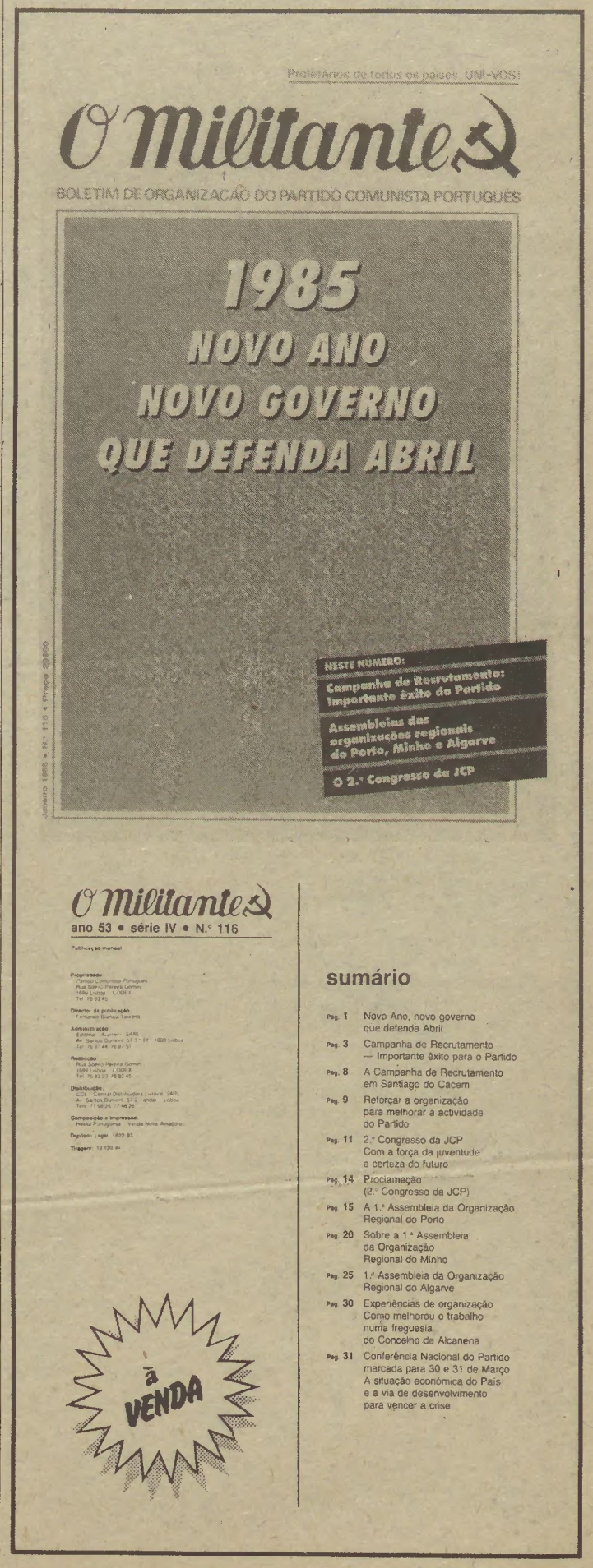
Ângelo Correia, designado pela Comissão Política para intervir no debate, fez a primeira pergunta crítica a Ernâni Lopes — tom que permaneceu no discurso de ontem à tarde (quinta-feira). Foi, porém, João Salgueiro quem fez a primeira intervenção de fundo sobre o Orçamento por parte do PSD. Manifestou a sua oposição e anunciou que ia suspender o mandato para o dia da votação.

Aplaudido por parte da sua bancada, os sociais-democratas recomeçavam o festival de oposição ao Governo de que fazem parte. Madeira e Açores ameaçaram votar contra, mas as últimas informações apontam para o "Sim"; dois membros da Comissão Política Nacional do PSD pediram, também, suspensão do mandato, Rogério Martins e Rui Almeida Mendes; Silva Marques obteve objecção de consciência, juntamente com José Pereira Lopes, presidente da UGT (estes próximos de João Salgueiro), e Pedro Santana Lopes.

Enquanto o presidente do grupo parlamentar se mantém deliberadamente silencioso, foi escolhido o deputado José Vitorino para a "reflexão final" sobre o Orçamento.

Sem esta maleabilidade ético-política, o PS apresenta-se, no apoio a este Orçamento, com a corda ao pescoço. Intervenções de Almerindo Marques ou José Luís Nunes (a este pertenceu a última) revelam descontentamento relativamente à proposta orçamental, mas aceitam as regras do jogo: são o partido do Governo. Foi de Almerindo Marques o desabafo de "Orçamento possível".»

(«o jornal», 25 Janeiro)



Gazetilha

por Ignotus Sum

Ao povo só dá quebranto
ao rico só dá benesse.
Cresce a miséria – e entretanto
o governo apodrece...

Falta o pão em cada canto
a opressão reaparece.
Cresce a angústia – e entretanto
o governo apodrece...

A corrupção é um espanto
malhas que o soarismo tece!
Crescem os lobos – e entretanto
o governo apodrece...

Entretanto cai o manto
sobre o Soares que esquece
a tristeza que aí vai.
Cresce o protesto – entretanto
o governo apodrece...

... e cai e cai...

Como vai isto de independência?
De trambolhão em trambolhão
vai muito, muito mal, assim.
Há quem renegue a consciência
diga que não
e vote sim...

O orçamento é de falência?
Protege os dentes do mastim?
É piratesca expedição?
Há quem nos ramos da tendência
diga que sim
e vote não...

Deve o governo, que é demência
com as garras brutas de falcão,
continuar o seu festim?
Há quem mordido de cedência
diga que não
e vote sim...

Corrupção, incompetência,
Reagan montado no selim,
reino onde manda o tubarão?
Há quem com basta frequência
diga que sim
e vote não...

Soares na parlapatência,
dá confiança, dá razão,
dá-nos alguma esperança, enfim?
Há quem na hora da inconfidência
diga que não
e vote sim...

A maioria sem consistência
ei-la desfeita na confusão
dos mil negócios de camarim.
E dela o povo diz assim:
deve ficar? Não...
Deve acabar? Sim...

Pontos Cardeais

Malucos e criminosos

A notícia contava o seguinte: **«Segundo o jornal pró-governamental nicaraguense "El Nuevo Diário" dezenas de doentes mentais, na última fase de tratamento, foram enviados para zonas onde a colheita do café estava em perigo de se perder, devido à falta de mão-de-obra. Igualmente cerca de 1500 reclusos da cadeia de Zona Franca foram enviados para áreas onde falta mão-de-obra, e o seu trabalho será remunerado.»**
Portanto, ficamos a saber que na Nicarágua se procura recuperar doentes mentais tornando-os úteis a si próprios e à comunidade através da integração no trabalho na última fase do tratamento, e ainda que se reabilitam reclusos através de actividades úteis **e remuneradas**. É isto que se tira da notícia, que por acaso é de «O Dia». Pois querem saber qual foi o título posto em tal informação? O seguinte: **«Nicarágua: Malucos e criminosos em trabalhos forçados»!!!**

A ironia

Mário Soares, no encontro de juristas socialistas, afirmou às tantas que **«não deixa de ser ironia ser Governo por duas vezes em épocas de crise aguda depois de uma derrapagem da situação económica, como em 76/78 e em 1983»**.
Está explicado o desastre — veio, como sempre, depois das derrapagens. Quanto à ironia, essa deve estar no «bis».

Valores puxados...

O Instituto Progresso Social e Democracia, do PPD, promove de vez em quando uns seminários que, por acaso, coincidem com ímpetos oratórios de Pinto Balsemão. O seminário faz-se e lá aparece ele a dizer coisas — às vezes ininteligíveis, mas sempre carregadas de interesse. A última rezava assim, acerca do futuro do País e segundo relato de «O Dia»: **O novo modelo de desenvolvimento a adoptar deverá ser liberalizante, mas não no sentido clássico, mantendo-se como valores sociais-democratas o pragmatismo e ainda os conceitos de liberdade, igualmente a fraternidade».**
Que o PPD é um atraso de vida ideológico já se sabia, mas levar a coisa até à Revolução Francesa é um bocado puxado, ó dr. Balsemão!

... E repuxados

Entretanto, Mota Pinto, logo no dia seguinte ao da oratória de Balsemão, arranjou também um «Encontro Social Democrata» (dos «TSD») para se exprimir. E disse: **«Não defendemos em Portugal um puro liberalismo económico, o qual seria contrário à realidade do País e à doutrina que perfilhamos.»**
Afinal em que ficamos?
Balsemão diz que devemos ser «liberalizados» e Mota Pinto garante que isso é contra a doutrina! E, dadas as raízes ideológicas do PPD na Revolução Francesa, quem é aqui o girondino e quem é o montanhês?
Ná... Por este andar nem à Revolução Francesa chegam. Vão ver que este dilema ideológico ainda se vai resolver com um trovejante «LE P.P.D. C'EST MOI!!!».

Em águas

À semelhança de outros órgãos de Informação, o «DN» noticiava no início da semana que «começa hoje, em Bruxelas, uma reunião considerada **crucial** para a entrada de Portugal na CEE». Presentes os ministros dos NE dos «Dez», o presidente da Comunidade e etc., etc., acrescentando-se na notícia que seriam igualmente «ultimados os pormenores da saída da Gronelândia».
Portanto, agora a CEE até já nos arranja espaços em águas de bacalhau. Caramba! A coisa está mesmo «crucial»!

As cores

Queixava-se Reagan um dia destes que **«certos» dirigentes negros americanos recusam reconhecer os benefícios da sua Administração e pretendem criar duas Américas, uma negra, outra branca.**
De facto a ingratidão é evidente: a Administração a estimular a iniciativa individual nos EUA com os cortes na Assistência Social e o aumento do desemprego — onde os negros têm sido particularmente privilegiados — e «certos» dirigentes ainda têm a lata de não estar reconhecidos.
Quanto às duas Américas, uma negra e outra branca, é um notório disparate: toda a gente sabe que a América do Reagan é em «technicolor».

O apoio galego

O ministro da Educação, José Augusto Seabra, defendeu em Monção a aprendizagem da língua galega nas escolas primárias portuguesas, referindo que o Governo daria **o seu inteiro apoio** a uma iniciativa deste teor.
Bravo! Agora só falta apoiar o ensino do português, e programas adjacentes, nas escolas ainda sem aulas!